



Manual de Assembleia

Assembleia Geral Ordinária

31.03.2025

KEPLERWEBER®



A Assembleia Geral Ordinária de 2025 será realizada em 31 de março de 2025, às 10h30min, no horário do Brasil (EST 8:30 am), para deliberar sobre as seguintes propostas:

ITEM	PROPOSTAS	PÁGINA
1	Tomar as contas dos Administradores e apreciar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024;	11
2	Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024;	11
3	Fixar o número de assentos do Conselho de Administração;	13
4	Promover a eleição dos membros do Conselho de Administração e manifestar sobre a independência dos seus membros;	
5	Promover a eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, bem como fixar sua remuneração;	30
6	Deliberar sobre o limite global da remuneração da Administração para o período compreendido entre abril de 2025 e março de 2026.	31

MATERIAIS DA ASSEMBLEIA:

As informações e documentos relevantes podem ser encontrados em <https://ri.kepler.com.br>.
Veja página 46 para mais detalhes.

Sumário

Convocação da Assembleia Geral Ordinária de 2025	4
Kepler Weber: Evolução, robustez e sustentabilidade	5
Carta do Presidente do Conselho	9
Carta do CEO	10
DELIBERAÇÕES EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	
1 - Tomar as contas dos Administradores e apreciar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024;	11
2 - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024;	11
3 - Fixar o número de assentos do Conselho de Administração;	
4 - Promover a eleição dos membros do Conselho de Administração e manifestar sobre a independência dos seus membros;	13
5 - Promover a eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, bem como fixar sua remuneração;	30
6 - Deliberar sobre o limite global da remuneração da Administração para o período compreendido entre abril de 2025 e março de 2026.	31
ANEXO A: (Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária)	52
ANEXO B: (Comentários sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência RCVM 80/22)	54
ANEXO C: (Proposta de Destinação do Lucro Líquido ANEXO A DA Resolução CVM nº 81/22 ("RCVM 81/22"))	89
ANEXO D: (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia artigo 11 da RCVM 81/22– Candidatos CA)	95
ANEXO E: (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia artigo 11 da RCVM 81/22 Candidatos CF)	105
ANEXO F: (Proposta de Remuneração dos Administradores, na forma do item 8 do Formulário de referência da IRCVM 80/22)	112

Convocação da Assembleia Geral Ordinária



QUANDO

Segunda-feira,
31 de março de 2025,
às 10:30 (EST 08:30 am).



ONDE

A Assembleia será realizada de forma híbrida (presencial ou virtual), em sua sede social localizada na Rua do Rocio, nº 84, 3º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP e através da Plataforma ALFM Easyvoting com a possibilidade de envio de Boletim de Voto a Distância (BVD).



MATERIAIS DA ASSEMBLEIA

Acesse

<https://ri.kepler.com.br>



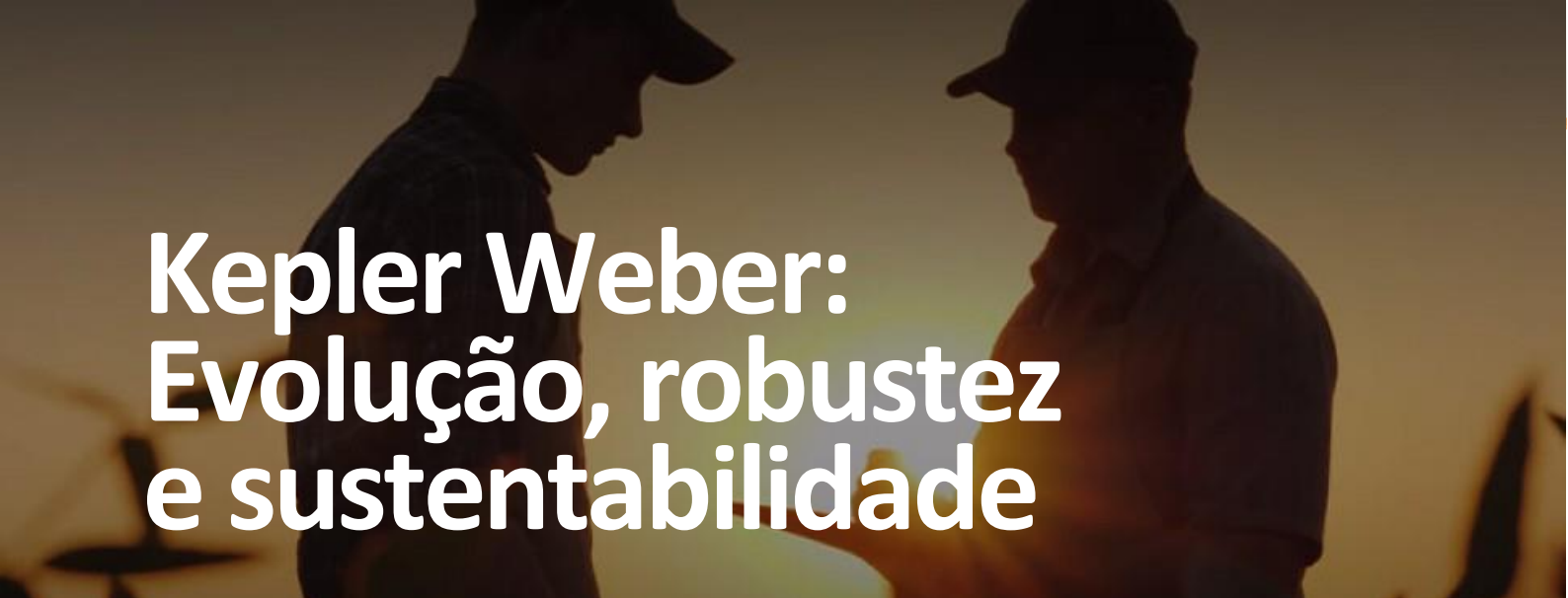
DÚVIDAS

Entre em contato pelo e-mail
ri.kepler@kepler.com.br



PARTICIPAÇÃO

Se você planeja participar, poderá fazê-lo diretamente, por meio de um procurador devidamente constituído, ou por meio de boletim de voto a distância.



Kepler Weber: Evolução, robustez e sustentabilidade

QUEM SOMOS!

Em 2025, a Kepler Weber completa 100 anos de história, somos uma empresa de origem brasileira e líder em soluções para pós-colheita de grãos na América Latina. Entregamos soluções completas e inovadoras de beneficiamento, movimentação e conservação de grãos, gerando valor para seus clientes, acionistas, parceiros de negócios, colaboradores e comunidade.

NOSSO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2024, apresentamos o KW2030, nosso plano estratégico para os próximos anos. Esse plano está fundamentado em três pilares principais: fortalecer a nossa liderança no setor, ampliar o mercado endereçável e gerar receitas por meio de dados e IoT. O fortalecimento da liderança, com foco no aumento do *market share*, está diretamente relacionado à continuidade do bom relacionamento com nossos clientes, ao lançamento de novos produtos e à inovação constante. A ampliação do mercado endereçável envolve a exploração de novos negócios, como o aluguel de silos, além de potenciais fusões e aquisições (M&As) em setores como café, sementes e outros correlatos dentro do pós-colheita.

A geração de receita por meio da digitalização está alinhada com a aquisição realizada em 2023 da PROCER, a qual é especializada no monitoramento e gerenciamento de grãos em estruturas do pós-colheita, como secadores e silos. Atualmente, a empresa monitora mais de 60 bilhões de toneladas de grãos, gerando receitas recorrentes para a companhia. Além disso, a digitalização traz o potencial de novas fontes de receita com a venda de dados para bancos, tradings, seguradoras e empresas de logística.

A Kepler Weber atualmente divide seu negócio em 5 linhas de segmento: Fazendas, Agroindústria, Portos, Terminais e Indústrias, Negócios Internacionais e Reposição e Serviços, entregando produtos robustos e de qualidade premium para seus clientes em toda a cadeia do agronegócio.

Com essa estratégia reforçamos a importância de gerar cada vez mais receitas recorrentes e margens saudáveis para a companhia.

UNIDADES DE NEGÓCIO

Fazendas: este segmento atende demandas de agricultores com soluções completas formadas por silos, secadores, máquinas de limpeza, transportadores e um amplo portfólio de serviços para a etapa pós-colheita na origem da produção, permitindo conservar os grãos colhidos da lavoura em condições ideais e a comercialização no melhor momento de acordo com a dinâmica do mercado de commodities agrícolas.

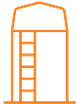
Negócios Internacionais: a Kepler está presente em 5 continentes, e em 53 países ao redor do mundo. A maior parte das exportações da empresa atendem produtores rurais e agroindústrias e são destinadas para países latino-americanos, onde temos posição de liderança de mercado.

Portos, Terminais e Indústrias: temos soluções para movimentação de granéis sólidos em terminais de transbordo e portos, que são parte importante da cadeia de logística de alimentos e de exportação de commodities, aumentando a competitividade do país em relação aos seus pares internacionais. A Kepler já entregou mais de 100 projetos para este segmento, no qual atua desde 1992 e conta com uma equipe de engenharia especializada.

Agroindústrias: segmento reorganizado no 1T22, focado em fornecer projetos e equipamentos para a transformação de commodities agrícolas em produtos de maior valor agregado, como etanol de milho, óleo de soja, ração animal, moinhos de trigo, indústrias de arroz, complexos de cooperativas, cerealistas e sementeiros.

Reposição e serviços: esta área de negócios está focada em geração de receita recorrente por meio da venda de peças de reposição, adequações das unidades existentes às normativas de segurança vigentes, ampliações de capacidade e modernizações de equipamentos, além de serviços especializados como treinamentos, operação assistida e regulagens de equipamentos. Desde março de 2023, este segmento também consolida os resultados da Procer.

BASES ROBUSTAS PARA O CRESCIMENTO

RESULTADOS	MERCADO	OPERAÇÕES	PESSOAS
 +6,3% Receita Líquida (12M24 x 12M23)	 Líder de Pós-Colheita da LATAM	 9 centros de distribuição no Brasil	 1.967 colaboradores (Incluindo estatutários, aprendizes e terceiros temporários) (dez/24)
 20,4% Margem EBITDA Aj. (12M24)	 Presença em 53 países, com 130 agentes comerciais	 Três fábricas estrategicamente localizadas no Brasil	 119 mil horas de treinamento (dez/24)
 34,2% ROIC (12M24)	 +244% de valorização para ações KEPL3 nos últimos 5 anos (dez/24)	 Capacidade de administrar 300 obras simultâneas	

EVOLUÇÃO DA JORNADA KEPLER WEBER

Tecnologia para receitas recorrentes crescentes



Serviço de monitoramento
(Conservação de grão)



Venda de peças de reposição
(Desgaste e programação)



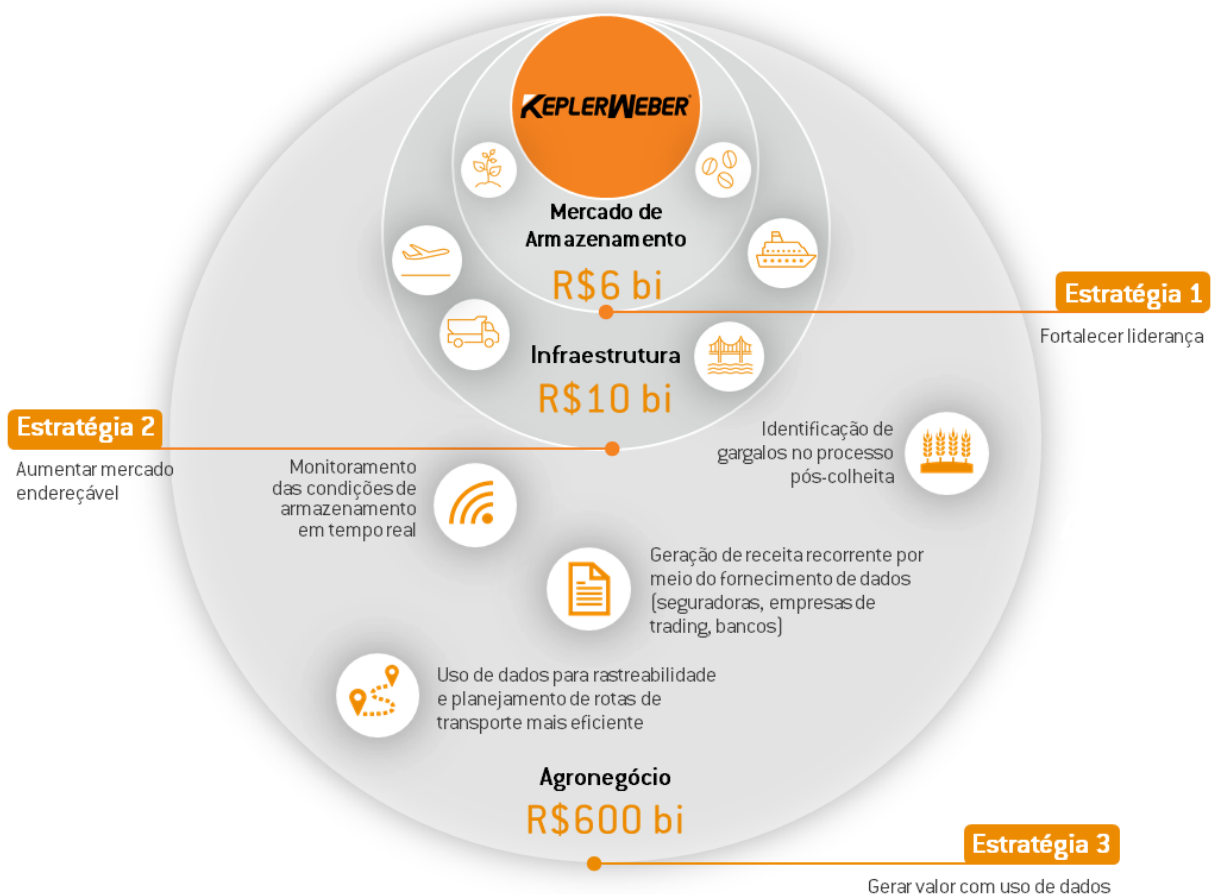
Dados para agentes financeiros
(Seguradoras, bancos)



Ampliações de capacidade

PRINCIPAIS MENSAGENS

Estratégias KW 2030



Carta do Presidente do Conselho

É com satisfação que levamos ao conhecimento de V.Sas. que em 2024 alcançamos resultados consistentes com as metas da Companhia, em que pese a volatilidade predominante nos mercados nacional e internacional.

Os bons resultados animam todos à celebração dos 100 anos da Kepler Weber e, ao atingirmos este feito, no encontramos fortalecidos e com objetivos estratégicos claros, expressos na ambição de oferecer produtos e serviços de excelência aos clientes, desenvolvimento de novas soluções e avanço sobre novos mercados.

O processo de geração de riqueza e prosperidade da Kepler vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, com base nos pilares acima mencionados e na execução competente nas áreas comercial e operacional, inovação e valorização das pessoas.

A Companhia soube aproveitar oportunidades não apenas quando o agronegócio evoluiu favoravelmente, mas também demonstrou resiliência diante de cenários adversos, como no ano passado, quando a receita líquida alcançou R\$ 1,6 bilhão – a segunda maior da história – e a margem EBITDA 20,4%.

A superação de desafios atuais legitima a aspiração de gerar bons frutos no futuro, tendo como guia o planejamento estratégico KW 2030, em que estão consagrados o mapeamento de oportunidades de geração de valor mediante fortalecimento do nosso core business e liderança no segmento de armazenagem. Além disso, na diversificação e recorrência das fontes de resultado.

A esse respeito, destacam-se a busca de negócios adjacentes e a utilização de tecnologias para aumentar a qualidade e competitividade de nossos produtos. No ramo digital, importante passo foi dado por meio da aquisição, em 2023, da Procer - Agroatelinteligência de Pós-Colheita, especializada em equipamentos para automação e monitoramento remoto das unidades de armazenagem e melhoria da eficiência deste processo.

Trilhar os caminhos para alcançar metas e objetivos de longo prazo exige recursos de infraestrutura e pessoas capazes e animadas para enfrentar os desafios que se antepõem à realização vitoriosa do que está planejado. Nesse contexto, a Companhia se dedicou à sucessão de profissionais competentes, substituindo-os por outros igualmente qualificados e cuidando para manter a solidez e a transparência da gestão, assim como a consistência desta com a estratégia corporativa.

O alinhamento aos princípios ESG – que orientam as empresas a serem mais sustentáveis, responsáveis e transparentes – continua avançando na Companhia. A Kepler Weber aderiu voluntariamente ao Pacto Global da ONU, comprometendo-se a incluir as diretrizes do Pacto em sua estratégia e operações diárias, além de participar de projetos cooperativos para promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Também aderiu ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, que estimula empresas a assumir voluntariamente compromisso público com a ética e a integridade em todos os aspectos de seus negócios e, finalmente, divulgou ao mercado o seu Relatório de Sustentabilidade.

Dentre outras iniciativas, o alinhamento acima citado se fez por meio do apoio a comunidades afetadas por enchentes ocorridas em maio e junho de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul. Realizamos ações voltadas à recuperação de infraestruturas, assim como ao fornecimento de mantimentos.

Encerramos esta mensagem com um agradecimento a V.Sas. e a todos que, à sua maneira, nos apoiaram na travessia de um ano difícil. Aqui se encontram colaboradores, clientes, fornecedores e demais stakeholders da Companhia, aos quais esperamos ter atendido as expectativas. Declaramos, finalmente, que não faltará empenho e dedicação para aperfeiçoar e fortalecer os laços que nos unem, dos quais esperamos benefícios para todos.

Luiz Tarquínio Sardinha Ferro

Presidente do Conselho de Administração

Carta do CEO

A resiliência em cenários adversos está na essência da Kepler Weber, e o ano de 2024 demonstrou isso com o crescimento da empresa mesmo em um cenário econômico desafiador com maiores oscilações no mercado agrícola e dificuldades da economia nacional. A superação desses desafios são frutos da força de nossa marca e da confiança de nossos clientes, além da estratégia acertada de diversificação e inovação.

Foi um ano de grandes adversidades em nosso estado natal, o Rio Grande do Sul, e reforçamos nossa solidariedade com todas as vítimas das grandes inundações que ocorreram em maio/24, que devastaram cidades, empresas e deixaram milhares de desabrigados. Nesse contexto, realizamos diversas doações, campanhas de arrecadação e apoiamos a reconstrução da principal escola de Cruzeiro do Sul/RS, e seguimos no apoio de sua recuperação completa.

Sobre os resultados financeiros, destacamos os segmentos de Negócios Internacionais e Portos e Terminais, que cresceram 78,9% e 19,8%, respectivamente, em comparação ao ano de 2023, e contribuíram para a Receita Líquida de 1,6 bilhão atingida pela companhia, crescimento de 6,3% em comparação ao ano anterior. Esse aumento de receita é fruto da excelência comercial que nos permitiu capturar oportunidades ao redor do Brasil e da confiança de nossos clientes. Nesse ano atingimos o NPS (Net Promoter Score) de 72 pontos, com 79% dos nossos clientes classificando-se como promotores da companhia, demonstrando a qualidade de nossos produtos e atendimentos que levam ao crescimento da Kepler Weber.

A margem EBITDA de 20,5% reforça nosso posicionamento de manutenção de margens atrativas mesmo em períodos desafiadores para o Brasil e o mundo. Essa continuidade de resultados robustos está ligada com o aumento do déficit de armazenagem que com isso os produtos oferecidos pela Kepler no pós-colheita ganharam prioridade perante todo o agronegócio. Com a projeção de um aumento de safra em torno de 10%, o gargalo de infraestrutura tende a se agravar, tornando a armazenagem ainda mais essencial.

Novamente apresentamos um ROIC forte de 34,2 p.p., o que demonstra a eficiência operacional da companhia e sua rentabilidade perante os investimentos realizados.

Em relação a inovação, destaque para o lançamento em abril de 2024 durante a Agrishow do Biocav, alimentador de cavaco que opera com mais facilidade e eficiência reduzindo a possibilidade de acidentes e consumo. Além disso, o início do nosso hub nos centros de distribuição com o início das vendas de silos bolsa, uma solução temporária de armazenagem, e as Balanças de Fluxo, itens que complementam nosso portfólio e aumentam nosso escopo com mais clientes. Desse modo, a Kepler demonstra a vanguarda na tecnologia do pós-colheita, assim permanecendo em linha com um mercado cada vez mais exigente no qual somos líderes.

Em 2024 a Kepler Weber completou 99 anos, marca que demonstra nosso compromisso com as bases da companhia que são produtos robustos e de qualidade, proximidade com o cliente e cuidado com as pessoas. Nos aproximamos do centenário com a convicção de nossa estratégia, conscientes de nossa participação crucial no agronegócio e as avenidas de crescimento para seguir cada vez mais fortalecendo esse setor.

Realizamos em novembro de 2024 o maior Kepler Day de nossa história, com a participação online e presencial de centenas de investidores e analistas de mercado. Nesse grande evento abordamos a estratégia KW2030, esse planejamento que aborda os próximos rumos da Kepler pautados em: Fortalecer nossa liderança, aumentar o mercado endereçável, e gerar valor com o uso de dados. Essa estratégia busca continuar o crescimento de receita e rentabilidade da empresa de forma sustentável e coordenada.

Um dos nossos principais investimentos é em capital humano, buscando diariamente a excelência das pessoas em todos os níveis da organização, esse cuidado e refletiu novamente no reconhecimento da companhia entre as “Melhores Empresas para se Trabalhar no RS” e “Melhores Empresas para se Trabalhar no Centro-Oeste” (GPTW), refletindo assim no IGPTW B3, o qual orgulhosamente fazemos parte. Também fomos premiados pelo segundo ano consecutivo pela ABRH-RS, no Top Ser Humano, que se assemelha ao “Oscar do RH” e reconhece as práticas que são exemplos nas devidas temáticas, neste ano, com o case de gestão de talentos e liderança, que se ligam diretamente ao valor excelência.

Muito obrigado a todos que contribuíram para esse ano especial de 2024, com a superação de diversos desafios que comprovaram a qualidade e resiliência da Kepler Weber, e como estamos cada vez mais preparados para quaisquer cenários.

Bernardo Nogueira
CEO Kepler Weber



Deliberações em Assembleia Geral Ordinária

1 - TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E APRECIAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES, DO PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS E PARECER DO CONSELHO FISCAL, RELATIVAS AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2024.

O Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, foram enviadas à CVM no dia 26 de fevereiro de 2025, colocados à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia, na página de Relação com Investidores da Companhia – <http://ri.kepler.com.br>, e publicadas no jornal “Valor Econômico” no dia 27 de fevereiro de 2025.

Dessa forma, propomos que sejam aprovadas, sem reservas ou ressalvas, as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o relatório anual da administração e o relatório dos auditores independentes, os quais obtiveram parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia, conforme divulgado nos websites da CVM e da B3.

As informações sobre a apresentação da Apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, segundo Item 2 do Anexo C, de acordo com a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução 80/22”) encontram-se disponíveis para consulta no **Anexo B** à esta Proposta.

2 - DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2024.

As informações sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social de 2024 exigidas pelo Anexo A da RCVM 81/22 encontram-se disponíveis para consulta no **Anexo C** à esta proposta.

A Administração da Companhia propõe a seguinte destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 199.182.767,04 (cento e noventa e nove milhões, cento e oitenta e dois reais e setecentos e sessenta e sete reais e quatro centavos).

A. Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, destinar R\$ 9.959.138,35, para formação da reserva legal da Companhia, conforme art. 193 da Lei das S.A. e parágrafo 1º do art. 25º do Estatuto Social da Companhia, que dispõe que deve ser destinado para a reserva legal valor equivalente a 5% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que o saldo dessa reserva está limitado ao valor de 20% do capital social.

B. Dividendo Obrigatório

Com base no saldo do lucro líquido após a destinação para a reserva legal, e a realização de ajuste positivo decorrentes de ajustes de avaliação patrimonial de R\$ 1.691.691,63, ajuste positivo referente dividendos prescritos de R\$ 502.815,71, ajuste negativo de dividendos discricionários da investida Procer Automação S/A (“Procer”) no montante de R\$ 4.392.058,71 e ajuste negativo da atualização da opção de venda (líquida de impostos diferidos) no montante de R\$ 5.564.481,78 calculou-se um valor de dividendo obrigatório correspondente a 25% de tal saldo ajustado, ou seja, R\$ 45.365.398,89, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. e do artigo 26, alínea b) do Estatuto Social da Companhia.

Considerando que a Companhia já declarou em 23 de agosto de 2024 e 28 de novembro de 2024, juros sobre capital próprio, cujo valor líquido de R\$ 26.869.284,85 foi imputado ao dividendo obrigatório, resta um saldo a pagar aos acionistas a título de dividendo obrigatório no valor de R\$ 18.496.114,02, que representa R\$ 0,10668731 por ação e será pago em 16 de abril de 2025, (sem atualização monetária ou remuneração entre a data de declaração e a data de pagamento).

A tabela abaixo resume a proposta de destinação do lucro líquido até o cálculo do dividendo obrigatório:

Demonstração do Cálculo do Dividendo Obrigatório	Valor
Lucro líquido do exercício	199.182.767,04
(-) Reserva legal	(9.959.138,35)
(+) Dividendos prescritos	502.815,71
(+) Realização de ajustes de avaliação	1.691.691,63
(-) Atualização da opção de venda – Procer (líquida de impostos diferidos)	(5.564.481,78)
(-) Dividendo Discricionário	(4.392.058,71)
Base de cálculo para o dividendo obrigatório	181.461.595,54
Dividendo obrigatório (25%)	45.365.398,89
(-) Juros sobre capital próprio (líquido)	(26.869.284,87)
Saldo de dividendo obrigatório a declarar	18.496.114,02

O dividendo adicional de R\$ 51.503.885,88 representa R\$ 0,29707921 por ação, sujeito à aprovação posterior da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Na oportunidade a referida Assembleia destinará ainda o saldo remanescente de R\$ 91.819.074,92.

Saldo a disposição da Assembleia	Valor
Saldo a disposição da Assembleia	143.322.960,80
Dividendo adicional proposto	51.503.885,88
Saldo remanescente	91.819.074,42

Assim, do saldo a disposição da Assembleia, a proposta da Companhia é de distribuir o dividendo adicional e destinar o saldo remanescente à reserva de investimento e capital de giro, ficando sujeito à aprovação da Assembleia Geral da Companhia.

As informações sobre a apresentação do Lucro Líquido do Exercício de 2024, segundo Anexo 9-1-II e de acordo com a Resolução CVM nº 81/22, encontram-se disponíveis para consulta no Anexo C à esta proposta.

C. Reserva para Investimento e Capital de Giro

Propõe-se a destinação da totalidade do saldo de lucro líquido após as destinações indicadas nos itens “A” e “B” acima, correspondente ao valor de R\$ 91.819.074,42, para a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva para Investimento e Capital de Giro”.

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia, a Reserva para Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Referida reserva terá como limite máximo o valor do capital social integralizado, sendo que o excedente a tal limite propõe-se ser capitalizado, nos termos do art. 169 da Lei das S.A.

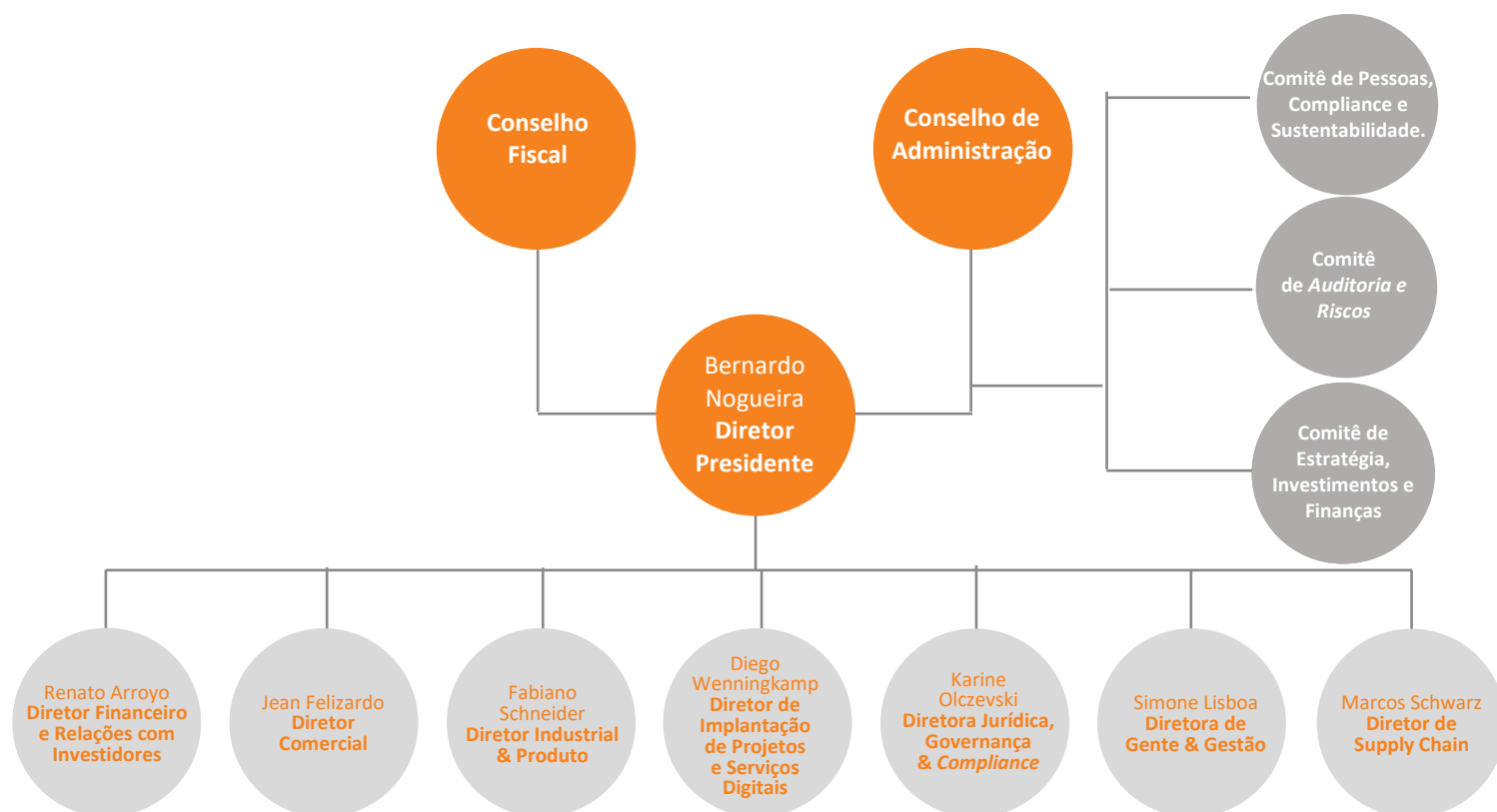
3 – FIXAR O NÚMERO DE ASSENTOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Após avaliação, entende-se que o número adequado de assentos do Conselho de Administração da Kepler Weber, para responder adequadamente às necessidades da companhia e as demandas deste órgão, é de 9 (nove) assentos, sendo esta a recomendação da Administração.

4 - PROMOVER A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MANIFESTAR SOBRE A INDEPENDÊNCIA DOS SEUS MEMBROS.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Estrutura de Governança do Grupo Kepler Weber

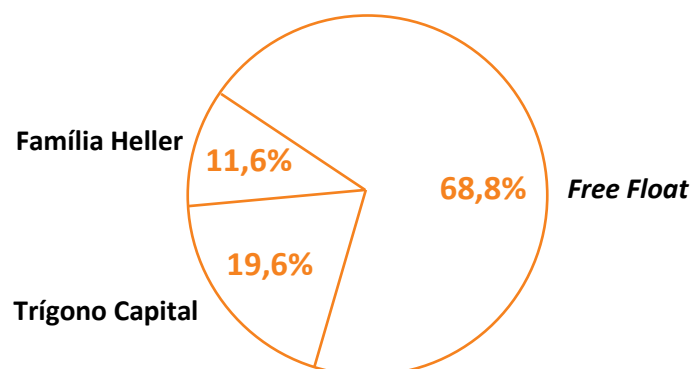


A Kepler Weber é uma empresa que completará 100 anos em maio de 2025, de origem familiar, com um histórico de crescimento e consolidação de liderança no seu setor de atuação.

Nos últimos anos, seu desenvolvimento de negócio foi acompanhado de melhorias nas práticas de gestão e governança. Por exemplo, a adesão ao Novo Mercado da B3 em 2023, segmento de listagem com os mais altos padrões de governança no Brasil.

Composição acionária

(Data-base 31/12/2024)



Como primeiro projeto de governança, realizado em 2022, a companhia realizou uma avaliação de seu Conselho de Administração, com consultoria externa especializada, que fez um diagnóstico das práticas e comparou com benchmarking com pares nacionais e internacionais sobre melhores práticas de Conselho. Também avaliou a composição e estrutura de governança em relação às empresas referências no setor e em governança, além de entender o quanto as práticas da Companhia estavam alinhadas às exigências do NM e do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

Uma outra dimensão da avaliação foi realizada com foco no colegiado, para aprofundamento da análise de sua composição, da matriz de competências vis-à-vis as necessidades estratégicas da organização e as práticas de conselho, seu funcionamento e dinâmica, além de comitês de assessoramento.

Abaixo estão as principais recomendações que foram propostas no projeto de governança e que também foram observadas para a proposta de composição do Conselho de Administração desta Assembleia Geral

Composição do conselho: aumentar a diversidade de competências, ampliar a presença de conselheiros independentes, sem qualquer vínculo com acionistas de referência, e aumentar a diversidade de gênero.

Estrutura de governança forte: atuação de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Comitê de estratégia: atua em uma agenda de reuniões regulares, voltada para os desafios futuros da organização, pautando as discussões no conselho com as devidas análises e preparo para a definição de diretrizes.

Comitê de pessoas, compliance e sustentabilidade: apoia o conselho em matérias referentes ao desenvolvimento, avaliação e sucessão da liderança, questões referentes à remuneração da administração, ética e integridade e sustentabilidade.

Estruturar e implantar um processo de monitoramento do mercado de capitais para entender a percepção dos principais investidores quantos às prioridades de governança e ESG.

Engajamento com investidores

O Conselho de Administração trabalhou com os acionistas de referência para a análise dos candidatos à luz de suas competências para a proposição da chapa do Conselho de Administração.

Assim, a composição do novo conselho priorizou alguns dos elementos destacados a seguir:

Vivências	Mais de um conselho, no mínimo 3 anos, ou experiência relevante de CEO que interagiu com conselho.
Competências	Estratégia Tecnologia Agro: visão de futuro e inovação Visão de todo, visão ampla, latitude. Experiência relevante em negócios.
Requisitos para atuação	Comprometimento para ficar de 4 a 6 anos para assegurar retenção de conhecimento e, ao mesmo tempo, prover renovação (idealmente entre 25 e 33% de renovação a cada eleição); Quantidade limite de conselhos e outras atividades executivas para assegurar dedicação requerida.
Características pessoais	<i>Skin in the game</i> (ser acionista relevante ou ser vinculado a este) Visão do todo, visão ampla, latitude. Com experiência relevante em negócios.

Em relação aos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, também analisando os candidatos à luz das suas atribuições nos comitês, a proposta também leva em consideração as avaliações e as competências necessárias, considerando a composição e principais responsabilidades, conforme descrito a seguir.

Comitê de Auditoria e Riscos

Composição	Todos os membros independentes Ao menos um de seus membros deve ter experiência comprovada na área contábil, financeira e auditoria
Principais Responsabilidades	Monitorar a qualidade dos controles internos Demonstrações financeiras Fatores riscos Monitoramento de aspectos de ética e conduta Qualidade do processo e práticas contábeis Supervisão das atividades de auditoria interna Contratação ou substituição do auditor independente Monitoramentos dos controles existentes para as transações com partes relacionadas

Comitê de Estratégia, Investimentos e Finanças

Composição	Preferencialmente membros independentes Expertise em tecnologia, com especialidade em agro para desenvolvimento de negócios integrados com a cadeia de grãos e armazenagem alinhados ao grande objetivo estratégico de abastecimento de alimento na cadeia produtiva
Principais Responsabilidades	Direcionamento estratégico da organização no desenvolvimento de produtos e negócios integrados e ligados a cadeia de abastecimento agrícola Fomentar inovação tecnológica Analisar o plano estratégico proposto pela administração Apoio no monitoramento do plano estratégico aprovado pelo conselho e proposto pela administração

Comitê de Pessoas, Compliance e Sustentabilidade

Composição	Preferencialmente membros independentes Expertise em política de remuneração
Principais Responsabilidades	Remuneração conselheiros e diretores Indicação conselheiros e diretores Avaliação conselho, CEO e seus subordinados diretos Plano de sucessão conselho e diretoria

O Conselho de Administração acredita que os nove indicados à eleição possuem as qualificações e experiências necessárias para fornecer apoio de qualidade à administração da Companhia, com a nova composição acionária e atuando no Novo Mercado.

Cinco nomes da composição atual do Conselho de Administração da Companhia estão sendo propostos para recondução, com o objetivo de reter conhecimento e trazendo quatro novos conselheiros, que assegurem novas competências e visões, em linha com o planejamento estratégico.

A indicação é pela fixação de 9 (nove) membros para compor o Conselho de indicação da Companhia. A chapa indicada para o Conselho de Administração, que será proposta na Assembleia Geral Ordinária é composta dos seguintes nomes:

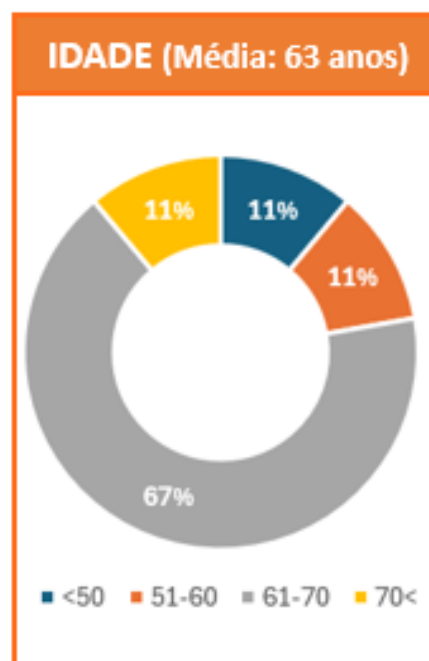
1. Arthur Heller Britto
2. Ricardo Doria Durazzo
3. Luiz Tarquínio Sardinha Ferro
4. Dóris Beatriz França Wilhelm
5. Maria Gustavo B. Heller Britto
6. Piero Abbondi
7. Daniel Alves Ferreira
8. Ruy Flaks Schneider
9. Werner Ferreira dos Santos

Em atendimento ao contido no Art. 7º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22, conforme alterada, os senhores acionistas deverão manifestar quanto a independência dos indicados ao Conselho de Administração, tomando por base as Declarações de Independência que constam da Proposta da Administração (Anexo D - ITENS 7.3.5 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA).

Nome	Idade	Independente ¹	Data da 1ª Eleição	Mandatos CA
1. Arthur Heller Britto	38	Sim	30/03/2021	2
2. Maria Gustavo B. Heller Britto	70	Sim	28/04/2011	6
3. Ricardo Doria Durazzo	61	Sim	-	-
4. Luiz Tarquínio Sardinha Ferro	64	Sim	21/03/2023	1
5. Dóris Beatriz França Wilhelm	70	Sim	-	-
6. Piero Abbondi	65	Não	21/03/2023	1
7. Daniel Alves Ferreira	52	Não	-	-
8. Ruy Flaks Schneider	84	Sim	21/03/2023	1
9. Werner Ferreira dos Santos	67	Sim	-	-

(1) Nível de independência NM

Entendendo a composição do CA:



Matriz de Competências		Arthur Heller Britto	Ricardo Doria Durazzo	Luiz Tarquinio Ferro	Werner Ferreira Dos Santos	Dóris Beatriz França	Maria Gustavo Heller	Piero Abbondi	Daniel Alves Ferreira	Ruy Flaks Schneider
Vivências	Experiência em posições de CEO / Presidente do Conselho de Administração		✓	✓	✓			✓		✓
	Experiência internacional	✓	✓			✓	✓			✓
	Transformação Organizacional e Cultural	✓					✓			
	Novos Modelos de Negócios/Inovação		✓				✓	✓	✓	
	Foco no Cliente		✓				✓			
Setores de atuação	Agricultura, silvicultura, pesca e caça	✓			✓			✓		
	Financeiro			✓		✓	✓	✓		
	Varejo									
	Tecnologia		✓						✓	
	Serviços		✓		✓		✓			
	Transporte e Armazenamento									✓
Qualificações Funcionais	Estratégia	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Finanças e Contabilidade	✓		✓		✓	✓			✓
	Gestão de Riscos	✓	✓	✓		✓	✓		✓	
	Governança Corporativa		✓	✓		✓	✓		✓	✓
	Marketing e Comunicação				✓		✓			
	Operações		✓	✓				✓		
	ASG					✓	✓		✓	
	Gestão de Talentos		✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓



Artur Heller Britto

Idade: 38 anos

Data de eleição: 30/03/2021

Indicado para reeleição como Membro Independente do Conselho de Administração

Formação e experiências anteriores

- PhD em Filosofia pela Columbia University, NY
- Mestrado em Filosofia pela Columbia University, NY
- Master in Arts pela Columbia University, NY
- Formado em Filosofia pela PUC/SP

Cargos ocupados nos últimos 5 anos

- Conselheiro da Kepler Weber S/A
- Membro do Comitê de Bioética da Faculdade de Medicina do Hospital Albert Einstein
- Sócio administrador Fazenda São Jose do Ipê
- Empreendimento agroflorestal – agricultura orgânica e sintrópica
- Family Office - Estrategista de Investimentos

Demais ocupações externas

- Experiência docente na Columbia University - disciplina de Symbolic Logic.
- Publicações e apresentação de seminários nacionais e internacionais.
- Premiações e reconhecimentos nacionais e internacionais, com destaque para Dean's fellow na Columbia University - NYC (2014 - 2020) .

Principais competências e setores de atuação

- Filosofia
- Estatística
- Matemática aplicada
- Finanças
- Agrobusiness
- Experiência Acadêmica
- Vivência internacional



Maria Gustavo Heller Britto

Idade: 70 anos

Data de eleição: 28/04/2011

Indicada para reeleição como Membro Independente do Conselho de Administração

Formação e experiências anteriores

- Graduação - Administração de Empresas EAESP– Fundação Getúlio Vargas-SP
- Pós-Graduação - Administração de Empresas EAESP– Fundação Getúlio Vargas-SP
- Consultora e sócia diretora da Tov Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda., tendo sido responsável pela área administrativo financeira e Diretora responsável de Relações com o mercado junto a Bovespa e CVM
- Atuação por quase 20 na Área de Corporate Finance no Unibanco União de Bancos Brasileiros – Diretora Adjunta responsável por operações de Equity e Debt de empresas de capital aberto no mercado brasileiro e internacional, atuando em parceria com grandes Bancos de Investimento (IB) de Wall Street.

Cargos ocupados nos últimos 5 anos

- Membro do Conselho de Administração da Kepler Weber S/A por vários mandatos, de 28/04/2011 até hoje.
- Membro do Conselho de Administração da Parapanema S/A de abril de 2012 a abril de 2016 e posteriormente desde abril de 2022 até hoje.
- Membro do Conselho de Administração da Plascar Participações Industriais SA de abril de 2023 a abril de 2024.
- Membro do Conselho Fiscal da Plascar Participações Industriais AS de abril de 2024 até hoje.

Demais ocupações externas

- Membro do Comitê de Ética de Mercado de Capitais da ANBID, representando o Unibanco, por 2 períodos consecutivos.

Principais competências e setores de atuação

- Estratégia
- Finanças
- Agrobusiness
- Corporate Finance



Luiz Tarquínio Sardinha Ferro

Idade: 64 anos

Data de posse: Indicado para reeleição como Membro Independente do Conselho de Administração

Formação e experiências anteriores

- Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV)
- Bacharel em Ciências Econômicas – Universidade de Brasília - DEZ/1987
- Presidente da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
- Diretor da Unidade de Finanças do Banco do Brasil S.A.
- Coordenador-Geral de Administração da Dívida Pública – Secretaria do Tesouro Nacional
- Membro e Presidente do Conselho de Administração da Vale
- Foi Conselheiro de Administração da Karsten S.A.
- Foi Conselheiro de Administração da Duas Rodas Industrial Ltda.

Cargos ocupados nos últimos 5 anos

- Presidente do Conselho de Administração da Kepler Weber S/A.
- Diretor da Etrus Consultoria Ltda.
- Presidente da Tupy S.A.
- Conselheiro de Administração da Paranapanema S.A.
- Conselheiro de Administração da Condor S.A.
- Conselheiro de Administração da Librelato S.A.

Principais competências e setores de atuação

- Estratégia
- Economia
- Liderança
- Turnaround
- M&A
- Finanças



Ricardo Doria Durazzo

Idade: 61 anos

Data de posse: Indicado para primeiro mandato como
Membro Independente do Conselho de Administração

Formação e experiências anteriores

- Formado em Engenharia Mecânica pela USP
- Especialização em Engenharia de Computação pela USP
- Master of Science (M.S.) em Engenharia Mecânica pela Stanford University (USA)
- MBA pela Cornell University (USA)
- Sócio, Booz Allen Hamilton
- Sócio, A.T. Kearney
- Sócio, McKinsey & Company
- **Saraiva S.A. Livreiros e Editores (Varejo):** Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Inovação & Estratégia.
- **Indústrias Romi (Máquinas Ferramenta):** Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Seleção de Executivos.
- **Cia. Providência (Indústria de Plásticos):** Membro do Conselho de Administração e Chair do Comitê de Eficiência.
- **Viver Incorporadora (Incorporação Imobiliária):** Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Turnaround.

Cargos ocupados nos últimos 5 anos

- **Tupy S.A.:** Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Estratégia & Inovação, Membro do Comitê de Finanças & Transações, Membro do Comitê de Sustentabilidade e Membro do Conselho de Administração.
- **Grupo NC (Farma):** Membro do Conselho Consultivo, Coordenador do Comitê de Estratégia e Coordenador do Comitê de Operações
- Sócio-Diretor, Rubicon S.A.
- Sócio-Diretor, Atlantis Capital Group
- Administrador, Empresas Durazzo

Principais competências e setores de atuação

- Governança Corporativa
- Energia
- Estratégia
- Gestão de operações
- Mobilidade



Piero Abbondi

Idade: 65 anos

Data de posse: 23/03/2023

Indicado para reeleição como Membro do Conselho de Administração

Formação e experiências anteriores

- Mestre em Administração de Empresas pela HEC da Universidade de Lausanne – Suíça
- Engenheiro de Produção pela Escola Politécnica da USP
- Managing Director – South America da GSI – AGCO
- CEO da Brasmetal Waelzholz S.A.
- Holcim Brasil – ocupou várias posições de C-Level entre as quais CFO, Diretor Geral da Divisão Concretex e Diretor de Logística
- Advisory, Counseling and Coaching ; Libra, forPRO, Spectro, Regispel
- Business Development – Grupo Prada
- Gerente e Consultor - Accenture

Cargos ocupados nos últimos 5 anos

- Conselheiro da Kepler Weber S/A;
- Coordenador do Comitê Estratégia, Investimentos e Finanças da Kepler Weber S/A;
- Coordenador do Comitê Pessoas, Compliance e Sustentabilidade da Kepler Weber S/A;
- Presidente do Conselho de Administração da Procer Automação S/A (empresa Controlada da Kepler Weber S/A);
- CEO do Grupo Kepler Weber (2018 – 2024);

Demais ocupações externas

- Diretor Tesoureiro da Câmara de Comércio Suíço- Brasileira
- Diretor Sicetel Abimetal - FIESP
- Diretor ABESC – Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Concretagem

Principais competências e setores de atuação

- Agribusiness
- Finanças
- Liderança
- Estratégia
- Change Management
- Business Development
- Operações



Ruy Flaks Schneider

Idade: 84 anos

Data de posse: Indicado para reeleição como Membro Independente do Conselho de Administração

Formação e experiências anteriores

- Engenheiro Ind. Mecânico e de Produção PUC-RJ
- "Master of Sciences", "Engineering-Economy" Stanford University, Stanford, California
- Oficial da Reserva da Marinha do Brasil
- Curso Superior de Guerra - Escola Superior de Guerra-RJ
- Fundou o Departamento de Engenharia Industrial da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro tendo sido seu primeiro Diretor
- Estabeleceu o primeiro Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial do Brasil (Mestrado e, posteriormente, Doutorado) até hoje o de maior número de alunos do País
- Foi Consultor para Ações Estratégicas GABINETE DO COMANDANTE DA MARINHA
- Foi Assessor para Assuntos Institucionais Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, **Ministério da Defesa**
- Foi Vice-Presidente Executivo Grupo Multiplan e - Diretor-Superintendente Renasce-Rede Nacional de Shopping Centers
- Atuou em diversas posições até Vice-Presidente, **Mercado de Capitais do Banco de Montreal S/A.** Montrealbank e empresas do grupo entre 1970-1988
- Foi gerente geral da filial RJ da Xerox do Brasil.
- Foi **Conselheiro e** Membro do Corporate Governance and Ethics Committee do ALLIANCE SONAE SHOPPING CENTERS S.A.
- Foi Chairman, internal Audit & Compliance Committee do Sonae Sierra Brasil S.A.
- Diversas posições em conselhos de administração, incluindo TEKA TECELAGEM KUEHNRIK S.A., na CBTD COMPANHIA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DIGITAL S.A., COMUNIQUE-SE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA, AGRENCO DO BRASIL S.A.

Cargos ocupados nos últimos 5 anos

- Presidente SCHNEIDER & CIA, desde 1991
- Conselheiro de Administração da Kepler Weber S/A (2023 – 2025)
- Conselheiro de Administração da Norte Energia S.A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (2023-Presente)
- Conselheiro da Eletrobrás em diferentes mandatos e, atuando como Presidente do Conselho **conduziu a Privatização da empresa**, e em comitês,
- Conselheiro da PETROBRAS, ocupando posições em diferentes comitês, **tendo sido Presidente do Comitê de Pessoas e membro do Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras**
- Conselheiro de Administração da Cia. Docas do Rio de Janeiro PORTOSRIO

Demais ocupações externas

- Decano dos Conferencistas da Escola de Guerra Naval Marinha do Brasil;
- Professor do Curso Superior de Defesa Escola Superior de Guerra, Ministério da Defesa
- Presidente do Conselho de Administração LRNB Liga da Reserva Naval do Brasil
- Membro do Conselho de Colaboradores CEPE Conselho de Estudos Políticos-Estratégicos da Marinha
- Fundador e primeiro Presidente da ABMN Associação Brasileira de Marketing e Negócios
- Membro do Conselho de Administração CODEMEC Comitê para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais Janeiro, 2018
- Palestras nacionais e internacionais, publicações
- Atuação em diversas entidades institucionais e de classe.
- Condecorações, premiações e reconhecimentos nacionais e internacionais.
- Membro Fundador da Abrapp
- Diversas posições como Conselheiro Fiscal, incluindo INB INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL, Unipar Ind. Petroquímicas, Banco ABC, Rossi Residencial, Telemar Norte Leste, Brasil Telecom, Tele Norte Participações, Parmalat do Brasil

Principais competências e setores de atuação

- Estratégia/Competitive Intelligence
- Fusões, Aquisições e Joint-Ventures
- Mercado de Capitais
- Marketing
- Relacionamento com Investidores e Stakeholders
- Previdência Privada e Fundos de Pensão
- Auditoria
- Vivência internacional



DORIS BEATRIZ FRANÇA WILHELM

Idade: 70 anos

Data de posse: Indicada para primeiro mandato como Membro Independente do Conselho de Administração

Formação e experiências anteriores

- Formada em Economia pela UFRGS
- Especialização em Economia Industrial pela UFRGS
- Master Program in International Finance pela Business School da University of Westminster of London (1996), como bolsista do British Council Chevening Award (1994-1996)
- Membro Titular do Conselho de Administração da Light S.A. (abril/2019 a dezembro/2019), indicada pelo BNDESPar;
- Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário da Light S.A. (maio/2019 a dezembro/2019);
- Membro do Comitê de Governança, Compliance e Sustentabilidade da Light S.A. (maio/2019 a dezembro/2019);
- Membro Titular e Coordenadora do Conselho Fiscal da CVC BRASIL Operadora e Agência de Viagens S.A. (abril/2018 até 09/outubro/2020);
- Membro do Comitê de Auditoria de assessoramento ao Conselho de Administração do IBGC (março/2018 a março/2020);
- Membro Vogal da FACPC – Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (abril/2017 a abril/2021);
- Membro Titular do Conselho de Administração da Eldorado Brasil S.A. (agosto/2017 a janeiro/2018), indicada pela PETROS;
- Membro Titular do Conselho Fiscal da Azevedo Travassos S.A. (abril/2017 a abril/2018), indicada por minoritário;
- Membro Titular do Conselho Fiscal da Renuka do Brasil S.A. (novembro/ 2016 a dezembro/2017), indicada pelo controlador;
- Membro Titular do Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A. (abril/2016 a julho/2020), indicada por minoritário;
- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Terra Santa Agro S.A. (abril/2018 a abril/2020), indicada por minoritário;
- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Viver S.A. (abril/2017 a abril/2019), indicada pelo controlador;
- Membro Suplente do Conselho Fiscal da BRF S.A. (abril/2017 a abril/2018), indicada pela PETROS;
- Membro do Comitê Estatutário de Assessoramento ao Conselho de Administração de Gestão e Governança Corporativa da Forjas Taurus S.A. (abril/2012 a janeiro/2015).
- **2011-2015 FORJAS TAURUS S.A.:** *Diretora Estatutária de Relações com Investidores* e Membro do Comitê Estatutário de Gestão e Governança Corporativa de assessoramento ao Conselho de Administração (Reestruturação Societária e de Governança Corporativa).
- **2007-2011 PARANAPANEMA S.A.:** *Diretora Estatutária de Relações com Investidores* (Reestruturação Financeira, Societária e Tributária).
- **2004-2007 GRENDENE S.A.:** *Executiva de relações com Investidores* (Coordenação do IPO na B3).
- **2002-2004 COTEMINAS – COMPANHIA DE TECIDOS DO NORTE DE MINAS:** *Gerente Executiva de Relações com Investidores* (reestruturação societária com permuta de ações da holding Wembley para a Coteminas)
- **1999-2002 VCP – VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A.:** *Gerente de Relações com Investidores* (Coordenei ADR III na NYSE)
- **1997-1999 AMBEV S.A. / ANTARCTICA:** *Gerente de Relações com Investidores* (Fusão e ADR II na NYSE)

- **1988-1997 UNIBANCO S.A.:** Licença para o Mestrado em Londres (1994-1997); *executiva de Relações Investidores* (1990-1997); Gerente de Investimentos (1988-1990)
- **1986-1988 Banco Iochpe S.A. (Porto Alegre) / Bankers Trust (SP):** *Analista Sênior de Investimentos*
- **1984 a 1986 Banco do Comércio e Indústria de São Paulo – Comind:** *Coordenadora de Análise de Crédito para Região Sul*
- **1981 a 1984 Banco Maisonnave S.A. (Porto Alegre):** Economista Sênior.

Cargos ocupados nos últimos 5 anos

- **Atual membro do Comitê Estatutário de Auditoria** da Vivest (janeiro/2025 a janeiro/2028);
- **Atual Membro Independente do Conselho Consultivo** da startup BEOROANGE (agosto/2024 a agosto/2026);
- **Atual Membro Independente do Comitê Estatutário de Auditoria** (COAUD) do Banco Cooperativo Sicredi e da SicrediPar (março/2023 a março/2026);
- **Atual Membro Titular do Conselho Fiscal** da Kepler Weber S.A. (abril/2024 a abril/2025), indicada pelos acionistas (sem controlador);
- **Atual Membro Titular** do Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A. (abril/2021 a abril/2025), indicada pelo controlador;
- **Membro Titular** do Conselho de Administração da Serra Azul Water Park S.A. - Wet'n Wild (março/2021 a fevereiro/2023), indicada pela FUNCEF;
- **Membro Suplente** do Conselho Fiscal da Embraer S.A. (abril/2023 a abril/2024);
- **Membro Titular** do Conselho de Administração da Pomi Frutas S.A. (setembro/2017 a maio/2022), indicada pelo controlador;
- **Membro Titular** do Conselho Fiscal do Grupo Pão-de-Açúcar (CBD) (abril/2021 a abril/2023), indicada por minoritário;

Principais competências e setores de atuação

- Mercado de Capitais local e internacional (Dívida, Ações. M&A)
- Governança Corporativa / Compliance / Riscos
- Relacionamento com investidores / Stakeholders / Abertura de Capital
- Sustentabilidade (ESG)
- Economia / Finanças Internacionais / Contabilidade / Direito Societário
- Comunicação / Empatia / Relacionamento Interpessoal / Equipes Multifuncionais
- Visão estratégia e sistêmica / Pensamento Crítico / Criatividade / Inovação
- **Multisetorial:** Açúcar & Alcool; Agronegócio; Bebidas; Calçados; Construção Civil/Incorporação; Cooperativismo; Defesa e Segurança; EFPC e Plano de Saúde; Energia Elétrica; Entretenimento; Financeiro; Metalurgia; ONGS; Papel e Celulose; Siderurgia; Startup (Mgmttech) Seguros; Turismo e Varejo de Alimentos.



DANIEL ALVES FERREIRA

Idade: 52 anos

Data de posse: Indicado para primeiro mandato como Membro do Conselho de Administração

Formação e experiências anteriores

- Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Paulista – UNIP de São Paulo, com grau colado em 1995.
- Curso de Especialização em “Mercados de Capitais – Aspectos Jurídicos” pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (2009)
- Advogado Associado Sênior do Escritório Mesquita Pereira, Almeida e Esteves Advogados, com atuação nas áreas cível, família e relações consumeristas - 1996 a 2002;
- Advogado sócio do Escritório Mesquita Pereira, Almeida Esteves Advogados, com atuação nas áreas de processos contenciosos de massa e Societária (Mercado de Capitais). Atuava como representante de acionistas em diversas Assembleias de Companhias Abertas e/ou Fechadas e como gestor da área de Proxy Voting-2002 a 2018;
- Conselheiro de Administração – CEMIG, CEMIG Distribuidora e CEMIG Geração e Transmissão –2016/2018;
- Conselheiro de Administração Renova Energia – 2018/2020;
- Conselheiro de Administração da Santo Antonio Energia e Madeira Energia – 2018/2020;

Cargos ocupados nos últimos 5 anos

- Sócio do Alves Ferreira & Mesquita Sociedade de Advogados desde 2018, responsável pelas Áreas Societária e Mercado de Capitais;
- Conselheiro Fiscal – Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás – 2018/2021;
- Presidente do Conselho Fiscal da Renova Energia S/A- 2020/2021;
- Conselheiro de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras desde 2019;
- Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Eletrobras desde 2019;
- Coordenador do Comitê de Apoio a Assuntos Jurídicos da Eletrobras desde 2023;

Principais competências e setores de atuação

- Societário, Mercado de Capitais e Comissão de Valores Mobiliários;
- Assembleias de Acionistas;
- Estratégias Jurídicas e de Governança;
- Estratégia em Conflitos e Negociação.



WERNER FERREIRA DOS SANTOS

Idade: 67 anos

Data de posse: Indicado para primeiro mandato como Membro Independente do Conselho de Administração

Formação e experiências anteriores

- Engenheiro Mecânico formado na Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM) - 1981
- Master of Business Administration – Agribusiness/Agricultural Business Operations – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - 2003;
- Programa de Desenvolvimento de Conselheiros – IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - 2015
- Programa de Desenvolvimento de Conselheiros – 2023; Programa de Desenvolvimento de Executivos, FDC/Kellogg School of Management e Executives' Development Program – 2014 pela Fundação Dom Cabral.
- **Grupo RZK** - CEO das Concessionárias John Deere no Grupo Rezek, nos Estados do MT, MS e PR. – 2013 a 2015
- **John Deere** - Diretor de Vendas – Brasil – 2008 a 2013
- **Valtra** - CEO – 2004 a 2008
- **Massey Ferguson** - Diretor de Marketing – Brasil – 1998 a 2004

Cargos ocupados nos últimos 5 anos

- **PH Advisory Group** - Consultor Associado Sênior – JAN/2023 até o momento
- **WS & Associados** - Fundador & Diretor Executivo – FEV/2020 até o momento
- **AGCO Corporation** - Massey-Ferguson, Valtra e Fendt; Consultor Estratégico Sênior – 2020 a 2023 e Vice-Presidente - América Latina - Vendas, Marketing, Aftermarket e Gerenciamento de Novos Produtos – 2015 a 2020 .

Principais competências e setores de atuação

- Agribusiness
- Liderança
- Estratégia
- Gestão de negócios

5 - PROMOVER A ELEIÇÃO DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL, BEM COMO FIXAR SUA REMUNERAÇÃO.

O Conselho Fiscal é de funcionamento permanente. O Estatuto Social não atribui nenhuma outra função, competência ou prerrogativa ao órgão ou seus membros que não as previstas na Lei das S/A.

O capital social está representado somente por ações ordinárias e o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) membros titulares, e suplentes em igual número, acionistas ou não.

Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do art. 147 da Lei das S/A, membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de Administrador da Companhia.

O Presidente da Assembleia receberá a identificação de cada candidato, a qual deverá ser acompanhada, se possível, dos seguintes documentos, exceto para os candidatos a reeleição, cujos documentos já se encontram arquivados na Companhia:

- a) Diploma em curso superior universitário, ou comprovação de ter exercido, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal;
- b) Currículo que informe a qualificação completa, preferencialmente, portanto não obrigatório, acompanhado de 4 (quatro) cópias autenticadas da Carteira de Identidade, do cartão do CPF, e comprovante de residência, pois são documentos exigidos pelo Registro do Comércio para arquivamento da Ata da Assembleia Geral;
- c) Declaração assinada de que:
 - i. Não está impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevariação, peita, suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta.
 - ii. Atende ao requisito de reputação ilibada.
 - iii. Não tem interesse conflitante, nem ocupa cargo em sociedade concorrente com a Kepler Weber S/A ou sua controlada Kepler Weber Industrial S/A.
 - iv. Não é membro de órgãos de administração nem empregado da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, nem cônjuge ou parente, até terceiro grau, de Administrador da Companhia.

Todos aqueles que forem indicados para receber votos na eleição para o Conselho Fiscal deverão comprovar o cumprimento dos requisitos legais, antes de iniciar o processo de votação na Assembleia.

Os acionistas minoritários terão direito de identificar o(s) seu(s) candidato(s), na forma do art. 161 da Lei das S/A.

Aqueles candidatos reconhecidos como cumpridores dos requisitos legais serão declarados pelo Presidente da Assembleia como aptos a receber votação.

Os titulares de ações ordinárias enquadrados no conceito de acionistas minoritários (não controladores), desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto, terão direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente.

Independentemente de haver mais candidatos que vagas a serem preenchidas, o critério de eleição será o da maioria, conforme previsto no artigo 129 da Lei das S/A, não se computando os votos em branco ou as abstenções.

A eleição dar-se-á pelos votos direcionados a cada um dos candidatos e seu respectivo suplente.

Caso não estejam presentes acionistas titulares de ações que permitam a eleição em separado, os cargos serão preenchidos pelo voto da maioria absoluta dos acionistas presentes na Assembleia.

Os acionistas Francisco B. Heller, Deise Heller e Kielce Gestão de Ativos Ltda ME informaram que indicarão os seguintes nomes para o Conselho Fiscal:

Conselheiro Titular: Francisco Eduardo de Queiroz Ferreira (reeleição)

Conselheiro Suplente: Emílio Otranto Neto (reeleição)

A gestora de recursos Trígono Capital informou que indicará os seguintes nomes para o Conselho Fiscal:

Conselheiro Titular: Reginaldo Ferreira Alexandre (reeleição)

Conselheira Suplente: Maria Elvira Lopes Gimenez (reeleição)

Conselheira Titular: Tulia Brugali (Indicada ao primeiro mandato)

Conselheira Suplente: Rosângela Costa Süffert (reeleição)

As informações sobre a apresentação dos membros do Conselho de Fiscal, nos termos do art. 11 da Resolução CVM 81/22 (conforme itens 7.3 a 7.6 do Anexo C, de acordo com a Resolução CVM 80/22), encontram-se disponíveis para consulta no **Anexo E** à esta Proposta.

6 - DELIBERAR SOBRE O LIMITE GLOBAL DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE ABRIL DE 2025 E MARÇO DE 2026

A Kepler Weber S/A, líder na América Latina em equipamentos para armazenagem e soluções pós-colheita, às vésperas de celebrar seus 100 anos de história, requer de sua administração um profundo conhecimento dos negócios e do mercado, além de exclusiva dedicação para alcance dos objetivos estratégicos.

A Companhia está em constante evolução estratégica para consolidar sua liderança no mercado. Reconhecendo que atrair, desenvolver, reter e engajar executivos em posições estratégicas, como Diretores, Conselheiros e membros de Comitês, é um desafio essencial para o sucesso organizacional, a Kepler Weber adota políticas estruturadas e competitivas de gestão de pessoas.

Para garantir o alinhamento entre o desempenho esperado pelos acionistas e o comprometimento dos executivos, baseados nos valores da companhia e nas estratégias de curto e longo prazo e a sustentabilidade do negócio a remuneração anual da administração é definida com base em pesquisas de mercado, comparadas às empresas do mesmo segmento e em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa. Esse modelo considera as responsabilidades de cada membro e as demandas estratégicas das posições ocupadas.

A Companhia analisa e valida anualmente a composição da remuneração de seus executivos, incluindo o Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP) destinado aos membros da diretoria estatutária e executiva. Esse programa, vinculado a indicadores de performance e valorização, busca incentivar desempenhos superiores e gerar valor sustentável para o negócio. As métricas de remuneração variável são definidas com base em indicadores financeiros e alinhadas ao planejamento estratégico da Kepler Weber para 2030.

A verba global de remuneração, abrangendo componentes fixos, variáveis (curto e longo prazo) e benefícios, é aprovada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária. Essa estrutura estimula uma cultura empreendedora e orientada para resultados, promovendo o alinhamento de interesses entre a administração e os acionistas.

Elementos de remuneração para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração é fixada pela Assembleia Geral Ordinária, sendo 100% fixa, denominada como honorários fixos mensais e paga em doze parcelas anuais, no período que compreende o mandato de cada membro.

Os honorários mensais estão alinhados as práticas de mercado, analisados por meio de pesquisas anuais realizadas por consultorias conceituadas e em comparação às empresas de mesmo porte e segmento, buscando remunerar os serviços dos Conselheiros, pela sua dedicação e conforme o escopo das respectivas responsabilidades, incluindo, mas não limitando à participação em Comitês de Assessoramento ao Conselho.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixa, denominada honorários fixos mensais, e será equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

Para maiores informações, acesse: <https://ri.kepler.com.br/publicacoes-e-comunicados/codigos-politicas-e-regimentos/>

REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Remuneração Fixa

Honorário-base: A remuneração consiste, exclusivamente, no pagamento de um valor fixo mensal (honorários), com o objetivo de remunerar os serviços de cada membro do Conselho, no âmbito da responsabilidade atribuída ao Conselho de Administração da Companhia. Não há suplência no Conselho de Administração.

Remuneração Variável e Benefícios:

Não fazem jus a outros tipos de remunerações ou benefícios diretos e indiretos, exceto reembolso das despesas de alimentação, locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, ao qual têm direito.

REMUNERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Remuneração Fixa

Honorário-base: A remuneração consiste, exclusivamente, no pagamento de um valor fixo mensal (honorários), com o objetivo de remunerar os serviços de cada membro do Conselho Fiscal, no âmbito da responsabilidade atribuída como membro do Conselho Fiscal. A determinação da remuneração do Conselho Fiscal é calculada como um percentual (10%) da remuneração média atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia, conforme Art. 162, § 3º, Lei 6.404/76, não computados os benefícios e remuneração variável.

Em caso de vacância, o membro titular não é remunerado, enquanto membros suplentes são remunerados apenas nos casos em que exercem suas atividades devido à vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular.

Remuneração Variável e Benefícios:

Não fazem jus a outros tipos de remunerações ou benefícios diretos e indiretos, exceto reembolso das despesas de alimentação, locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, ao qual têm direito.

REMUNERAÇÃO DOS COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

A Companhia possui instalado três Comitês de Assessoramento: o **Comitê de Auditoria e Riscos**, o **Comitê de Pessoas, Compliance e Sustentabilidade** e o **Comitê de Estratégia, Investimentos e Finanças**.

Remuneração Fixa

Honorário-base: A remuneração fixa (honorários fixos mensais) aos membros externos de cada Comitê, com base na análise prévia de pesquisas de mercado de consultorias renomadas, é previamente determinada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Remuneração Variável e Benefícios:

Não fazem jus a outros tipos de remunerações ou benefícios diretos e indiretos, exceto reembolso das despesas de alimentação, locomoção dentro do Brasil e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, ao qual têm direito.

Elementos de remuneração da Diretoria Estatutária

A Política de Remuneração da Kepler Weber S/A, aprovada pelo Conselho de Administração, possui como principais objetivos: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os beneficiários na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; (iii) assegurar a

manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho geral, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos beneficiários; (iv) refletir os interesses dos acionistas na criação de valor sustentável e de longo prazo; (v) alinhar-se às metas e estratégias de negócios; (vi) estabelecer as melhores práticas de mercado; e (vii) representar a visão, missão e valores da Companhia.

O pacote de remuneração total dos diretores estatutários é composto por: (i) parcela fixa; (ii) parcela variável composta por incentivos de curto prazo ou ICP; (iii) incentivo de longo prazo ou ILP; (iv) benefícios.

Os valores e modelos aplicáveis são baseados nas práticas do mercado executivo, nos termos da estratégia de remuneração total definida pela Companhia, e balizados por pesquisas de remuneração específicas, realizadas por consultorias independentes conceituadas e especializadas no tema, além de comparativo com mercado selecionado de empresas similares.

A **remuneração fixa** e o **pacote de benefícios** têm como propósito atrair e reter os executivos com sólida experiência e competência consistente com o escopo e responsabilidade do cargo.

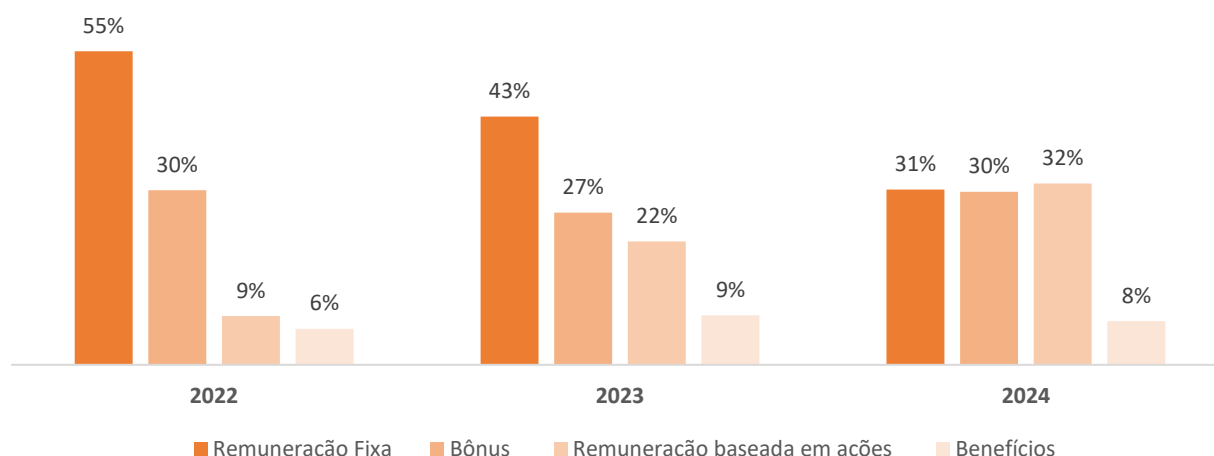
O **bônus de curto prazo**, reconhece a participação do executivo no resultado do período, incentivando-o a superar desafios, alcançar resultados sustentáveis e gerenciar riscos de forma eficaz para a sustentabilidade do negócio.

O **plano de incentivo de longo prazo**, baseado em ações, reforça o senso de dono do negócio, promovendo retenção e engajamento de longo prazo com criação de valor sustentável.

A remuneração total anual fixa e variável é validada e fixada pelo Conselho de Administração da Companhia, em Assembleia Geral Ordinária, fundamentada por pesquisas de análise de mercado.

Para mais informações, acesse a Política de Remuneração: <https://ri.kepler.com.br/publicacoes-e-comunicados/codigos-politicas-e-regimentos/>

No último período, a relação entre remuneração fixa e variável da diretoria estatutária apresentou uma maior convergência, reflexo da implementação do plano de sucessão e da reestruturação em posições estratégicas na diretoria. Já no incentivo de longo prazo, observamos uma evolução significativa em comparação ao período anterior, impulsionada pela maturidade e continuidade do programa, reforçando o alinhamento da alta liderança com os objetivos estratégicos e a criação de valor para os acionistas.



REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Remuneração Fixa

Honorário-base: A remuneração fixa mensal (honorários) prevê o pagamento de 13 parcelas fixas no ano, tendo como objetivo atrair e reter os executivos estatutários com experiência e habilidades compatíveis com a estratégia e a responsabilidade do cargo que lhes é atribuído na administração da Companhia.

Remuneração Variável: Curto Prazo

Bônus: Consiste na remuneração variável de curto prazo, que remunera os membros da diretoria estatutária de acordo com o desempenho alcançado frente aos desafios estabelecidos para o ano, com metas e pesos definidos no último ciclo e são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração. O bônus é calculado com base nos resultados anuais da Companhia e no alcance de suas respectivas metas.

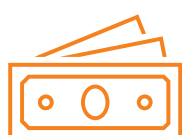
O Diretor Presidente, responde por **metas corporativas** ligadas aos objetivos financeiros e de excelência da Companhia. Os objetivos financeiros estão ligados ao EBITDA e Fluxo de Caixa e indicador de excelência através dos índices de pedido complementar interno (PCI) ou de pedido em atendimento em garantia (PAG). Os demais diretores estatutários respondem por estas **metas corporativas**, porém acrescidas das **setoriais e de desempenho individual**, as quais buscam manter a sustentabilidade dos resultados da Companhia, ambas vinculadas ao planejamento estratégico e derivadas dos objetivos financeiros, de sustentabilidade do negócio e foco direto em gestão de pessoas.

PAINEL DE INDICADOR	INDICADORES	DIRETOR PRESIDENTE	DEMAIS DIRETORES
Corporativos	EBITDA	60%	40%
	Fluxo de Caixa	30%	20%
	PCI/PAG	10%	10%
Setoriais	Desdobradas do Planejamento Estratégico e performance das equipes	-	20%
Individual		-	-
Desempenho Individual	Gestão de Pessoas	-	10%

Os indicadores ligados as metas setoriais dos demais diretores são desdobrados diretamente do planejamento estratégico. As metas do Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores estão vinculadas ao crescimento de mercado, potencializando as ações mercadológicas e de novos negócios, através de estudo de viabilidade dos projetos estratégicos e sustentáveis. Os indicadores do Diretor Industrial e Produto, têm como foco a área de pesquisa e desenvolvimento, assim como a excelência na atuação das unidades operacionais, através do acompanhamento e monitoramento dos seus processos estratégicos. As metas para o novo ciclo estão em fase de elaboração e posteriormente serão aprovadas, conforme fluxo procedimental da Companhia.

Para o pagamento do bônus aos executivos, há um gatilho atrelado a meta financeira de Lucro Líquido da Companhia, além disso, cada meta possui um range de atingimento dos resultados, sendo o mínimo de 80% e o máximo de 120%.

Para o cálculo do pagamento do bônus dos diretores são considerados os elementos abaixo:



BÔNUS ANUAL
em múltiplos de
honorários fixos

=



TARGET (% LL)
número de
honorários fixos

X



PAINEL DE METAS
% atingimento
(limite 100%)

Remuneração Variável: Longo Prazo

Plano de Ações: é o programa de remuneração variável de longo prazo, na modalidade de ações restritas, com metas atreladas a performance de lucro líquido e de valorização das ações da Companhia. Tem como objetivo alinhar os seus interesses dos executivos aos interesses da companhia, criando uma cultura de fortalecimento, reconhecimento e união. As entregas geram ações, crescimento e expansão, por isso o programa tem como intenção reconhecer o trabalho, esforço e dedicação de cada um dos membros, através das entregas realizadas em cada uma das metas.

Para fins de cálculo, o incentivo de longo prazo *Time*, tem como base o atingimento dos resultados do exercício anterior, atrelado ao indicador de lucro líquido da companhia para que sua outorga ocorra ou seja deliberada pelo Conselho de Administração, caso não aconteça o atingimento mínimo estabelecido no período. As ações outorgadas aos executivos são liberadas em sublotes de 1/3, conforme período de *vesting*.

O incentivo de longo prazo *Performance* tem como meta a valorização da ação da Companhia de acordo com a sua estratégia. Para fins de apuração dos resultados, são utilizadas como base inicial a média do valor da ação dos 60 últimos pregões anteriores a data de outorga comparada aos 60 pregões anteriores a data de liberação do lote de ações, se atingido o percentual mínimo estabelecido para tal. Em caso de atingimento total ou parcial ou superação do desempenho de performance dos participantes, o Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, poderá liberar, antecipar ou acelerar, total ou parcialmente, o lote performance, desde que observados os limites estabelecidos em cada programa. Sem prejuízo, ficará a critério do Conselho de Administração deliberar sobre eventual prorrogação do prazo de carência do longo prazo performance. Em cada programa, fica estabelecido que em caso de não atingimento da meta que se encerra em 30 de abril do referido ano de apuração, ocorrerão períodos de reavaliação de 6 em 6 meses, por um prazo de até 2 (dois) anos.

O quadro abaixo exemplifica o plano de ações da Kepler Weber S/A:

EXECUTIVO: ABC	AÇÕES OUTORGADAS* 2025	LIBERAÇÃO (AÇÕES)				
		30/04/2026	30/04/2027	30/04/2028	30/04/2029	30/04/2030
<i>ILP Time</i>	999	333	333	333		
<i>ILP Performance</i>	999			999	<i>reavaliação</i>	<i>reavaliação</i>
Total	1.988	333	333	1.332		

*O conselho de Administração pode, a seu critério, também deliberar um percentual relativo ao desempenho do executivo no período.

Para mais informações, vide o Anexo F, item 8.4 deste documento.

Benefícios:

Os executivos estatutários possuem um pacote de benefícios compatível com as práticas de mercado, que é composto por: plano de assistência médica e odontológica e pacote de reembolso, auxílio alimentação, auxílio automóvel ou a locação do automóvel, seguro de vida e seguro *Directors and Officers* (D&O), validado pelo Conselho de Administração.

O pacote de remuneração dos demais diretores executivos (não estatutários), segue a mesma composição, como acima descrita, sendo sua remuneração aprovada pelo Conselho de Administração anualmente, de acordo com as especificidades por cargo e grade. Para mais informações, acesse o anexo F.

Processo de Avaliação de Desempenho

O processo de avaliação da alta administração, incluindo Conselhos, Comitês, CEO e Diretoria, é um pilar essencial da governança corporativa, garantindo a efetividade, transparência e alinhamento estratégico de toda a liderança da companhia. A avaliação permite medir o desempenho individual e coletivo, identificar oportunidades de aprimoramento e fortalecer a tomada de decisão com base em melhores práticas de mercado. Além de garantir que as ações estejam alinhadas aos objetivos estratégicos e à criação de valor sustentável para a empresa em ambas as esferas.

AValiação do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento

A companhia adota um modelo de governança robusto e em constante evolução e em conformidade com as normas do segmento de Novos Mercados da B3. A avaliação de desempenho da alta administração é conduzida anualmente por uma consultoria externa especializada, garantindo isenção e alinhamento com as melhores práticas do mercado. No último ciclo, os Conselhos de Administração, bem como os Comitês, passaram por um processo estruturado de avaliação formal, considerando aspectos críticos para a eficácia da governança, como alinhamento estratégico, dinâmica de trabalho, estrutura e processos, além da prontidão para temas emergentes, incluindo ESG, ODS e transformação digital.

A avaliação incluiu a nova régua de competências esperada para o colegiado e utilizou ferramentas personalizadas para mensurar a contribuição individual e coletiva de seus membros. Como parte do processo, foram realizadas sessões estruturadas de feedback com os conselheiros, com o objetivo de aprimorar o desempenho dos administradores e fortalecer a tomada de decisão estratégica.

A partir dessas análises é dado início ao processo de elaboração dos planos de ação, focados na excelência da governança e na maximização do valor gerado para a companhia e seus acionistas. O processo é repetido anualmente, seguindo as melhores práticas e sempre com o apoio de consultoria externa especializada.

O ciclo atual de avaliação, já em andamento com apoio da consultoria externa, terá papel fundamental na análise da efetividade do colegiado e dos comitês, consolidando aprendizados do mandato vigente e identificando oportunidades de aprimoramento para a próxima gestão.

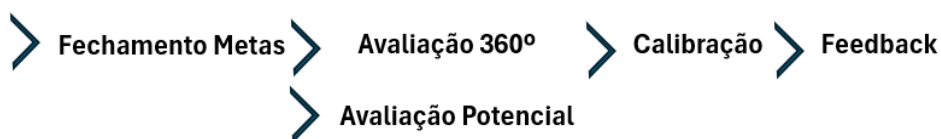
AVALIAÇÃO DA DIRETORIA

O processo de avaliação da alta liderança é baseado em competências e desempenho, garantindo um modelo meritocrático e orientado à alta performance. Os comportamentos-chave são definidos para toda a liderança, reforçando a busca por melhores resultados e promovendo a evolução da cultura organizacional, sempre alinhada ao propósito e valores da companhia.

A avaliação, realizada anualmente, abrange competências essenciais como: comunicação e colaboração, aprendizado ágil, flexibilidade, protagonismo, foco no cliente, gestão de pessoas e visão estratégica. Além disso, a companhia adota competências eletivas para fortalecer aspectos críticos, como: eficiência e segurança, inteligência emocional, pensamento crítico, resolução de problemas e gestão da ambiguidade. Esses critérios refletem as prioridades estratégicas da empresa e orientam a estrutura de gestão.

Para garantir consistência e equidade no processo, são realizadas reuniões de calibração e elaborados planos de desenvolvimento individualizados para os diretores, promovendo a contínua evolução da liderança.

Modelo de Desempenho:



Além disso, no último ano, todo o time de liderança participou de um programa estruturado de sucessão, que incluiu a identificação de posições-chave, avaliação de potencial e desenvolvimento de talentos. Esse modelo fortalece a governança corporativa e assegura a continuidade da gestão com profissionais capacitados para desafios futuros.

A companhia investe continuamente no desenvolvimento da diretoria, utilizando ferramentas e consultorias especializadas para garantir eficiência, viabilidade e sustentabilidade do negócio, além de proporcionar caminhos estruturados para o crescimento e sucessão de seus executivos.

Orçamento total de remuneração para 2025

A Companhia propõe a fixação do limite de R\$ 13.500.296,26 líquido de encargos sociais de ônus do empregador, para a remuneração global anual de seus administradores. A Administração destaca que o valor do limite global da remuneração dos administradores proposto para o exercício social corrente é 2,4% maior que o valor aprovado para o exercício social anterior, decorrente do percentual dos índices inflacionários em relação as novas bases.

A Companhia considerou na remuneração global os diretores estatutários da Kepler Weber. Essa verba será distribuída pelo Conselho de Administração, na forma prevista no Estatuto Social.

REMUNERAÇÃO	ANO 2025 PROPOSTA EM R\$
Diretoria	8.600.159,26
Fixa	3.003.551,19
Variável	4.960.855,83
Benefícios diretos e indiretos	635.752,24
Comitês de Assessoramento	796.137,00
Conselho de Administração	4.104.000,00
TOTAL	13.500.296,26

Em relação aos membros do Conselho Fiscal da Companhia, destacamos que a proposta de remuneração que será encaminhada à deliberação da Assembleia é de que a sua remuneração seja estabelecida de acordo com o parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei das S/A, que dispõe que a remuneração não será inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) do que, em média, for atribuído a cada diretor da Companhia.

A remuneração dos membros dos Comitês: **Comitê de Auditoria e Riscos, Comitê de Pessoas, Compliance e Sustentabilidade e o Comitê de Estratégia, Investimentos e Finanças** é determinada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

As informações sobre a remuneração global anual dos administradores requeridas no Artigo 13, inciso II, da Resolução CVM 81/22 encontram-se disponíveis para consulta no Anexo F (item 8) à esta Proposta.

Remuneração dos administradores prevista Vs. realizada:

Remuneração Total do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária

ANO 2025 (abr/25 a mar/26)	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	COMITÊS ASSESSORAMENTO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	TOTAL
Número de Membros	9	4	3	16
Número de Membros remunerados	9	4	3	16
Remuneração Fixa Anual				
- Pró-labore	4.104.000,00	796.137,00	3.003.551,19	7.447.688,19
- Benefícios Diretos ou Indiretos	-	-	635.752,24	635.752,24
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	-	-	3.074.912,39	3.074.912,39

- Participação nos Resultados	-	-	-	-
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	1.885.943,44	1.885.943,44
TOTAL (R\$ MIL)	4.104.000,00	796.137,00	8.600.159,26	13.500.296,26

ANO 2024 (abr/24 a mar/25)	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	COMITÊS ASSESSORAMENTO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	TOTAL
Número de Membros	8	4	3	15
Número de Membros remunerados	8	4	3	15
Remuneração Fixa Anual				
- Pró-labore	2.924.311,36	670.980,00	2.729.935,04	6.325.226,40
- Benefícios Diretos ou Indiretos	-	-	679.782,34	679.782,34
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	-	-	2.695.845,16	2.695.845,16
- Participação nos Resultados	-	-	-	-
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	2.821.954,13	2.821.954,13
TOTAL (R\$ MIL)	2.924.311,36	670.980,00	8.927.516,67	12.522.808,03

RCF 02/2025

KEPLER WEBER S/A
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 91.983.056/0001-69
NIRE Nº 3530045422-7

Ata de Reunião do Conselho Fiscal realizada em 25 de fevereiro de 2025.

1. Data, Hora e Local: No dia 25 de fevereiro de 2025, com início às 15h, via videoconferência.
2. Convocação: Encaminhada em 18 de fevereiro de 2025.
3. Mesa: Presença do presidente Sr. Reginaldo Ferreira Alexandre, e dos Conselheiros Sra. Doris Wilhelm e Sr. Francisco Ferreira representando a totalidade dos membros efetivos do órgão.
4. Convidados: Os Srs. Arthur Arruda e Vicente Giácomo, Sócios da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda e o Sr. Edirlei Lohrentz da Silva, Controller da Kepler Weber S.A., sendo o mesmo indicado para secretariar a presente reunião.
5. Ordem do Dia:
 - a) Exame do Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Financeiras (DF's) e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024;
 - b) Apresentação da E&Y Auditores Independentes, dos trabalhos de auditoria externa relativo às demonstrações financeiras de 2024;
 - c) Proposta de destinação dos resultados 2024;
 - d) Outros assuntos de interesse.
6. Apresentações e Deliberações:

Item a – Apresentação das DFs de 2024: O Sr. Edirlei Lohrentz da Silva apresentou e comentou detalhes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício, destacando a performance da Companhia no 4º trimestre e no ano de 2024. O material que serviu de base para essas discussões foi enviado previamente aos conselheiros fiscais, compreendendo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, compostas por balanço patrimonial, demonstração de resultados, de mutações do patrimônio líquido, de fluxo de caixa (método indireto), de valor adicionado e de resultados abrangentes, e respectivas notas além do relatório da administração e a minuta do relatório dos auditores independentes.

Após os debates e esclarecimentos prestados pela Administração, pelos representantes do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos e pelos auditores independentes, o Conselho Fiscal prosseguiu em seu exame das referidas demonstrações, o qual deverá ser concluído em nova reunião do colegiado a ser realizada na sequência da emissão do relatório definitivo dos auditores independentes e da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre essas demonstrações.

Item b – Apresentação da Auditoria Externa: Convidados a participar da reunião, o Sr. Vicente Giácomo apresentou os trabalhos de auditoria do 4º trimestre e do exercício de 2024, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo Conselho Fiscal.

Item c – Proposta de Destinação dos Resultados de 2024: O Sr. Edirlei Lohrentz da Silva apresentou a proposta de Destinação de Resultados 2024 da Kepler Weber S/A, a qual será submetida ao Conselho de Administração e posteriormente tramitará em Assembleia Geral para Deliberação, que compreende:

- Deliberar para encaminhamento da Assembleia Geral Ordinária da KWSA a destinação de R\$ 69.999.999,89 a título de dividendos KWSA-> Acionista, totalizando R\$ 141.102.738,15 de dividendos na competência 2024 (incluindo R\$ 44.233.453,39 de Dividendos Intermediários sobre saldo de reservas de lucros);

Item d – Outros Assuntos de Interesse: Nada a constar.

7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida e aprovada, vindo a ser assinada pelos presentes.

São Paulo, SP, 25 de fevereiro de 2025.

Reginaldo Ferreira Alexandre
Presidente do Conselho Fiscal

Doris Wilhelm
Conselheiro Fiscal

Francisco Ferreira
Conselheiro Fiscal

Edirlei Lohrentz da Silva
Secretário

RCF 03/2025

KEPLER WEBER S/A
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 91.983.056/0001-69
NIRE Nº 3530045422-7

Ata de Reunião do Conselho Fiscal realizada em 26 de fevereiro de 2025.

1. **Data, Hora e Local:** No dia 26 de fevereiro de 2025, com início às 8h20, via videoconferência.
2. **Convocação:** Efetuada na Reunião do Conselho Fiscal ocorrida no dia 25 de fevereiro de 2025.
3. **Mesa:** Presença do presidente Sr. Reginaldo Ferreira Alexandre, e dos Conselheiros Sra. Doris Wilhelm e Sr. Francisco Ferreira representando a totalidade dos membros efetivos do órgão.
4. **Convidado:** Sr. Edirlei Lohrentz da Silva, Gerente de Controladoria da Kepler Weber S/A, indicado para secretariar a presente reunião.
5. **Ordem do Dia:** Finalização do exame das demonstrações financeiras de 2024 e emissão do Parecer do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal da KEPLER WEBER S.A., em reunião realizada nesta data, completou o exame do conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024, a saber: Relatório Anual da Administração, Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa Método Indireto, do Valor Adicionado e de Resultados Abrangentes, e respectivas notas explicativas, além do relatório emitido nesta data, sem ressalvas, pelos Auditores Independentes.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises, documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Concluída a análise, o Colegiado emitiu o seguinte:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Kepler Weber S.A., em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório emitido nesta data, sem ressalvas, pela E&Y Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela assembleia geral ordinária dos acionistas.

6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que será assinada pelos participantes, encerrando-se a reunião.

São Paulo, SP, 26 de fevereiro de 2025.

Reginaldo Ferreira Alexandre
Presidente do Conselho Fiscal

Doris Wilhelm
Conselheiro Fiscal

Francisco Ferreira
Conselheiro Fiscal

Edirlei Lohrentz da Silva
Secretário

RCAUDT 02/2025

KEPLER WEBER S/A
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 91.983.056/0001-69
NIRE Nº 3530045422-7

Ata de Reunião do Comitê de Auditoria realizada em 25 de fevereiro de 2025.

1. **Data, Hora e Local:** No dia 25 de fevereiro de 2025, com início às 15h, via videoconferência.
2. **Convocação:** Encaminhada em 18 de fevereiro de 2025.
3. **Mesa:** Antônio Edson Maciel dos Santos, coordenador, Luiz Tarquínio Sardinha Ferro e Valmir Pedro Rossi representando todos os membros efetivos do Comitê.
4. **Convidados:** Os Srs. Arthur Arruda e Vicente Giácomo, Sócios da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda e o Sr. Edirlei Lohrentz da Silva, Controller da Kepler Weber S.A., sendo indicado para secretariar a presente reunião.
5. **Ordem do Dia:**
 - a) Análise do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras (DF's) e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024;
 - b) Apresentação dos trabalhos de auditoria externa relativo às Demonstrações Financeiras de 2024;
 - c) Outros assuntos de interesse.

6. Apresentações e Deliberações:

Item a – Apresentação das DFs de 2024: O Sr. Edirlei Lohrentz da Silva, apresentou a síntese das Demonstrações Financeiras contendo a performance da Companhia no 4º trimestre, bem como no exercício de 2024. A qual foi elaborada com base nos materiais enviados previamente quando da convocação e compreende as DF's individuais e consolidadas, compostas das Notas Explicativas, Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, DRE, DMPL, DVA, DFC e DRA), o Relatório da Administração e a minuta do Relatório dos Auditores Independentes. Após as considerações e os devidos esclarecimentos nos documentos examinados e analisados, o Comitê de Auditoria e Riscos da Kepler Weber S.A., no exercício de suas atribuições legais e responsabilidades analisou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Kepler Weber S.A, acompanhadas do Relatório da Administração e da minuta do Relatório dos Auditores (sem ressalvas). O Comitê de Auditoria e Riscos entende que as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Kepler Weber S.A. Dessa forma, recomendam, por unanimidade, que o Conselho de Administração delibere sobre as referidas demonstrações financeiras para posterior encaminhamento à assembleia de acionistas.

Item b – Apresentação da Auditoria Externa: Convidados a participar da reunião, o Sr. Vicente Giácomo, apresentou o resumo dos trabalhos de auditoria do 4º trimestre e do exercício de 2024, ratificando as informações contidas nas Demonstrações Financeiras e todos os seus efeitos nos resultados da Companhia e sua Controlada, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo Comitê de Auditoria.

Item c – Outros Assuntos de Interesse: Nada a relatar.

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida e aprovada, vindo a ser assinada pelos presentes.

São Paulo, SP, 25 de fevereiro de 2025.

Antônio Edson Maciel dos Santos
Coordenador do Comitê de Auditoria

Luiz Tarquínio Sardinha Ferro
Membro

Valmir Pedro Rossi
Membro

Edirlei Lohrentz da Silva
Secretário

RELCAUDT 01/2025

KEPLER WEBER S/A
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 91.983.056/0001-69
NIRE Nº 3530045422-7

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria e Riscos – Exercício 2024

Introdução

O Comitê de Auditoria e Riscos da Kepler Weber S.A. é um órgão não estatutário, de caráter permanente, dotado de autonomia operacional e orçamentária, destinado a assessorar o Conselho de Administração. Foi constituído e instalado conforme a legislação brasileira vigente e o regulamento do Novo Mercado da B3, tendo sua composição sido eleita em reunião do Conselho de Administração em 1º de junho de 2023. O Comitê atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 5 de julho de 2023, e tem, dentre outros objetivos, a missão de supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, bem como a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, auditoria interna, controles internos, *compliance* e às atividades dos auditores independentes. Além disso, o Comitê de Auditoria e Riscos pode receber e acompanhar as denúncias relacionadas ao seu funcionamento. Cabe destacar que o Comitê de Auditoria e Riscos é composto por três membros independentes.

Atividades Desenvolvidas em 2024

As atividades foram conduzidas de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho Anual, aprovado pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria e Riscos realizou 12 reuniões, entre 26 de janeiro de 2024 e 25 de fevereiro de 2025, todas registradas em atas. Sempre que necessário, as reuniões contaram com a participação dos diretores executivos, dos gerentes e da equipe, do auditor interno e dos auditores independentes, permitindo o entendimento dos processos, das principais políticas contábeis, dos controles internos, dos riscos, das possíveis deficiências e dos planos de melhoria, bem como a emissão de recomendações ao Conselho de Administração e à Diretoria da Companhia, registradas em atas específicas e no relatório completo enviado ao Conselho. Cabe destacar que o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se quatro vezes com o Conselho Fiscal, com o objetivo de trocar percepções sobre as demonstrações financeiras e o ambiente de controle da Kepler Weber.

As principais atividades realizadas no período estão resumidas abaixo:

- avaliação do Plano de Trabalho Anual da Auditoria Interna, realizada pela empresa Martinelli Auditores, bem como supervisão dos trabalhos e acompanhamento dos planos de ação para o atendimento das recomendações realizadas;
- acompanhamento e monitoramento do Projeto de Gestão de Riscos Corporativos;
- monitoramento da efetividade do Programas de *Compliance* e do Canal de Denúncias;
- acompanhamento dos planos de ação para correção dos apontamentos feitos pela Auditoria Independente em seu relatório de controles internos;
- reuniões com a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. para avaliação da qualidade e independência dos serviços prestados, bem como para acompanhamento dos trabalhos relativos às informações trimestrais e às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- análise e emissão de opinião para deliberação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e
- visitas às instalações e estruturas da Kepler Weber em Campo Grande, MS, incluindo fábrica, centros de distribuição e uma obra em um cliente relevante.

Conclusão

O Comitê de Auditoria e Riscos da Kepler Weber S.A., no exercício de suas atribuições legais e responsabilidades e considerando as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, conforme previsto em seu Regimento Interno, analisou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Kepler Weber S.A, acompanhadas do Relatório da Administração e da minuta do Relatório dos Auditores, sem ressalvas pela EY Auditores Independentes Ltda, apresentada na reunião do Comitê de Auditoria e Riscos em 25 de fevereiro de 2025. Com base nas avaliações realizadas, nas reuniões com a contabilidade, a diretoria, os auditores e demais áreas envolvidas, bem como nas informações prestadas, o Comitê de Auditoria e Riscos entende que as

demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Kepler Weber S.A. Dessa forma, recomendam, por unanimidade, que o Conselho de Administração delibere sobre as referidas demonstrações financeiras para posterior encaminhamento à assembleia de acionistas.

São Paulo, SP, 25 de fevereiro de 2025.

Antônio Edson Maciel dos Santos
Coordenador e Especialista Financeiro

Luíz Tarquínio Sardinha Ferro
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos e Conselheiro de Administração

Valmir Pedro Rossi
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Edirlei Lohrentz da Silva
Secretário do Comitê de Auditoria e Riscos

Informações gerais para a Assembleia



DATA

31/03/2025



HORÁRIO

10:30 am (EST 08:30 am)



LOCAL

A Assembleia será realizada de forma híbrida (presencial ou virtual), em sua sede social localizada na Rua do Rocio, nº 84, 3º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP e através da Plataforma ALFM Easyvoting com a possibilidade de envio de Boletim de Voto a Distância (BVD)

QUÓRUM NECESSÁRIO

Mínimo equivalente a dois terços dos seus membros, em caso de fração, será considerado o número inteiro imediatamente superior ao quociente, deliberando sempre por maioria de votos, observado o disposto no Parágrafo 4º abaixo.

Parágrafo 4º – As deliberações referentes às matérias de competência do Conselho de Administração, listadas nas alíneas (a) a (u) do Artigo 11 deste Estatuto Social, estarão sujeitas à aprovação por quórum qualificado da totalidade dos Conselheiros da Companhia, menos 2 (dois) Conselheiros. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade nos casos de empate.

Se o quórum não for atendido, a Companhia publicará uma nova Convocação de Assembleia anunciando a nova data da(s) Assembleia(s) a ser(em) realizada(s) em segunda convocação para tratar do(s) assunto(s) pendente(s), que poderá(ão) ser realizada(s) com a presença de qualquer número de acionistas.

INFORMAÇÕES GERAIS PARA A ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Nos termos dos artigos 124 e 289 da Lei das S/A, a assembleia geral será convocada por anúncio publicado, por três vezes, no mínimo, no Jornal Valor Econômico nos dias 27 de fevereiro de 2025, 06 de março de 2025, 18 de março de 2025, e divulgado no Sistema Empresas.NET, da CVM.

A primeira publicação do edital de convocação de assembleia geral da Kepler Weber será realizada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência da assembleia geral, observado o disposto na legislação aplicável, e no Sistema Empresas.NET, da CVM.

1. LOCAL DA ASSEMBLEIA

A Assembleia será realizada de forma híbrida (presencial e virtual), nos termos do determinado no Estatuto Social da Companhia, em sua sede social localizada na Rua do Rocio, nº 84, 3º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP e através da Plataforma ALFM Easyvoting (“Plataforma”), bem como mediante o envio de Boletim de Voto a Distância (“BVD”), nos termos da Resolução CVM nº 81/22 (“CVM 81”), no dia 31 de março de 2025, às 10h30min.

2. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Nos termos do artigo 126 da Lei das S/A e do artigo 19, parágrafo 5 do artigo 6º da Resolução CVM 81, e parágrafos 2º e 3º do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos:

DOCUMENTAÇÃO A SER ENCAMINHADA À COMPANHIA	PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	FUNDO DE INVESTIMENTOS
CPF e Documento de identidade com foto do acionista, seu representante legal e/ou seu procurador ⁽¹⁾	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ⁽²⁾	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso ⁽²⁾	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

⁽¹⁾ Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

⁽²⁾ Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

A fim de permitir uma melhor organização dos trabalhos da Assembleia, a Companhia solicita que os documentos acima sejam depositados na sede da Companhia até 24 horas antes da realização da Assembleia e com até 48 horas de antecedência da respectiva AGO aqueles acionistas que desejarem participar virtualmente, nos termos da CVM 81.

Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na assembleia geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, conforme o disposto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S/A.

Ademais, dever-se-á observar o disposto no artigo 654, parágrafos 1º e 2º, do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo reconhecimento da firma do outorgante.

Participação Pessoal:

Os acionistas, representantes legais ou procuradores que desejarem participar da Assembleia pessoalmente deverão apresentar-se com antecedência ao horário de início indicado neste Edital de Convocação, munidos da documentação correspondente indicada no quadro acima.

Para fins de melhor organização da assembleia geral e conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 19, do Estatuto Social da Companhia, esta solicita aos senhores (as) acionistas que depositem os documentos necessários para participação na Assembleia em, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, na

sede da Companhia. Cópia da documentação poderá ser encaminhada ao e-mail: ri.kepler@kepler.com.br ou sandra.vieira@kepler.com.br.

Salienta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio referido anteriormente, desde que apresentem tais documentos na abertura da assembleia geral, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 6º da Resolução CVM 81/22.

Antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, os acionistas ou os representantes dos acionistas assinarão o livro de presença de acionistas, indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares, nos termos do artigo 127 da Lei das S/A.

Participação Virtual

Os acionistas, representantes legais ou procuradores que desejarem participar da AGO por meio da Plataforma deverão acessar o link de pré-cadastro, que consta no Edital de Convocação, presente no Anexo A deste Manual, impreterivelmente, até o dia 29 de março (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o upload dos documentos que comprovem a sua qualificação, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro prazo supra não poderão participar da AGO de forma virtual, devendo, caso desejarem, seguir os trâmites de participação presencial.

A Companhia enviará aos Acionistas devidamente cadastrados, em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da AGO, um e-mail contendo novo link da plataforma para acesso à AGO e demais informações necessárias para a participação (login e senha). Ao acessar este link, o Acionista deverá inserir as informações de acesso. Ao inserir tais informações, o Acionista receberá um código de segurança pessoal e intransferível por e-mail (no e-mail informado no cadastramento), que, ao inserir este código na plataforma, será direcionado automaticamente à AGO, observados os requisitos mínimos abaixo indicados.

A Companhia recomenda que os Acionistas que optarem por participar virtualmente da AGO, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting, garantam a compatibilidade de seus dispositivos eletrônicos com a utilização da referida plataforma, conforme os seguintes requisitos técnicos mínimos:

- (1) a plataforma não é compatível com todos os navegadores, desta forma, a Companhia recomenda a utilização do Google Chrome para acesso; e
- (2) na tabela abaixo indicamos a compatibilidade de navegadores:

Recurso	Chrome 69+	Firefox 56+	Safari 11+	Edge 79+
Vídeo (receber)	✓	✓	✓	✓
Vídeo (enviar)	✓	✓	✓	✓
Áudio (receber)	✓	✓	✓	✓
Áudio (enviar)	✓	✓	✓	✓
Compartilhamento de tela (receber)	✓	✓	✓	✓
Compartilhamento de tela (enviar)	✓	✓	✓	✓
Visualização da galeria	✓	✓	✓	✓
Plano de fundo virtual	✓	✓	✗	✓
Vídeo 720p (receber)	✓	✓	✓	✓
Vídeo 720p (enviar)	✓	✓	✓	✓
Compartilhar áudio da guia	✓	✗	✗	✓
Bate papo	✓	✓	✓	✓
Legendas ocultas	✓	✓	✓	✓

Transcrição ao vivo	✓	✓	✓	✓
Tradução ao vivo	✓	✓	✓	✓
Gravação em Nuvem	✓	✓	✓	✓
Chamada (PSTN)	✓	✓	✓	✓
Sala de espera	✓	✓	✓	✓
Salas de descanso	✓	✓	✓	✓
Controle remoto	✓	✓	✓	✓
Perguntas e respostas do webinar	✓	✓	✓	✓
Transmissão ao vivo RTMP	✓	✓	✓	✓
Quadro branco (visualização)	✓	✓	✓	✓
Quadro branco (editar)	✓	✓	✓	✓
Criptografia	✓	✓	✓	✓
Criptografia de ponta a ponta (E2EE)	X	X	X	X

Não é possível a participação através de celulares ou *tablets*, devendo os Acionistas acessarem a plataforma através de computador desktop ou notebook, sempre em conformidade com os requisitos técnicos mínimos acima listados. Recomendamos, ainda, o uso de fones de ouvido para melhor qualidade de áudio.

A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia, que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na AGO por meio da plataforma eletrônica *ALFM Easy Voting*.

A Companhia recomenda aos Acionistas que façam o *login* na plataforma eletrônica *ALFM Easy Voting* com 30 (trinta) minutos de antecedência ao início da AGO.

A plataforma eletrônica *ALFM Easy Voting* disponibilizada pela Companhia atende aos requisitos previstos no artigo 28, § 1º, da Resolução CVM nº 81/22, quais sejam: (a) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (b) a gravação integral da Assembleia; e (c) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Os acionistas, ou seus representantes, presentes, desde já, autorizam que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia para registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a Assembleia; registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a Assembleia; registro da presença e de voto proferido; cumprimento de ordem legal de autoridades competentes; e defesa da Companhia, seus administradores e terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa. Por fim, a Companhia informa que a AGO será integralmente gravada, na forma da regulamentação aplicável. O Acionista devidamente cadastrado que participar por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia será considerado presente à AGO, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 47, inciso III e parágrafo primeiro da Resolução CVM nº 81/22.

A Companhia adotará procedimento de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81/22. Para participar da Assembleia por meio do boletim de voto à distância (“*BVD*”) os acionistas devem enviá-lo diretamente à sede da Companhia, ou por seus respectivos agentes de custódia, ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações. O *BVD*, bem como os documentos que serão objeto da Assembleia, estão disponíveis na página de Relações com Investidores da Companhia (ri.kepler.com.br), no site da CVM (www.gov.br/cvm), na página da B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão (“*B3*”) (www.b3.com.br) e na sede da Companhia.

No caso de o acionista optar por exercer o direito de voto a distância enviando o *BVD* diretamente à Companhia, ele deverá imprimir, preencher, assinar e enviar para a sede da Companhia o seu voto. O endereço da Companhia é: Rua do Rocio, nº 84, 3º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP. Juntamente com o *BVD*, enviar a documentação correspondente indicada no quadro acima. Conforme o Art. 27 da Resolução CVM 81/22, os *BVDs* serão recebidos até 4 (quatro) dias antes da assembleia. Os Boletins

recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia e, nos termos do Art. 46, a Companhia comunicará ao Acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do Boletim, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização.

3. REGRAS PARA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

Como regra geral prevista no artigo 125 da Lei das S/A, a Assembleia Geral Ordinária instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

Portanto, caso não seja possível a instalação da Assembleia em primeira convocação por falta de quórum, a Companhia publicará novos anúncios de convocação, sendo certo que a Assembleia instalar-se-á em segunda convocação mediante a presença de acionistas titulares de qualquer número de ações com a direito a voto.

4. O VOTO NA ASSEMBLEIA E A MAIORIA PARA APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA

As deliberações das assembleias gerais, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes à assembleia geral, desconsideradas as abstenções, conforme disposto no artigo 129 da Lei das S/A.

Com relação às matérias da ordem do dia, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes à assembleia geral e não serão computadas as abstenções de voto.

O(s) acionista(s) que votarem no procedimento de eleição em separado não poderá(ão) utilizar as mesmas ações para votar em outro candidato, para o mesmo cargo, nesta mesma Assembleia, nem por voto direto ou ordinário.

5. VOTO MÚLTIPLO

Para fins do art. 5º, inciso I, da Resolução CVM nº 81/22, o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário para requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento).

6. INDICAÇÃO DE CANDIDATO PARA A ELEIÇÃO

O Presidente da Assembleia receberá a identificação dos candidatos, a qual deverá ser acompanhada dos seguintes documentos, exceto para os candidatos à reeleição, cujos documentos já se encontram arquivados na sede da Companhia:

- a) Diploma em curso superior universitário, ou comprovação de ter exercido, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de conselheiro fiscal;
- b) Currículo que informe a qualificação completa, preferencialmente, portanto não obrigatório, acompanhado de 4 (quatro) cópias autenticadas da Carteira de Identidade, do cartão do CPF e comprovante de residência, pois são documentos exigidos pelo Registro do Comércio para arquivamento da Ata da Assembleia Geral;
- c) Declaração assinada de que:
 - c.1) Não está impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta.
 - c.2) Atende ao requisito de reputação ilibada.
 - c.3) Não tem interesse conflitante, nem ocupa cargo em sociedade concorrente com a Kepler Weber S/A.

- c.4) Não é membro de órgãos de administração nem empregado da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, nem possui cônjuge ou parente, até terceiro grau, no cargo de Administrador da Companhia (aplicável somente para candidatos ao Conselho Fiscal).

Todos aqueles que forem indicados para receber votos na eleição para o Conselho Fiscal deverão comprovar o cumprimento dos requisitos legais, antes de iniciar o processo de votação na Assembleia.

Os acionistas minoritários terão direito de identificar o seu candidato ao Conselho Fiscal na forma do art. 161 da Lei das S/A.

Aqueles candidatos que forem reconhecidos como cumpridores dos requisitos legais serão declarados pelo Presidente da Assembleia como aptos a receber votação.

7. ATA DA ASSEMBLEIA

Os trabalhos das assembleias gerais são documentados por escrito em ata lavrada em livro de atas das assembleias gerais (“Livro de Atas”), que será assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Embora recomendável que todos os acionistas presentes assinem a ata, ela será válida se for assinada por acionistas titulares de ações suficientes para constituir a maioria necessária para as deliberações da Assembleia, conforme disposto no artigo 130, da Lei das S/A.

É possível, desde que autorizado pela Assembleia, lavrar a ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme dispõe o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S/A. Nesse caso, os documentos ou propostas submetidas à assembleia, assim como as declarações de voto ou dissidência, referidos na ata, serão numerados seguidamente, autenticados pela mesa e por qualquer acionista que o solicitar, e arquivados na Companhia. Adicionalmente, a mesa, a pedido de acionista interessado, autenticará exemplar ou cópia de proposta, declaração de voto ou dissidência, ou protesto apresentado.

Nos termos da legislação em vigor, serão tiradas certidões da ata da assembleia geral, devidamente autenticadas pelo presidente e secretário (Lei das S/A, artigo 130, caput), que serão enviadas eletronicamente à CVM e à B3, apresentadas a registro na junta comercial do estado da sede da Companhia, bem como publicadas no Sistema Empresas.NET, da CVM, em conformidade com o artigo 289, da Lei das S/A. As Companhias abertas poderão, desde que autorizado pela assembleia geral, publicar a ata com omissão das assinaturas dos acionistas (Lei das S/A, artigo 130, parágrafo 2º).

Desse modo, a administração propõe que a ata da Assembleia seja lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, observados, obviamente, os requisitos acima mencionados, e sua publicação seja efetuada com a omissão das assinaturas dos acionistas.

Documentos para consulta

Todos os documentos relativos aos assuntos propostos, a serem submetidos à Assembleia, incluindo, mas sem limitação (i) a presente Proposta; (ii) Relatório Anual da Administração sobre os negócios e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (iii) Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iv) Relatório dos Auditores Independentes às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (v) Parecer do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos, estão disponíveis à consulta de V.Sas. no site da CVM (www.gov.br/cvm) e na página de Relações com Investidores da Companhia (ri.kepler.com.br), bem como estão acessíveis no site da B3 (www.b3.com.br).

8. CONCLUSÕES

Pelos motivos anteriormente enunciados, a administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação de V. Sas. e recomenda a sua integral aprovação.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

Bernardo Nogueira

Diretor Presidente

Renato Arroyo Barbeiro

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Anexo A

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

KEPLER WEBER S/A

COMPANHIA ABERTA

CNPJ nº 91.983.056/0001-69 / NIRE 3530045422-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas da Kepler Weber S/A ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, no dia 31 de março de 2025, às 10h30min, de forma híbrida (presencial e virtual), nos termos do determinado no Estatuto Social da Companhia, em sua sede social localizada na Rua do Rocio, nº 84, 3º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP e através da Plataforma ALFM Easyvoting ("Plataforma"), bem como mediante o envio de Boletim de Voto a Distância ("BVD"), nos termos da Resolução CVM nº 81/22 ("CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 1)** Tomar as contas dos Administradores e apreciar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024;
- 2)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024;
- 3)** Fixar o número de assentos do Conselho de Administração;
- 4)** Promover a eleição dos membros do Conselho de Administração e manifestar sobre a independência dos seus membros;
- 5)** Promover a eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, bem como fixar sua remuneração;
- 6)** Deliberar sobre o limite global da remuneração da Administração para o período compreendido entre abril de 2025 e março de 2026.

Informações Gerais:

Para participarem da Assembleia, os acionistas deverão apresentar os documentos relacionados no quadro disponível na Proposta da Administração.

A fim de permitir uma melhor organização dos trabalhos da Assembleia, a Companhia solicita que os documentos sejam depositados na sede da Companhia até 24 horas antes da realização da AGO para aqueles acionistas que desejarem participar presencialmente e com até 48 horas de antecedência da respectiva AGO aqueles acionistas que desejarem participar virtualmente, nos termos da CVM 81.

Os documentos referentes à Assembleia serão publicados no jornal Valor Econômico na edição do dia 27 de fevereiro de 2025, e foram disponibilizados no site da CVM (www.gov.br/cvm) e na página de Relações com Investidores da Companhia (ri.kepler.com.br) no dia 26 de fevereiro de 2025, bem como estão acessíveis no site [da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão \("B3"\)](http://www.b3.com.br) (www.b3.com.br).

Participação Pessoal:

Os acionistas, representantes legais ou procuradores que desejarem participar da Assembleia pessoalmente deverão apresentar-se com antecedência ao horário de início indicado neste Edital de Convocação, munidos da documentação correspondente indicada - na Proposta da Administração.

Participação Virtual

Os acionistas, representantes legais ou procuradores que desejarem participar da AGO por meio da Plataforma deverão acessar o link

<https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CbW0jdnQS4JAgUx1hIBxQjfFvKPXpbKKtihKAq9tfmtGsWENgO2Z-BtiwKFwaQk> de pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia 29 de março (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o upload dos documentos que comprovem a sua qualificação, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro prazo supra não poderão participar da AGO de forma virtual, devendo, caso desejarem, seguir os trâmites de participação pessoal.

A Companhia enviará aos Acionistas devidamente cadastrados, em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da AGO, um e-mail contendo novo link da plataforma para acesso à AGO e demais informações necessárias para a participação (login e senha). Ao acessar este link, o Acionista deverá inserir as informações de acesso.

A Companhia recomenda que os Acionistas que optarem por participar virtualmente da AGO, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting, garantam a compatibilidade de seus dispositivos eletrônicos com a utilização da referida Plataforma.

A Companhia recomenda aos Acionistas que façam o *login* na plataforma eletrônica *ALFM Easy Voting* com 30 (trinta) minutos de antecedência ao início da AGO.

As informações completas para acesso e utilização da Plataforma pelos acionistas estão presentes na Proposta da Administração disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (ri.kepler.com.br), no site da CVM (www.gov.br/cvm), no site da B3 (www.b3.com.br) e na sede da Companhia.

Voto Múltiplo

Para fins do art. 5º, inciso I, da Resolução CVM nº 81/22, o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário para requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento).

Boletim de Voto a Distância

A Companhia adotará, para a Assembleia, a possibilidade de voto por meio de BVD, nos termos da Resolução CVM nº 81/22.

Solicita-se aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM nº 81/22, bem como as orientações e prazos constantes da Proposta da Administração para maiores informações, inclusive com relação às instruções de preenchimento e documentos que deverão acompanhar o BVD disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (ri.kepler.com.br), no site da CVM (www.gov.br/cvm), no site da B3 (www.b3.com.br) e na sede da Companhia.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

Luiz Tarquínio Sardinha Ferro
Presidente do Conselho de Administração
Kepler Weber S/A

Anexo B

COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA RESOLUÇÃO CVM 80/22

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

(Valores expressos em milhares de reais, salvo se indicado de outra forma).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Iniciamos 2024 com o maior desastre natural do Rio Grande do Sul, onde todos na Kepler Weber se uniram em solidariedade e colaboração, mostrando a força de nossa equipe diante de grandes desafios. Esse espírito de união e resiliência foi essencial para que a Kepler Weber continuasse a apresentar resultados robustos, demonstrando nossa capacidade de superação em um cenário econômico desafiador para o agronegócio.

Com foco no crescimento e adaptação, alcançamos recordes importantes, destacando-se o aumento de 78,8% na receita líquida de Negócios Internacionais e 19,9% em Portos e Terminais, em comparação com 2023. Esses números reforçam nossa solidez e a consolidação de nossa posição no mercado, evidenciando nossa capacidade de adaptação e inovação, mesmo diante de adversidades.

Apesar dos desafios no 4T24, como a alta das taxas de juros e o aumento dos insumos agrícolas, que impactaram os segmentos de Fazendas e Agroindústrias, a Kepler Weber manteve uma trajetória positiva. O segmento de Reposição e Serviços se destacou com crescimento de 8,4%, aumento de 10% no volume de pedidos e quase 25% no número de clientes da Procer. Esse desempenho reflete o sucesso das iniciativas de inovação, como o lançamento do Biocav e o aumento nas vendas das máquinas Seletron, que impulsionaram os resultados dessa área de negócio.

Como resultado dessas estratégias e do nosso compromisso com a excelência, Companhia alcançou uma Receita Líquida de R\$1,6 bilhão, com o maior volume de equipamentos dos últimos 10 anos, refletindo nossa estratégia de liderança, diversificação de receitas e inovação. A excelência operacional resultou em margens atrativas, com EBITDA Ajustado de R\$334,8 milhões (margem de 20,8%) e Lucro Líquido Ajustado de R\$200,9 milhões (margem de 12,5%), alinhando-se às expectativas do mercado.

Neste trimestre, destacamos o lançamento da KW Store, plataforma de vendas de peças de reposição, e importantes reconhecimentos, como o prêmio Top Ser Humano da ABRH-RS, o Prêmio Proteção Brasil 2024 na categoria trabalho em altura e o destaque setorial no 52º Prêmio Exportação RS. Esses resultados encerram um ano de recordes no segmento de negócios internacionais.

Em novembro, realizamos pelo 4º ano consecutivo o Kepler Day, no qual apresentamos o planejamento estratégico da companhia para os próximos anos, baseado em três pilares: fortalecimento da liderança por meio de produtos de alta qualidade e atendimento de excelência; ampliação do mercado endereçável com a exploração de novas fontes de receita e geração de valor por meio do uso inteligente de dados, conectando toda a cadeia do agronegócio.

Que venha 2025...

Para 2025, antecipamos um mercado promissor, com uma safra recorde e volumes generosos, mas também altamente demandante em termos de eficiência. Toda a cadeia do agronegócio está focada em fazer mais com menos, e na Kepler Weber não será diferente. Além dos ajustes realizados em 2024, nosso foco será otimizar ainda mais a eficiência dos nossos processos, sempre alinhados à cultura LEAN.

Em termos de crescimento, seguiremos firmes com nossa estratégia do KW 2030, com o lançamento de três novos produtos que ampliarão nosso portfólio e mercado. Aceleraremos novos modelos de negócios e participaremos de mais de 30 feiras e eventos para estreitar ainda mais o relacionamento com nossos clientes. Antecipamos um ano com sazonalidade típica de nosso segmento, com um segundo semestre robusto e promissor.

Além disso, em 2025, nossa querida Kepler Weber celebrará 100 anos, um marco de grande orgulho para todos nós e para o agronegócio brasileiro. Este será um momento especial, e vamos comemorá-lo com toda a energia que ele merece!

No que tange a posição patrimonial, a Companhia apresenta uma posição de caixa líquido (endividamento líquido negativo), o qual apresentou significativa evolução nos últimos anos:

ENDIVIDAMENTO (R\$ MIL)	DEZ/2024	DEZ/2023	DEZ/2022
IFC	3.721	-	-
FINAME Materiais	-	52.216	-
Cédula de Crédito de Exportação	13.026	14.530	66.275
Cédula de Produtor Rural Financeira	62.877	12.310	12.473
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	10.716	50.430	-
Curto Prazo	90.340	129.486	78.748
IFC	148.587	-	-
Cédula de Crédito de Exportação do Agronegócio	20.000	30.000	40.000
Cédula de Produtor Rural	24.000	36.000	48.043
Cotas Seniores – FIDC KWI	24.200	-	-
Longo Prazo	216.787	66.000	88.043
Endividamento Total	307.127	195.486	166.791
Disponibilidades (Circulante e Não circulante)	421.500	355.235	337.877
Endividamento Líquido Negativo	114.373	159.749	(171.086)

Endividamento versus Patrimônio Líquido:

PRINCIPAIS INDICADORES (R\$ MIL)	DEZ/2024	DEZ/2023	DEZ/2022	Δ% 2024/2023	Δ% 2023/2022
Endividamento Total	307.127	195.486	166.791	157,11%	117,20%
Disponibilidades (Circulante e Não Circulante)	421.500	355.235	337.877	18,65%	5,14%
Endividamento Líquido	(114.373)	(159.749)	(171.086)	-28,40%	-6,63%
Patrimônio Líquido	740.781	726.203	597.270	2,01%	21,59%
Índice de Endividamento (Dívida Líquida/PL)	-15,44%	-22,00%	-28,64%	-29,81%	-23,20%
EBITDA	328.661	336.726	548.258	-2,40%	-38,58%
Dívida Líquida/EBITDA	(0,35)	(0,47)	(0,31)		52,03%

b) Estrutura de capital:

A conservação da maleabilidade financeira é um valioso componente do modelo de negócios da companhia, que atua em mercados que oferecem grandes oportunidades de crescimento. Entendemos que nossa atual estrutura de capital, apresenta níveis adequados de alavancagem. Segue abaixo tabela com a estrutura de capital:

ESTRUTURA DE CAPITAL (R\$ MIL)	DEZ/2024		DEZ/2023		DEZ/2022	
Capital de terceiros (Passivo circulante + não circulante)	853.249	53,53%	745.077	50,64%	676.508	53,11%
Capital próprio	740.781	46,47%	726.203	49,36%	597.270	46,89%
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	1.594.030	100,00%	1.471.280	100,00%	1.273.778	100,00%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Acreditamos que, mantidas as condições econômicas e o cenário de retomada do mercado, a Companhia possui liquidez e capacidade de geração de caixa operacional para fazer frente aos compromissos financeiros assumidos de investimentos, despesas, obrigações e outros valores a serem pagos nos próximos exercícios.

Caso haja necessidade, a Companhia acredita ter capacidade de contratação de empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, sem afetar significativamente sua estrutura de capital e o nível de endividamento. Dada sua geração de caixa, a Companhia apresenta plenas condições para honrar os seus compromissos financeiros de curto e longo prazos.

d) Fontes de financiamento para o capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados

A principal fonte de recursos da Companhia deriva da própria operação, cujas condições negociadas junto a seus clientes estão atreladas as etapas de fabricação e posterior entrega do produto. Os adiantamentos de clientes gerados nesta operação acaba sendo a principal fonte de recursos da Companhia.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

O caixa gerado pelas atividades operacionais da companhia, adicionado aos empréstimos e financiamentos não circulantes, proporciona liquidez e recursos de capital suficientes para satisfazer os compromissos financeiros e arcar com as despesas operacionais e de investimentos.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes (em R\$ mil)

A Companhia e sua controlada demonstram a seguir a movimentação patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

			CONSOLIDADO					
			DEZ/2023			DEZ/2022		
	VENCIMENTO	ENCARGOS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Em moeda nacional								
IFC	abr/31	CDI + 2,00% a.a.	3.721	148.587	152.308	-	-	-
CPR Bocom	mai/25	CDI + 0,75% a.a.	50.633	-	50.633	-	-	-
NCE	mar/27	CDI + 2,55% a.a.	13.026	20.000	33.026	14.530	30.000	44.530
CDCA	mai/25	CDI + 0,85% a.a.	10.716	-	10.716	50.430	-	50.430
FINAME	fev/24	IPCA + 7,17% a.a.	-	-	-	51.726	-	51.726
(+/-) Swap - FINAME	fev/24	CDI + 0,35% a.a.	-	-	-	490	-	490
Cotas Seniores - FIDC KWI	-	-	-	24.200	24.200	-	-	-
Em moeda estrangeira								
CPR	dez/27	USD + 6,92% a.a.	14.410	28.509	42.919	11.290	33.433	44.723
(+/-) Swap - CPR	dez/27	CDI + 2,48% a.a.	(2.166)	(4.509)	(6.675)	1.020	2.567	3.587
Total			90.340	216.787	307.127	129.486	66.000	195.486

A controlada KWI, em junho de 2024, captou financiamento junto ao *International Finance Corporation* ("IFC"), no montante de R\$ 150.000, cujo vencimento será em abril de 2031, com carência para início de pagamento de principal até abril de 2026. Os recursos serão destinados a modernização e expansão das fábricas localizadas em Panambi e Campo Grande. A Companhia monitora permanentemente o cumprimento de *covenants* previstos neste contrato (nota 5).

A controladora consta como avalista para os recursos captados pela controlada KWI no valor de R\$ 307.127 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 188.000 em 31 de dezembro de 2023). Os montantes registrados no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2024, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	CONSOLIDADO
ANO DE VENCIMENTO	DEZ/2024
2026	48.947
2027	48.851
2028	26.949
2029	27.057
2030 a 2031	64.983
	216.787

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 5.

A Companhia e sua controlada demonstram a seguir a movimentação patrimonial dos fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

Controladora					
Itens	Mútuo intergrupo	Arrendamentos	Ações em tesouraria	JCP e dividendos	Total
Saldo em 31/12/2022	70.707	43	(7.806)	77.690	140.634
Alterações caixa	(56.426)	(44)	(16.204)	(152.690)	(225.364)
Recompra de ações	-	-	(16.204)	-	(16.204)
Dividendos e JCP (pagos)	-	-	-	(152.690)	(152.690)
Amortização de mútuos	(55.000)	-	-	-	(55.000)
Juros pagos por mútuos e arrendamentos	(1.426)	-	-	-	(1.426)
Liquidação de arrendamentos	-	(44)	-	-	(44)
Alterações não caixa	2.047	1	1.707	102.871	106.626
Alienação/Transferência de ações	-	-	1.707	-	1.707
Distribuição dividendos e JCP	-	-	-	102.871	102.871
Juros incorridos	2.047	1	-	-	2.048
Saldo em 31/12/2023	16.328	-	(22.303)	27.871	21.896
Alterações caixa	(17.176)	(126)	(38.625)	(148.703)	(204.630)
Recompra de ações	-	-	(38.625)	-	(38.625)
Dividendos e JCP (pagos)	-	-	-	(148.703)	(148.703)
Amortização de mútuos	(15.000)	-	-	-	(15.000)
Juros pagos por mútuos e arrendamentos	(2.176)	-	-	-	(2.176)
Liquidação de arrendamentos	-	(126)	-	-	(126)
Alterações não caixa	848	732	2.180	139.329	143.089
Distribuição dividendos e JCP	-	-	-	139.329	139.329
Alienação/Transferência de ações	-	-	2.180	-	2.180
Juros incorridos	848	57	-	-	905
Remensuração e novos contratos	-	675	-	-	675
Saldo em 31/12/2024	-	606	(58.748)	18.497	(39.645)

Consolidado					
Itens	Financiamentos e empréstimos	Arrendamentos	Ações em tesouraria	JCP e dividendos	Total
Saldo em 31/12/2022	166.791	4.069	(7.806)	77.690	240.744
Alterações caixa	3.283	(4.534)	(16.204)	(132.690)	(150.145)
Recompra de ações	-	-	(16.204)	-	(16.204)
Dividendos e JCP (pagos)	-	-	-	(132.690)	(132.690)
Captação de financiamentos, empréstimos e mútuos	100.000	-	-	-	100.000
Amortização de financiamentos, empréstimos e mútuos	(72.000)	-	-	-	(72.000)
Juros pagos por financiamentos, empréstimos e mútuos	(24.717)	-	-	-	(24.717)
Liquidação de arrendamentos	-	(4.534)	-	-	(4.534)
Alterações não caixa	25.412	1.753	1.707	55.000	83.872
Alienação/Transferência de ações	-	-	1.707	-	1.707
Distribuição dividendos e JCP	-	-	-	55.000	55.000
Juros sobre financiamentos, empréstimos e mútuo	25.412	403	-	-	25.815
Adição por combinação de negócios	-	562	-	-	562
Remensuração e novos contratos	-	788	-	-	788
Saldo em 31/12/2023	195.486	1.288	(22.303)	30.811	205.282
Alterações caixa	59.462	(7.010)	(38.625)	(152.651)	(138.824)
Recompra de ações	-	-	(38.625)	-	(38.625)
Dividendos e JCP (pagos)	-	-	-	(152.651)	(152.651)
Captação de financiamentos, empréstimos e mútuos	210.000	-	-	-	210.000
Amortização de financiamentos e empréstimos	(122.000)	-	-	-	(122.000)
Juros pagos por financiamentos e empréstimos	(26.315)	-	-	-	(26.315)
Gastos de estruturação	(2.223)	-	-	-	(2.223)
Liquidação de arrendamentos	-	(7.010)	-	-	(7.010)
Alterações não caixa	52.179	27.817	2.180	143.721	225.897
Alienação/Transferência de ações	-	-	2.180	-	2.180
Distribuição dividendos e JCP	-	-	-	143.721	143.721
Cotas seniores - FIDC KWI	24.200	-	-	-	24.200
Juros sobre financiamentos, empréstimos e mútuo	27.706	3.452	-	-	31.158
Gastos de estruturação	273	-	-	-	273
Remensuração e novos contratos	-	24.365	-	-	24.365
Saldo em 31/12/2024	307.127	22.095	(58.748)	21.881	292.355

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo além das descritas nesse formulário para os últimos três exercícios sociais.

iii. Grau de subordinação entre dívidas

A ordem de Liquidação do Passivo adotada pela Companhia segue as definições dos artigos 6º e 7º da Lei 10.214/01 e artigos 83, 193 e 194 da Lei 11.101/05.

Segue abaixo ordem de preferência de Liquidação:

- Obrigações sociais e trabalhistas;
- Impostos a recolher;
- Arrendamento mercantil;
- Debêntures (possuem garantia flutuante);
- Demais empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores;
- Outros Passivos;
- Dividendos e juros sobre capital próprio.

Entretanto conforme disposto no artigo 6º e 7º da lei 10.214/01 os bens e direitos oferecidos em garantia são impenhoráveis, não podendo ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

De acordo com o IFC, a companhia precisa estar com seu índice de liquidez corrente em no mínimo 1,3x, a Dívida sobre o EBITDA em no máximo 2,75x, passivo sobre PL em no máximo 1,6x, e dívida prospectiva índice de cobertura do serviço, manter mínimo em 1,25x. Atualmente a companhia cumpre todas as metas estabelecidas. Além disso ressaltamos que distribuição de dividendos não é vetada pelos covenants não financeiros, tão pouco contratações de novas dívidas, mútuo entre empresas e alienações desde que não impactem nas garantias de contrato, inadimplemento, resultados e coeficientes financeiros estabelecidos.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a Companhia não possuía limites de financiamentos contratados e não utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

O Balanço Patrimonial, foi elaborado de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e conforme as práticas adotadas no Brasil (*BR GAAP*)

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023.**ATIVO CIRCULANTE:**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o Ativo circulante totalizava R\$1.077,9 milhões, com variação positiva de R\$96,0 milhões, o que representou um aumento de 9,8% sobre o total de R\$981,9 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Em comparação ao ativo total, o ativo circulante representou 67,3% em 31 de dezembro de 2024, quanto em 31 de dezembro 2023 representava 66,7%.

A seguir apresentamos as principais variações do Ativo Circulante:

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as rubricas de Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras totalizavam R\$421,5 milhões, resultado de um fluxo de caixa livre no exercício de R\$66,3 milhões, o que representou um aumento de 18,7% sobre o total de R\$355,2 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Em 2024, o resultado acumulado, líquido de depreciações, amortizações e imposto de renda, totalizou R\$238,7 milhões. Por sua vez, o capital de giro apresentou variação negativa de R\$51,6 milhões, impulsionada principalmente pelo desempenho na rubrica de estoques e fornecedores, vinculado ao crescimento no volume em carteira de pedidos que serão faturados em 2025.

No acumulado de 2024, nossos investimentos totalizaram R\$47,3 milhões, distribuídos da seguinte forma: R\$17,4 milhões em modernização e expansão da capacidade produtiva, R\$5,4 milhões no desenvolvimento de novos produtos, R\$7,8 milhões em tecnologia da informação e R\$16,6 milhão de Capex de sustentabilidade.

Nas atividades de financiamentos, o montante líquido de R\$111,6 milhões é reflexo da captação do financiamento junto a ("IFC"), no valor líquido de R\$148,3 milhões e a amortização de financiamentos originalmente previstos para o período.

Em 2024, a Companhia realizou o pagamento do dividendo mínimo obrigatório referente a 2023, além de dividendos intermediários e Juros sobre o Capital Próprio, resultando em um desembolso de caixa de R\$148,7 milhões, o que corresponde a um dividend yield de 9,1%.

O montante de R\$36,4 milhões refere-se às ações em tesouraria, as quais estão sendo recompradas ativamente, em linha com o plano vigente. Este plano tem como data de vencimento 25 de março de 2025, ocasião em que sua continuidade será avaliada pelo Conselho de Administração.

Contas a Receber de Clientes:

Em 31 de dezembro de 2024 o subgrupo contas a receber de clientes apresentou saldo de R\$277,7 milhões, uma redução de 9,9% ou R\$30,4 milhões, comparado aos R\$308,1 milhões registrados em 31 de dezembro de 2023.

A redução no subgrupo de clientes está relacionada a otimização no prazo médio de recebíveis em 11 dias, quando comparado ao exercício anterior. Durante o ano de 2024 a companhia, por meio da política de concessão de crédito, realizou análises criteriosas dos clientes para fornecer créditos com recursos próprios.

Estoques:

Em 31 de dezembro de 2024 o subgrupo de estoques apresentou saldo de R\$304,3 milhões, um aumento de 19,7% ou R\$50,1 milhões, comparado aos R\$254,1 milhões registrados em 31 de dezembro de 2023.

O aumento do saldo no subgrupo reflete o incremento no prazo médio de estoques em 8 dias, quando comparado ao exercício anterior. O incremento no volume da carteira de pedidos no encerramento do exercício de 2024, bem como, o alongamento dos prazos de entregas dado as características das obras atuais, são os principais fatores resultantes no aumento.

ATIVO NÃO CIRCULANTE:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o Ativo Não Circulante totalizava R\$524,0 milhões, com variação positiva de R\$34,6 milhões, o que representa um aumento de 7,1% sobre o total de R\$489,4 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Em comparação ao ativo total, o ativo não circulante representou 32,7% em 31 de dezembro de 2024, quanto em 31 de dezembro 2023 representava 33,3%.

A seguir apresentamos os principais destaques nas variações do Ativo Não Circulante:

Contas a receber de clientes:

Em 31 de dezembro de 2024 o subgrupo apresentou saldo de R\$34,0 milhões, apresentando uma variação positiva de 188,8% ou R\$22,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2023. Variação essa que se deve principalmente ao efeito das

movimentações na operação estruturada com o FIDC KWI, linha de financiamento à clientes, que apresentou um aumento de R\$ 21,2 milhões e 408,5% versus o exercício anterior.

Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 o subgrupo de tributos diferidos apresentou saldo de R\$42,4 milhões e uma variação negativa de 22,8% ou R\$12,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2023. A redução dos tributos diferidos está associada a realização do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos de prejuízos de exercícios anteriores, e se deve à performance dos recentes resultados realizados.

Direito de uso:

O saldo do subgrupo em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$20,7 milhões, um incremento de 1.612,8% em relação aos R\$1,2 milhão de 31 de dezembro de 2023. Esse incremento ocorreu em virtude da renovação do contrato de locação de empilhadeiras para movimentação interna em nossas plantas fabris, o qual é válido pelo período de 5 anos.

PASSIVO CIRCULANTE E PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

O passivo total em 31 de dezembro de 2024 representava R\$861,1 milhões em face de R\$ 745,1 milhões no mesmo período de 2023, um aumento de R\$116,0 milhões e 15,6%. Tendo como principal destaque a variação na seguinte rubrica:

Financiamento e Empréstimos:

A dívida total consolidada em 31 de dezembro de 2024 teve um aumento de R\$111,6 milhões e 57,1% em relação ao mesmo período de 2023, o incremento tem como destaque, a captação em junho de 2024, junto ao International Finance Corporation ("IFC"), o montante de R\$150,0 milhões, cujo vencimento será em abril de 2031, com carência para início de pagamento de principal até abril de 2026. Parte do valor, foi destinada ao pagamento de dívidas mais onerosas, e o montante residual será destinado a sustentação do plano estratégico da companhia nas frentes de modernização, expansão de fábricas e/ou aquisições.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Em 31 de dezembro de 2024 o patrimônio líquido da companhia representa o montante total de R\$740,8 milhões, versus, R\$726,2 milhões no respectivo período do exercício anterior, uma variação de R\$14,6 milhões e 2,0%. Tendo como destaques:

Capital Social:

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do dia 11 de abril de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$100,0 milhões mediante capitalização da reserva de investimento e capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é representado por 179.720.130 (cento e setenta e nove milhões setecentas e vinte mil cento e trinta) ações ordinárias, totalizando o valor de R\$344,7 milhões (R\$244,7 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Ações em tesouraria:

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 28 de março de 2024, foi aprovado o Programa de Recompra de Ações da Companhia que visa adquirir até 17.658.311 ações ordinárias em um período de até 12 meses. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de recompra deste programa é de 3.682.100 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2024, o número de ações em tesouraria totaliza 6.352.610 (seis milhões trezentos e cinquenta e dois mil seiscentos e dez) no valor de R\$58,7 milhões (R\$22,2 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Reservas de Lucros:

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo na rubrica representa o montante total de R\$423,9 milhões, versus, R\$471,8 milhões no respectivo período do exercício anterior, uma redução de R\$47,9 milhões e 10,2%. Tal redução, tem como destaque o pagamento de R\$44,2 milhões a título de dividendos intermediários incorridos em 2024.

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2022.**ATIVO CIRCULANTE:**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Ativo circulante totalizava R\$981,9 milhões, com variação positiva de R\$69,2 milhões, o que representou um aumento de 7,6% sobre o total de R\$912,7 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Em comparação ao ativo total, o ativo circulante representou 66,7% em 31 de dezembro de 2023, quanto em 31 de dezembro 2022 representava 71,7%.

A seguir apresentamos as principais variações do Ativo Circulante:

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

A capacidade de geração de caixa (EBITDA) no acumulado do exercício 2023 foi de R\$336,7 milhões, e a variação no caixa referente às atividades operacionais foi de R\$2,2 milhões negativo.

No ano de 2023, a Companhia realizou pagamentos de dividendo mínimo obrigatório de 2022, dividendos intermediários e Juros sobre Capital próprio, refletindo no desembolso de caixa no montante de R\$ 152,7 milhões

No 1T23, a Companhia reconheceu o efeito da adição por combinação de negócios da Procer, no montante de R\$50,8 milhões.

No período, os investimentos somaram R\$71,4 milhões, sendo 53% desse montante destinado a ampliação de capacidade de produção conforme detalhado abaixo na figura 05 (Evolução do Capex).

Nas atividades de financiamento, a Companhia teve como principais movimentações a amortização de parte da dívida da Nota de Crédito à Exportação (NCE), a captação do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), no montante de R\$100,0 milhões, a captação de FINAME Materiais, no montante de R\$50,0 milhões, e a amortização de financiamentos, que, em conjunto, impactaram no dispêndio líquido de R\$28,7 milhões em 2023.

Contas a Receber de Clientes:

Em 31 de dezembro de 2022 o subgrupo contas a receber de clientes apresentou saldo de R\$308,1 milhões, um aumento de 62,8% ou R\$118,8 milhões, comparado aos R\$189,3 milhões registrados em 31 de dezembro de 2022.

O aumento no subgrupo de clientes está relacionado na migração de vendas financiadas para vendas com recursos próprios. Durante o ano de 2023 a companhia, por meio da política de concessão de crédito, realizou análises criteriosas dos clientes para fornecer créditos com recursos próprios.

ATIVO NÃO CIRCULANTE:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Ativo Não Circulante totalizava R\$489,4 milhões, com variação positiva de R\$128,3 milhões, o que representa um aumento de 35,5% sobre o total de R\$361,1 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Em comparação ao ativo total, o ativo não circulante representou 33,3% em 31 de dezembro de 2023, quanto em 31 de dezembro 2022 representava 28,3%.

A seguir apresentamos algumas variações do Ativo Não Circulante:

Tributos a recuperar:

Em 31 de dezembro de 2023 o subgrupo de tributos a recuperar apresentou saldo de R\$36,8 milhões, apresentando uma variação positiva de 20,1% ou R\$6,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2022. Variação positiva essa que se deve em função da migração do ativo circulante para o ativo não circulante.

É importante mencionar que o saldo credor de ICMS vem se realizando através do Termo de Acordo TSC 001/22, assinado em 20 de janeiro de 2022, com o estado do Rio Grande do Sul, publicado no Diário Oficial do mesmo estado em 28 de abril de 2022 e aditivado em 12 de maio de 2023, com vigência para realizar as transferências de créditos até 31 de março de 2028. O objetivo do termo é melhorar e ampliar a infraestrutura produtiva envolvendo máquinas, equipamentos, com um investimento inicial de R\$ 65,4 milhões e ampliado para R\$ 70,0 milhões no aditivo, até 31 de dezembro de 2025 e, em contrapartida, a controlada terá a autorização para transferência de saldo credor de ICMS a terceiros. A Companhia estima realizar esses créditos de ICMS dentro do prazo da vigência do Termo de Acordo, sendo que está sujeita a limitação da transferência mensal de R\$ 1,2 milhões, conforme legislação vigente. Até 31 de dezembro de 2023 realizou R\$ 16,8 milhões de crédito de ICMS.

Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 o subgrupo de tributos diferidos apresentou saldo de R\$54,9 milhões, apresentando uma variação negativa de 14,9% ou R\$9,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2022. A redução dos tributos diferidos está associada a realização do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos de prejuízos de exercícios anteriores. A realização ocorreu em virtude do excelente resultado do ano corrente.

Imobilizado:

O imobilizado em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$258 milhões, o que representava um incremento de 24% em relação aos R\$208 milhões de 31 de dezembro de 2022. Esse incremento ocorreu em virtude dos investimentos em modernização e expansão de capacidade produtiva das plantas fabris de Campo Grande-MS e Panambi-RS.

PASSIVO CIRCULANTE E PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$607,9 milhões, um aumento de 5,9% em comparação aos R\$574,3 milhões, registrados em 31 de dezembro de 2022. O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$137,2 milhões, um aumento de 34,2% em comparação aos R\$102,2 milhões registradas em 31 de dezembro de 2022.

Abaixo apresentamos algumas variações do passivo:

Financiamento e Empréstimos:

A dívida total consolidada em 31 de dezembro de 2023 teve um aumento de 17% em relação ao mesmo período de 2022, sendo que 22,8% do endividamento refere-se à Nota de Crédito de Exportação, 25,8% referem-se a Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, 24,7% referem-se à Cédula de Produtor Rural Financeira e 26,7% de FINAME Materiais captado no mês de agosto de 2023.

Adiantamento de clientes:

A rubrica de adiantamento de clientes apresentou saldo de R\$198 milhões em 31 de dezembro de 2023, redução de 10,1% ou R\$22,2 milhões em relação do mesmo período de 2022. A redução na rubrica está relacionada a sazonalidade do período e as postergações da tomada de decisão na execução de negócios por parte dos produtores rurais. Durante o ano de 2023 a companhia, por meio da política de concessão de crédito, realizou análises criteriosas dos clientes e forneceu créditos aos seus clientes para pagamento via recursos próprios.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social é representado por 179.720.130 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e vinte mil e cento e trinta) ações ordinárias, totalizando o valor de R\$ 244.694 e em 31 de dezembro de 2022 o capital social era representado por 89.860.065 (oitenta e nove milhões, oitocentos e sessenta mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, que totalizavam o valor de R\$ 144.694.

Em 23 de março de 2023, a Companhia aprovou programa de recompra de ações, visando a aquisição de até 8.931.760 (oito milhões, novecentos e trinta e um mil e setecentos e sessenta) ações ordinárias de emissão da companhia, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável, sem redução do capital social, tem por principal objetivo a manutenção em tesouraria

das Ações para eventual cancelamento ou alienação pela Companhia.

Em 03 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 2 ações ordinárias para cada 1 ação da mesma espécie existente nesta data (1:2), sem alteração do valor do capital social. Ou seja, para cada ação ordinária de sua titularidade, o acionista receberá, em função do desdobramento, mais 1 ação da mesma espécie, ficando, ao final, com 2 ações ordinárias de emissão da Companhia. Em razão da proporção adotada, não há que se falar em frações de ações

10.2. Resultado operacional e financeiro

(Valores expressos em milhares de reais, salvo se indicado de outra forma).

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

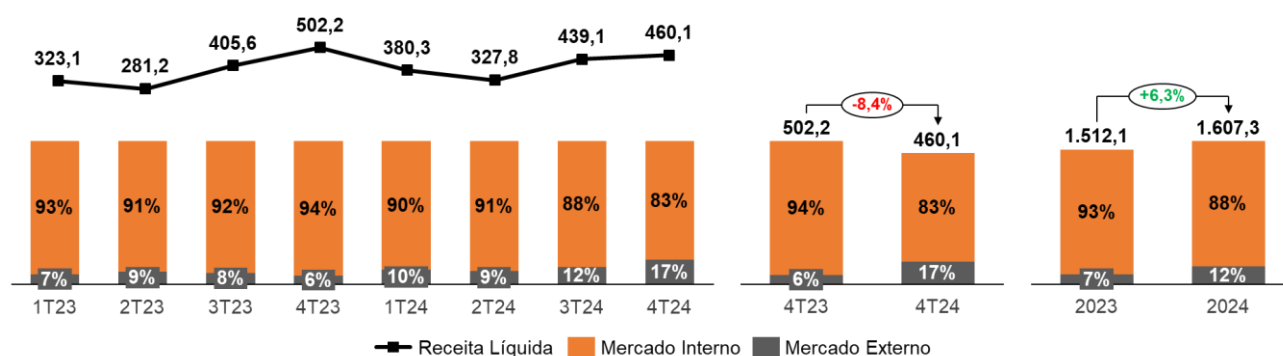
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Líquida apresentou redução de 8,4% no 4T24 em relação ao 4T23. No acumulado de 2024, apresentou crescimento de 6,3% em relação ao mesmo período de 2023, tendo em sua composição os percentuais de 83% e 88% em operações destinadas ao mercado interno no 4T24 e acumulado de 2024, respectivamente e 17% e 12% em operações destinadas ao mercado externo no 4T24 e acumulado de 2024, respectivamente.

Para a demonstração de resultados, consolidamos a performance da Procer no segmento de Reposição e Serviços. No acumulado de 2024, observamos uma participação significativa de R\$63,7 milhões da Procer, em comparação com R\$41,3 milhões em 2023, representando um aumento de 54,3%. Vale ressaltar que a aquisição ocorreu em março de 2023, resultando em uma comparação de doze meses de 2024 com nove meses de 2023.

A figura 1 ilustra a evolução da proporção da receita entre os mercados:

Figura 1 | Receita Operacional Líquida por Mercado (valores em R\$ milhões)



Fazendas

A Receita Líquida do segmento “Fazendas” no 4T24 atingiu R\$142,6 milhões, redução de 5,7% em relação ao mesmo período de 2023. Já em relação ao acumulado 2024, atingimos R\$519,9 milhões, 6,8% superior em relação ao acumulado de 2023.

A estratégia da Companhia gerou bons resultados, com destaque para o desempenho nas regiões-chave, como Centro-Oeste, MATOPIBA e, no acumulado do ano, a região Norte. Devido à queda na rentabilidade dos agricultores, causada pela queda nos preços das commodities e pelo aumento dos custos de fertilizantes e defensivos, o 4T24 apresentou uma redução de 5,7% em relação ao mesmo período de 2023, ainda assim apresentou a melhor performance do ano. Esse desempenho garantiu um resultado sólido e alinhado às expectativas, mesmo em um contexto desafiador.

Em relação ao 3T24, o segmento registrou um crescimento de 0,6%, seguindo a tendência histórica de incremento no final da segunda safra, período que normalmente favorece novos investimentos por parte dos produtores.

Registramos novas vendas relevantes no 4T24, as quais contribuirão para o faturamento de 2025. Podemos destacar seis projetos que somam aproximadamente R\$58 milhões, destinados a grandes e médios produtores rurais nos estados do Maranhão, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Essas vendas serão faturadas e entregues no primeiro semestre de 2025.

Agroindústrias

A Receita Líquida do segmento de "Agroindústrias" totalizou R\$131,7 milhões no 4T24, representando uma queda de 33,8% em relação ao mesmo período de 2023. No acumulado do ano, alcançou R\$492,6 milhões, com uma redução de 10,2% em comparação a 2023.

O ano de 2024 foi desafiador para o setor de Agroindústria, impactado por fatores macroeconômicos, como o aumento das taxas de juros, além da dificuldade da liberação de financiamento para o setor. Esse cenário, aliado à acomodação nos preços das commodities agrícolas, resultou em uma leve retração nos investimentos, o que se refletiu nos resultados do setor.

Apesar da redução na receita, a Companhia manteve um bom nível de vendas, e o 4T24 registrou o segundo melhor desempenho do ano no segmento, representando 28,6% da Receita Líquida, ficando atrás apenas do resultado do 3T24.

No 4T24, foram realizadas vendas expressivas no segmento, incluindo 2 projetos para o Paraná, 1 em Santa Catarina e 1 em São Paulo. Essas obras somam aproximadamente R\$40 milhões, e estão previstas para impulsionar o faturamento no primeiro semestre de 2025.

Negócios Internacionais

A Receita Líquida do segmento “Negócios Internacionais” no 4T24 alcançou R\$78,0 milhões, representando um expressivo crescimento de 142,4% em relação ao mesmo período de 2023. No acumulado de 2024, o segmento totalizou R\$199,0 milhões, com um aumento de 78,8% em comparação ao ano anterior. Este desempenho marcou o melhor resultado da história do segmento.

Esse recorde foi impulsionado pela forte atuação da Companhia em mercados estratégicos, como Paraguai e Uruguai, com destaque para os produtores de arroz, que apresentaram um desempenho excepcional. Além disso, a recuperação do mercado sul-americano, especialmente com o retorno das vendas na Argentina, contribuiu positivamente para os resultados. A Argentina, com uma projeção de produção de grãos 2024/25 de cerca de 141

milhões de toneladas , representa um mercado potencial relevante para a Companhia, pois a recuperação pode impulsionar ainda mais nossas vendas e consolidar nossa presença na região.

O aumento de 52,3% em relação ao 3T24 foi potencializado pela valorização do dólar americano frente ao real, o que beneficiou as receitas em moeda estrangeira. Este fator, aliado à recuperação econômica da América do Sul e à alta demanda por produtos agrícolas, especialmente no setor de grãos, reforçou o desempenho positivo do segmento no trimestre.

No 4T24, concretizamos vendas relevantes, com destaque para 2 projetos destinados a cerealistas e 1 para médio produtor, totalizando aproximadamente R\$17,3 milhões. Esses projetos irão contribuir para o incremento do faturamento até o 2T25.

Portos e Terminais

A Receita Líquida do segmento "Portos e Terminais" no 4T24 totalizou R\$12,0 milhões, uma redução de 62,3% em relação ao mesmo período de 2023. No acumulado de 2024, alcançamos R\$113,4 milhões, registrando um crescimento de 19,9% em comparação ao ano anterior.

Apesar da queda no 4T24, 2024 foi um ano recorde para o segmento, marcando o melhor desempenho da história. Esse resultado reflete a sólida posição da Kepler na diversificação de suas receitas e no apoio à infraestrutura essencial para o escoamento da produção agrícola no Brasil. Obras estratégicas, como as realizadas no Porto de Santos/SP e na região do MATOPIBA, têm sido fundamentais para fortalecer a logística de exportação do país, especialmente em um momento de crescente demanda global por produtos agrícolas.

A redução de 31,3% em relação ao 3T24 é explicada pela sazonalidade característica dos negócios no segmento de Portos e Terminais, onde há uma maior variação no faturamento devido à execução de grandes projetos e ao ciclo de obras. O Brasil, como um dos maiores exportadores de commodities agrícolas, continua a investir na modernização e expansão de sua infraestrutura portuária, o que tem impacto direto na competitividade e eficiência do setor.

Foram realizadas vendas relevantes no 4T24 que incorporarão a receita de 2025. Destacamos 3 projetos localizados em Santos/SP, Rondonópolis/MT, e Candeias/BA, que somam aproximadamente R\$31,3 milhões.

Reposição e Serviços (R&S)

A Receita Líquida do segmento "Reposição e Serviços" no 4T24 totalizou R\$95,8 milhões, representando um crescimento de 8,5% em relação ao mesmo período de 2023. No acumulado de 2024, alcançou R\$282,4 milhões, com aumento de 4,2% em comparação ao ano anterior.

O aumento significativo de 32,9% registrado no 3T24, impulsionado pela preparação dos clientes para a safra de 2025 e pela crescente demanda por serviços de manutenção e modernização, reflete o sucesso de nossas iniciativas de inovação e expansão. O lançamento do Biocav e o aumento nas vendas das máquinas Seletron se destacaram ao longo de 2024, não apenas evidenciando a capacidade da Companhia de inovar e lançar produtos com forte aceitação no mercado, mas também gerando uma contribuição significativa para a receita. O Biocav representou 4% da receita total, enquanto as máquinas Seletron corresponderam a 3%, consolidando-se como peças-chave no crescimento e no fortalecimento da nossa posição no mercado.

Além disso, o forte desempenho no segmento de Negócios Internacionais, especialmente na América do Sul, complementa a visão de uma empresa que, além de inovar, também é capaz de expandir seus horizontes e consolidar sua presença no mercado global.

No segmento de Reposição e Serviços tivemos um maior alcance de pedidos, cerca de 10% frente aos atendidos em 2023 e a Procer apresentou aumento de quase 25% de clientes atendidos comparado ao 4T23.

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RECEITA OPERACIONAL

A Receita Líquida apresentou crescimento de 20,4% no 4T22 em relação ao 4T21. No acumulado de 2022 a receita, apresentou crescimento de 48,1% em relação ao mesmo período de 2021, tendo em sua composição a representatividade de 91% em operações destinadas ao mercado interno, no 4T22 e acumulado de 2022, e ao mercado externo 91%, no 4T22 e acumulado de 2022. Vale destacar que alcançamos o melhor resultado histórico em Receita Líquida. A evolução da proporção da receita entre os mercados está apresentada na figura 1 acima.

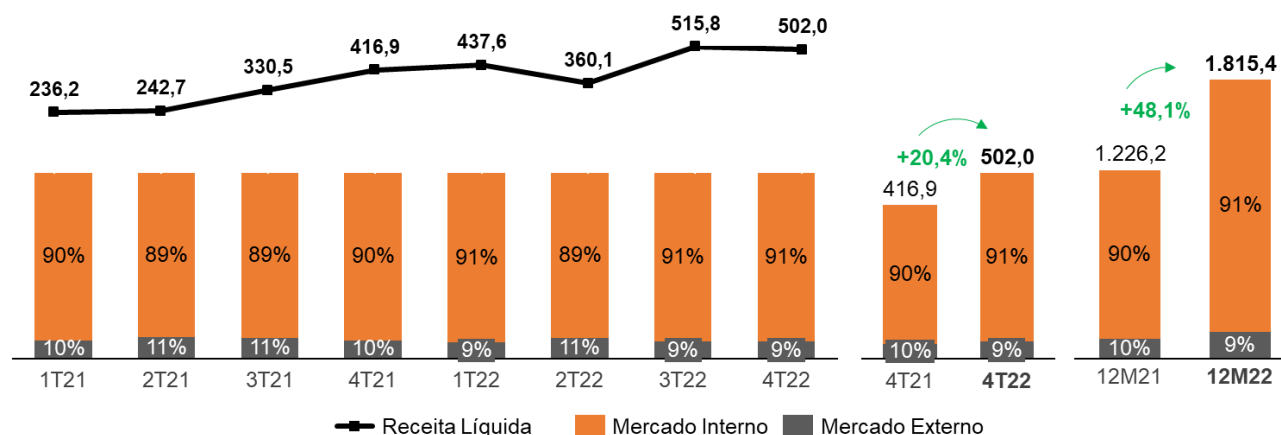


Figura 1 | Receita Operacional Líquida por Mercado (valores em R\$ milhões)

Pós-colheita

A Receita Líquida de Pós-colheita no 4T22 atingiu R\$333,8 milhões, aumento de 4,4% em relação ao mesmo período de 2021. Em 2022 a receita Líquida de Pós-colheita atingiu R\$1,2 bilhão, aumento de 32,1% em relação à 2021.

Em relação ao último trimestre (3T22), tivemos uma redução na receita de pós-colheita de 13,8% decorrente do efeito sazonal de compras do segmento, excepcionalmente acentuado pelo cenário de incertezas atrelado à transição política no país.

Já o aumento de 4,4% no trimestre e 32,1% no acumulado do ano de 2022, é resultado da robusta carteira construída ao longo do ano, através de movimentos assertivos de acesso ao mercado, tais como aumento de cobertura na região dos cerrados e implementação de dois Centros de Distribuição em novas fronteiras agrícolas, sendo um diferencial competitivo na venda de projetos de pós-colheita dentro desta região, uma vez que os Clientes que estão investindo sabem que estarão bem assistidos na parte de peças e serviços em períodos de safra.

Estes movimentos, somados à competente gestão de carteira e entregas, resultaram em um aumento expressivo de vendas em mercados agrícolas promissores como Goiás, Maranhão, Tocantins, Piauí e Mato Grosso, este último ultrapassando a incrível marca de 100 projetos vendidos no ano de 2022.

Importante destacar que a Companhia permanece direcionando esforços para aprimorar seu acesso ao mercado no segmento de pós-colheita, através da excelência comercial e inteligência de marketing. Com isso, aumenta ainda mais sua presença no mercado, contribuindo para redução do déficit de armazenagem no país, objetivando aumentar a rentabilidade do produtor rural e eficiência da cadeia de alimentos do país.

No 4T22 foram realizadas novas vendas relevantes, as quais contribuirão para alavancar o faturamento do 2T23 e do 3T23, dentre elas destacamos:

- Quatro obras para produtores de médio e grande porte que representam o total de R\$59,5 milhões.
- Duas obras que somam R\$24,3 milhões para indústria e cerealista.

As obras estão concentradas na região do Matopiba e nas regiões de Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Tocantins e Pará, reflexo da estratégia de atendimento expandindo a cobertura no mercado.

Negócios Internacionais

A Receita Líquida de Negócios Internacionais no 4T22 atingiu R\$45,2 milhões, aumento de 12,7% em relação ao 4T21. Em 2022, a Receita Líquida de Exportação atingiu R\$170,6 milhões, aumento de 34,8% em relação à 2021.

Além da carteira robusta de virada de 2021 para 2022, algumas vendas em novas regiões contribuíram para o resultado positivo do trimestre e acumulado do ano. Os destaques foram as obras da América do Sul, e vendas realizadas para o sudeste asiático, como a Indonésia que contribuíram significativamente para o resultado acumulado de 2022.

No 4T22 foram realizadas novas vendas relevantes, as quais contribuirão para dar sustentação ao faturamento do 1T23 e do 2T23, dentre elas destacamos uma obra para cliente cerealista localizado na América Latina que representa o total de R\$12,7 milhões.

Portos e Terminais

A Receita Líquida de Portos e Terminais no 4T22 atingiu R\$30,0 milhões, aumento de 614,3% quando comparado ao resultado de R\$4,2 milhões do 4T21. Em 2022, a Receita Líquida da unidade de negócio atingiu R\$49,6 milhões, aumento de 183,4% em relação à 2021.

O grande volume de faturamento do segmento se concentrou no 4T22, devido a grandes projetos no Porto de Santos/SP, e outros terminais de grande porte entregues neste período.

Em 2022 tivemos uma performance superior a 2021, resultado da captação de projetos importantes que contribuíram para o bom resultado no acumulado do ano refletindo o maior número de clientes atendidos no período.

No 4T22 foi realizada nova venda de projeto, que irá contribuir para alavancar o faturamento do 2T23. Trata-se de obra nova em complemento ao plano de expansão de um terminal portuário existente e de grande porte localizado em Santos/SP, que representa o total de R\$ 9,6 milhões.

Agroindústrias

A Receita Líquida de Agroindústrias no 4T22 atingiu R\$26,5 milhões e no acumulado de 2022 R\$178,5 milhões. Os projetos nesse segmento são caracterizados por sua alta complexidade e, por consequência, possuem um ciclo de vendas mais prolongado, assim como os projetos de Portos e Terminais. Importante ressaltar que a Companhia começou a apresentar esse novo segmento a partir do 1T22, portanto não apresenta receita no período comparativo do exercício 2021. Cabe destacar que se mostrou uma decisão assertiva da Companhia viabilizando uma Receita Líquida complementar de aproximadamente R\$180,0 milhões no acumulado de 2022.

Os grandes destaques dos resultados do 4T22 são seis obras de ampliação do fluxo de secagem com os respectivos periféricos para carga e descarga dos equipamentos e com montagem Kepler, para utilização na próxima safra de soja. Trata-se de um cliente tradicional, no entanto, o grande diferencial da Kepler foi atender a demanda das seis obras de forma simultânea em curto prazo de entrega. As obras estão localizadas em Mato Grosso, Rondônia e Roraima.

Importante ressaltar que dentro desse segmento neste trimestre um projeto de grande porte para indústria de etanol de milho, localizado em Dourados no Mato Grosso do Sul, contribuindo significativamente para a diversificação de mercado da Companhia e aumentando a atuação dentro da cadeia de agronegócio.

No 4T22 foram realizadas novas vendas relevantes, as quais contribuirão para alavancar o faturamento do 1T23 e do 2T23, dentre elas destacamos, a ampliação de uma unidade de esmagamento de soja para produção de óleo localizada em Goiás, que representa o total de R\$21,0 milhões.

Reposição e Serviços (R&S)

A Receita Líquida de Reposição e Serviços no 4T22 atingiu R\$66,5 milhões, aumento de 25,5% em relação ao mesmo período de 2021. Em 2022, a Receita Líquida de R&S atingiu R\$211,9 milhões, aumento de 24,7% em relação ao mesmo período do ano

anterior.

A estratégia para o ano de 2022 foi construída com base nos volumes históricos e perspectivas de crescimento para este segmento, capturando mais oportunidades de reformas e modernizações em plantas existentes. Importante destacar que abrimos dois novos Centros de Distribuição em 2022, em Balsas-MA e Paragominas-PA, agregando maior proximidade com os clientes das fronteiras agrícolas ao norte do país.

Embora ainda pouco representativas em receita, o fato de termos as novas bases posicionadas na região norte contribuíram como diferencial para vendas de novas unidades de pós-colheita no eixo MATOPIBA e PA, onde houve um aumento de 42% na quantidade de projetos vendidos em relação ao ano anterior. Tal aumento de parque instalado nesta região, proporcionará oportunidades de incrementos em vendas recorrentes com peças e serviços, alavancando as receitas dos novos CDs.

Além disso, com a consolidação da implantação do LEAN no segmento de R&S, a equipe técnica e comercial passou por um programa de qualificação, buscando prestar um atendimento consultivo e trazer as melhores soluções para os clientes. Também foram criados canais de vendas, como atendimento exclusivo para contas chaves, presença em plataformas digitais de marketplaces, que fecharam as primeiras vendas durante o 4T22, e criada a célula de qualificação de Leads, com objetivo de captar novos clientes e facilitar a experiência de compra.

Também destacamos, a realização de um maior número de avaliações técnicas e treinamentos, aprimorando o relacionamento com os clientes, trazendo mais oportunidades de negócio, bem como as vendas de selecionadoras ópticas da marca Seletron em diferentes regiões do país.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Custos dos Produtos Vendidos

Custos dos Produtos Vendidos (R\$ milhões) | Receita Líquida (%)

O CPV da Companhia totalizou R\$329,3 milhões e 71,6% sobre a receita líquida no 4T24, apresentando um aumento de 1,7 pontos percentuais sobre a Receita Líquida em comparação ao 4T23. No acumulado de 2024, o CPV somou R\$1,1 bilhão, uma variação de R\$62,9 milhões, e um aumento de 5,9% e em comparação ao mesmo período do ano passado, representando 70,1% da receita líquida e com redução de 0,2 p.p. em relação ao ano de 2023.

Mesmo diante de um cenário de crescimento no volume e de um mix de produtos mais complexo, que demandou maior consumo de horas, como foi o caso da área de Portos e Terminais, onde alcançamos recorde de receita líquida em 2024, superando o último recorde registrado em 2015, conseguimos apresentar uma variação de apenas 5,9% no CPV e uma redução de 0,2 pontos percentuais sobre a Receita Líquida.

Despesas com vendas, gerais e administrativas:

Despesas com Vendas (R\$ milhões) % em relação RL

As Despesas com Vendas no 4T24 totalizaram R\$29,3 milhões, representando 6,4% da receita líquida, com um aumento de 1,2 ponto percentual em comparação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2024, as Despesas com Vendas somaram R\$101,1 milhões e 6,3% da receita líquida, com aumento de 0,1 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior.

A variação nas Despesas com Vendas reflete o planejamento estratégico da Companhia, baseado em três pilares principais mencionados na mensagem da administração. Destacamos que os investimentos em Feiras e Exposições no setor de agronegócios são responsáveis por 33% dessa variação, enquanto ações de Marketing, Publicidade e outras iniciativas alinhadas ao planejamento estratégico explicam o restante. A participação em eventos do setor e a intensificação da comunicação com os clientes são essenciais para fortalecer nossa presença no mercado e impulsionar vendas. Em 2024, a companhia participou de 30 feiras e 14 eventos, impactando mais de 1.500 clientes e gerando resultados positivos em todos os segmentos.

Despesas Gerais e Administrativas (R\$ milhões) % em relação RL

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$26,7 milhões no 4T24, redução de 1,6% em relação ao mesmo período de 2023, correspondendo a 5,8% da receita líquida. No acumulado de 2024, as Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$100,8 milhões, aumento de 10,2% e elevação de 0,3 ponto percentual na participação da receita líquida, em relação ao ano de 2023.

A maior parte da variação é atribuída às despesas com a Procer, que está em forte expansão. Esse crescimento tem contribuído de maneira significativa para o desempenho da companhia, ao mesmo tempo em que demanda maiores investimentos em recursos e despesas operacionais para sustentar o ritmo crescente de desenvolvimento

O restante das despesas no período reflete dispêndios não recorrentes (one-off), relacionados ao pagamento de bônus por atingimento de metas em projetos estratégicos. Além disso, foram realizados reforços pontuais na estrutura de pessoal, investimentos em programas corporativos e treinamentos, com o objetivo de preparar a empresa para um crescimento sustentável no próximo ciclo.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas registraram um resultado negativo de R\$2,7 milhões no 4T24, em comparação com um resultado positivo de R\$9,5 milhões no 4T23, o que representa uma redução de R\$12,2 milhões. No acumulado de 2024, o resultado líquido positivo foi de R\$9,9 milhões, contra R\$38,4 milhões no mesmo período de 2023, resultando em uma queda de R\$28,5 milhões

Esta redução é principalmente atribuída à não recorrência de créditos tributários referente a recuperação de impostos de R\$20,4 milhões contabilizados no exercício de 2023, somado ao impacto que a Lei 14.789/23 trouxe sobre a tributação de incentivos fiscais, a partir do exercício de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aluguel de propriedades para investimento	14.812	11.486	-	-
Royalties	15.454	14.868	-	-
Subvenções governamentais	-	-	50.683	54.386
Contribuição SEPROTUR-FAI	-	-	(1.090)	(1.088)
Investimento social	-	-	(1.948)	(1.837)
Ganho (perda) na venda de imobilizado	(238)	-	(2.019)	895
Recuperação de despesas (exclusão ICMS na base de cálc. PIS/COFINS)	-	-	-	-
Recuperação de despesas diversas	372	87	4.337	24.983
Provisão para obsolescência e perdas de estoque	-	-	(3.156)	(2.727)
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(3)	472	(84)	1.350
Condenações diversas	(22)	(2)	(3.367)	(2.699)
Programa litígio zero	-	(5.446)	-	(5.946)
Perdas no recebimento de clientes	-	-	(522)	1.132
Perdas estimadas no imobilizado	-	-	(588)	-
PIS/COFINS sobre outras receitas	(3.598)	(4.879)	(3.606)	(4.904)
Programa de participação nos resultados	(1.937)	(256)	(20.099)	(19.211)
Multas contratuais	-	-	(2.852)	(2.643)
Programa de desenvolvimento de empreiteiras Kepler	-	-	(2.049)	(1.448)
Outras	1.907	(3.546)	(3.717)	(1.819)
Total	26.747	12.784	9.923	38.424

(i) O saldo acumulado de 2023, corresponde principalmente a créditos extemporâneos de PIS/COFINS no montante de R\$ 12.981 e de ICMS e IPI no montante de R\$ 2.879, IRPJ e CSLL recolhidos a maior sobre SELIC no montante de R\$ 3.512 e, êxito em processo judicial tributário no montante de R\$ 2.840.

Resultado Financeiro

a) Receitas Financeiras

As Receitas Financeiras totalizaram R\$18,5 milhões no 4T24 e R\$14,6 milhões no 4T23, representando 4,0% e 2,9% da receita líquida, respectivamente. No acumulado de 2024, totalizaram R\$63,1 milhões e R\$53,7 milhões no mesmo período de 2023, representando 3,9% e 3,5% da receita líquida, respectivamente.

b) Despesas Financeiras

As Despesas Financeiras totalizaram R\$20,4 milhões no 4T24 e R\$15,4 milhões no 4T23, representando 4,4% e 3,1% da receita líquida, respectivamente. No acumulado de 2024 totalizaram R\$64,5 milhões e no mesmo período de 2023, R\$49,7 milhões, representando 4,0% e 3,3% da receita líquida, respectivamente.

c) Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido registrou um resultado negativo R\$1,9 milhão no 4T24, em comparação com um resultado negativo de R\$0,7 milhão no 4T23. No acumulado de 2024, o resultado foi negativo, totalizando R\$1,4 milhão em comparação ao resultado positivo de R\$4,0 milhões no acumulado de 2023. A variação reflete principalmente, o maior dispêndio com encargos sobre financiamentos no respectivo período, bem como o efeito da variação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Variação cambial/monetária ativa	2.770	3	23.942	16.404
Receitas com aplicações financeiras	1.191	1.173	24.689	17.628
Receita com juros apropriados	211	117	13.927	19.091
Outras receitas financeiras	1	-	578	530
	4.173	1.293	63.136	53.653
Despesas financeiras				
Encargos financeiros pagos	-	-	(6.204)	(5.662)
Despesas com juros apropriados	(848)	(2.047)	(27.706)	(25.412)
Variação cambial/monetária passiva	(14)	(59)	(21.737)	(12.320)
Juros de mora e IOF contratuais	(83)	(245)	(603)	(1.312)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(191)	(64)	(1.964)	(1.876)
IR retido sobre operações no exterior	(52)	-	(329)	(268)
Juros incorridos s/arrendamentos	(57)	(1)	(3.452)	(403)
Outras despesas financeiras	(1.039)	(875)	(2.549)	(2.461)
	(2.284)	(3.291)	(64.544)	(49.714)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	1.889	(1.998)	(1.408)	3.939

EBITDA:

No 4T24, o EBITDA da Companhia atingiu R\$82,1 milhões, redução de 30,0% em comparação ao resultado de R\$117,2 milhões no 4T23. A margem EBITDA do trimestre foi de 17,8%, assim 5,5 pontos percentuais menor do que o 4T23. No acumulado de 2024, o EBITDA totalizou R\$328,7 milhões, redução de 2,4% em relação ao mesmo período de 2023 e margem EBITDA de 20,4%. O mix desfavorável, aliado à menor volumetria de vendas faturadas no 4T24, explica a variação negativa no EBITDA, parcialmente compensada pela gestão equilibrada de preços e custos.

O EBITDA Ajustado da companhia atingiu R\$82,3 milhões, redução de 28,1% em comparação ao resultado de R\$114,4 no 4T23. A margem EBITDA Ajustado do trimestre foi de 17,9%, assim 4,9 pontos percentuais menor do que no 4T23. No acumulado de 2024, o EBITDA Ajustado totalizou R\$334,8 milhões, aumento de 3,6% em relação ao mesmo período de 2023 e margem EBITDA Ajustado foi de 20,8%. A variação em comparação ao exercício de 2023 em como destaque o reconhecimento de créditos tributários extemporâneos em PIS/COFINS, além da atualização monetária de IR/CSLL.

LUCRO LÍQUIDO

No 4T24, o Lucro Líquido alcançou R\$50,4 milhões, com uma margem líquida de 11,0%, representando uma redução de 7,8 pontos percentuais em comparação com a margem líquida de 18,7% registrada no 4T23. No acumulado de 2024, o Lucro Líquido foi de R\$199,2 milhões, com margem líquida de 12,4% e redução de 3,8 pontos percentuais comparado a 2023, que apresentou um resultado de R\$245,2 milhões e 16,2% de margem líquida.

No 4T24, o Lucro Líquido ajustado foi de R\$52 milhões, com margem líquida de 11,3%, e redução de 5 pontos percentuais quando comparado a 16,4% de margem líquida no 4T23. No acumulado de 2024, o Lucro Líquido foi de R\$200,9 milhões, com margem

líquida de 12,5% e redução de 2.2 pontos percentuais quando comparado à 14,7% de margem líquida de 2023.

A redução na margem líquida, se deve aos impactos que a Lei 14.789/23 trouxe sobre a tributação de incentivos fiscais, a partir do exercício de 2024.

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Custos dos Produtos Vendidos

Custos dos Produtos Vendidos (R\$ milhões) | Receita Líquida (%)

O CPV totalizou R\$350,7 milhões e 69,8% sobre a receita líquida no 4T23, apresentando um aumento de 11,3% e R\$ 35,7 milhões no montante absoluto e aumento de 7,1 pontos percentuais em relação ao 4T22. No acumulado de 2023, o CPV totalizou R\$1,1 bilhão, apresentando uma redução de 7,8% e R\$ 89,9 milhões em relação ao acumulado de 2022, representando 70,3% da receita líquida e aumento de 6,8 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior.

No trimestre, o aumento do CPV em 11,3%, tem como principal fator a variação positiva de volumes em 34% em relação ao mesmo período no exercício anterior, tal fato por si só refletiria num incremento do CPV de R\$ 71,1 milhões e 22,6%, portanto, a redução dos custos de matéria-prima, somados aos ganhos de produtividade e de escala, neutralizaram aproximadamente 50% da variação.

A redução de 7,8% do montante absoluto no CPV no acumulado do ano, está relacionada com a retração do custo das matérias-primas, com destaque para o aço, e com o menor nível de atividade no período, quando comparado ao ano de 2022.

Despesas com vendas, gerais e administrativas:

Despesas com Vendas (R\$ milhões) % em relação RL

As Despesas com Vendas no 4T23 atingiram R\$23,0 milhões, representando 4,6% da receita líquida. Quando comparado ao mesmo período no exercício anterior, temos uma redução de 9,6% e 0,5 ponto percentual. No consolidado, o incremento de 0,1 ponto percentual e 2,1%, reflete a incorporação da Procer (+R\$ 3,0 milhões), totalizando o montante de R\$ 26,0 milhões.

No acumulado de 2023, a rubrica somou R\$94,0 milhões, redução de 0,5%, representando 6,2% da receita líquida e aumento 1,0 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. Deste montante, R\$ 7,8 milhões correspondem a despesas com vendas da controlada Procer (não constava na base do exercício anterior).

Despesas Gerais e Administrativas (R\$ milhões) % em relação RL

As **Despesas Gerais e Administrativas** totalizaram R\$27,1 milhões no 4T23, representando 5,4% sobre a Receita Líquida, aumento de 1,2 pontos percentuais entre os trimestres. No acumulado de 2023, as Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$91,4 milhões, aumento de 28,1% e elevação de 2,1 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2022.

O aumento nas Despesas Gerais e Administrativas do 4T23 e no acumulado do ano são decorrentes, principalmente, da incorporação de despesas da Procer (+R\$2,9 milhões e +R\$ 8,1 milhões, respectivamente).

Ressaltamos que, historicamente, evoluímos nos ganhos da gestão orçamentária, que tem possibilitado otimizar a performance das despesas operacionais, mesmo diante das mudanças de cenário.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas totalizaram R\$9,5 milhões de resultado positivo no 4T23 versus R\$3,1 milhões no 4T22. No acumulado de 2023, o resultado líquido positivo totalizou R\$38,4 milhões em comparação a R\$21,9 milhões de resultado líquido positivo no mesmo período do ano anterior, e tem como destaque o montante de R\$12,4 milhões decorrente de créditos tributários extemporâneos.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aluguel de propriedades para investimento	11.486	13.910	-	14
Royalties	14.868	18.179	-	-
Subvenções governamentais	-	-	54.386	67.960
Contribuição SEPROTUR-FAI	-	-	(1.088)	(1.359)
Investimentos Lei Rouanet e FEINAD	-	-	(1.837)	(2.541)
Ganho (perda) na venda de imobilizado	-	-	895	(1.663)
Recuperação de despesas diversas (i)	87	331	24.983	1.947
Provisão para obsolescência e perdas de estoque	-	-	(2.727)	(2.918)
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	472	(426)	1.350	3.144
Condenações diversas	(2)	-	(2.699)	(3.945)
Programa litígio zero	(5.446)	-	(5.946)	-
Perdas no recebimento de clientes	-	-	1.132	1.382
PIS/COFINS sobre outras receitas	(4.879)	(4.697)	(4.904)	(4.836)
Programa de participação nos resultados	(256)	(4.009)	(19.211)	(23.789)
Multas contratuais	-	-	(2.643)	(4.529)
Programa de desenvolvimento de empreiteiras Kepler	-	-	(1.448)	(839)
Outras	(3.546)	(16)	(1.819)	(6.168)
Total	12.784	23.272	38.424	21.860

(i) O saldo acumulado de 2023, corresponde principalmente a créditos extemporâneos de PIS/COFINS no montante de R\$ 12.981 e de ICMS e IPI no montante de R\$ 2.879, IRPJ e CSLL recolhidos a maior sobre SELIC no montante de R\$ 3.512 e, êxito em processo judicial tributário no montante de R\$ 2.840.

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras

As Receitas Financeiras totalizaram R\$18,5 milhões no 4T24 e R\$14,6 milhões no 4T23, representando 4,0% e 2,9% da receita líquida, respectivamente. No acumulado de 2024, totalizaram R\$63,1 milhões e R\$53,7 milhões no mesmo período de 2023, representando 3,9% e 3,5% da receita líquida, respectivamente.

Despesas Financeiras

As Despesas Financeiras somaram R\$15,4 milhões no 4T23 e R\$49,7 milhões no acumulado de 2023, representando 3,1% e 3,3% da receita líquida. No 4T23 houve aumento de 31,4% comparado com o 4T22 e aumento de 25,5% no acumulado de 2023 comparado ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido totalizou R\$0,7 milhões negativo no 4T23 em comparação à R\$1,7 milhões de resultado positivo no 4T22. No acumulado de 2023 o resultado foi positivo, totalizando R\$4,0 milhões em comparação ao resultado positivo de R\$1,6 milhões no acumulado de 2022. A variação entre os acumulados reflete principalmente a performance positiva das aplicações financeiras, somado ao efeito da variação cambial do período.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Variação cambial/monetária ativa	3	41	16.404	12.133
Receitas com aplicações financeiras	1.173	1.420	17.628	16.324
Receita com juros apropriados	117	13	19.091	11.879
Outras receitas financeiras	-	1	530	858
	1.293	1.475	53.653	41.194

Despesas financeiras

Encargos financeiros pagos	-	-	(5.662)	(5.017)
Despesas com juros apropriados	(2.047)	(707)	(25.412)	(16.784)
Variação cambial/monetária passiva	(59)	(97)	(12.320)	(11.986)
Juros de mora e IOF contratuais	(245)	(113)	(1.312)	(806)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(64)	(69)	(1.876)	(1.523)
IR retido sobre operações no exterior	-	-	(268)	(252)
Outras despesas financeiras	(876)	(480)	(2.864)	(3.242)
	(3.291)	(1.466)	(49.714)	(39.610)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	(1.998)	9	3.939	1.584

Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Variação cambial ativa	3	41	16.404	12.133
Variação cambial passiva	(59)	(97)	(12.320)	(11.986)
Total ganhos (perdas) líquidas c/instrumentos financeiros	(56)	(56)	4.084	147

EBITDA:

O EBITDA da Companhia alcançou no 4T23 o montante de R\$117,2 milhões, redução de 22,5% em relação ao resultado de R\$151,3 milhões no 4T22. A margem do trimestre foi de 23,3% e 6.8 pontos percentuais menor quando comparada ao 4T22. No acumulado de 2023, o EBITDA totalizou R\$336,7 milhões, redução de 38,6% em relação ao acumulado de 2022 e margem de 22,3%. Mesmo diante de um cenário de queda nos custos de commodities, retração da renda do produtor rural e taxas de juros em patamares elevados, que arrefecem as vendas e a rentabilidade, a Companhia conseguiu manter uma margem EBITDA saudável, o que demonstra resiliência e o adequado posicionamento estratégico em 2023.

LUCRO LÍQUIDO

No 4T23, o Lucro Líquido foi de R\$94,0 milhões, com margem líquida de 18,7%, e redução de 3.8 pontos percentuais quando comparado a 22,5% de margem líquida no 4T22. No acumulado de 2023, o Lucro Líquido foi de R\$245,2 milhões, com margem líquida de 16,2% e redução de 4.9 pontos percentuais quando comparado à 21,1% de margem líquida de 2022.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

10.4. Os diretores devem comentar

(Valores expressos em milhares de reais, salvo se indicado de outra forma).

a) mudanças significativas nas práticas contábeis**POSIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023****Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, revisadas de forma contínua, sendo reconhecidas prospectivamente. A Companhia entende que estas incertezas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Estimativas	Nota
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	8
Provisão para perdas nos estoques	9
Reconhecimento e realização de ativos fiscais diferidos	11.3
Propriedades para investimento	13
Imobilizado	14
Intangível	15
Direito de uso e Arrendamentos	16
Acordos de pagamento baseado em ações	21
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24
Opção de venda	26.3

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Divulgamos abaixo as novas normas e alterações às normas, ainda não vigentes, que a Companhia pretende adotar, se cabível, quando entrarem em vigor:

Norma	Início da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	1º de janeiro de 2025
IFRS S1 e IFRS S2 Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima:	1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027

POSIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, revisadas de forma contínua, sendo reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

A Companhia entende que as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 26): principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Incerteza sobre premissas e estimativas

A Companhia entende que as informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i) Aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos (nota 4);
- ii) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados (nota 12.3);
- iii) Imobilizado: Reconhecimento, mensuração e custos subsequentes (nota 15);
- iv) Intangível: desenvolvimento e gastos subsequentes (nota 16);

- v) Direito de uso e Arrendamentos (nota 17);
- vi) Acordos de pagamento baseado em ações (nota 23); e
- vii) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre os montantes estimados das saídas de recursos (nota 26).

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Divulgamos abaixo novas normas e interpretações a entrarem em vigor. Não se espera que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

- i) Classificação do passivo em circulante ou não circulante (alterações CPC 26/IAS 1) – vigência a partir de 1º de janeiro de 2024;
- ii) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”) (Alteração ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7) - vigência a partir de 1º de janeiro de 2024;
- iii) IFRS S1 e IFRS S2 Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima – vigência a partir de 1º de janeiro de 2024; e
- iv) Outras normas:
 - a. Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e

Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

(Valores expressos em milhares de reais, salvo se indicado de outra forma).

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A Administração adota a prática de reconhecer provisões para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As principais estimativas e julgamentos contábeis críticos da Companhia no entendimento da Administração foram os seguintes:

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

a) Provisão para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (em R\$ mil)

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, discutidos tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

Processos trabalhistas e previdenciários: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculados a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Processos tributários: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de COFINS e pedido de ressarcimento de IPI.

Processos cíveis: compreendem processos que resultam em conflito de interesses, representados por ações indenizatórias movidas, majoritariamente, por clientes. Dentre estes processos se destaca: Ação Indenizatória, ajuizada no ano de 2008 contra a Kepler Weber Industrial S.A., para cobrança de multa por atraso de entrega de torres de transmissão.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava os seguintes saldos de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2023	25	-	-	25
Adições de provisões	-	28	-	28
Reversões de provisões	(25)	-	-	(25)
Saldo em 31/12/2024	-	28	-	28

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2023	9.664	2.044	92	11.800
Adições de provisões	284	45	12	341
Reversões de provisões	(249)	-	-	(249)
Baixas	(8)	-	-	(8)
Saldo em 31/12/2024	9.691	2.089	104	11.884

Passivos contingentes:

A Companhia também é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída.

Destaca-se Auto de Lançamento emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul, lavrado em 09 de outubro de 2015, contra a Controlada Kepler Weber Industrial S.A. sustentando infração à legislação tributária relativa ao ICMS em determinadas operações do estabelecimento localizado em Panambi, RS. O crédito tributário, objeto do Auto de Lançamento, em 31 de agosto de 2024, era de R\$ 62.461 dos quais R\$ 20.439 referia-se ao valor principal, R\$ 12.263 à multa e R\$ 29.759 aos juros. Em abril de 2019 foi publicado o acórdão do Recurso Extraordinário ao Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, que julgou procedente o Auto de Lançamento e intimou a Companhia ao pagamento do débito. A controladora e sua controlada Kepler Weber Industrial S.A. ajuizaram Ação Ordinária, que tramitou na 6ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre/RS, visando a garantia/caução dos débitos mediante Seguro Judicial no valor total de R\$ 63.590, o qual garante 104% do valor do débito atualizado na data da contratação do seguro judicial, cumulada com medida de tutela cautelar antecipatória que restou concedida, permitindo à empresa a expedição de certidão de regularidade fiscal e impedindo a inscrição do débito em qualquer órgão de restrição de crédito, bem como a desconstituição do auto de infração, que aguarda julgamento. O Estado do Rio Grande do Sul ajuizou Execução Fiscal no valor de R\$ 57.134, a qual tramita na 1ª Vara Judicial de Panambi/RS, visando a cobrança do mesmo débito garantido, na qual a Companhia se manifestou requerendo a suspensão do feito executório até o julgamento da Ação Ordinária. Regularmente suspensa a Execução Fiscal, foi proferida sentença, nos autos da ação ordinária, julgando procedente o pedido formulado na ação proposta pela Companhia, para o fim de reconhecer como indevido o auto de infração, desconstituindo integralmente os débitos fiscais consubstanciados no Auto de Lançamento de nº 0034087737. Da referida sentença, o Estado do Rio Grande do Sul apresentou Recurso de Apelação. A Companhia também interpôs recurso adesivo, requerendo o reconhecimento quanto ao seu direito à manutenção de créditos, na eventual hipótese de reversão da sentença. No dia 19 de junho de 2024 os recursos foram julgados, tendo sido mantida, por unanimidade, a sentença de primeiro grau. No recurso julgado, o Tribunal reforçou a validade dos atos praticados pela Companhia, mencionando outras provas juntadas aos autos, em especial as provas periciais, as quais afastaram as premissas apresentadas pelo Estado do RS quando

da autuação. O acórdão foi publicado e as partes foram intimadas, tendo o Estado do RS concordado, transitando em julgado o processo de forma integralmente favorável à Companhia. O processo já baixou ao primeiro grau, e o Estado do RS já comprovou, nos autos, a extinção e baixa integral do lançamento, não sendo devido mais nenhum valor. A Companhia está executando a recuperação das despesas processuais e periciais às quais o Estado do RS foi condenado a restituir.

Os processos, que apresentam risco de perda possível, totalizam os seguintes montantes:

Tipo de processo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	62	-	363	1.001
Tributárias	5.923	5.521	7.345	66.338
Cíveis	-	-	7.643	5.035
	5.985	5.521	15.351	72.374

b) Imposto de Renda e Contribuição Social (em R\$ mil)

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Exceto para a controlada Procer que adota o regime de tributação pelo Lucro Presumido, no qual as receitas são tributadas com base em percentuais de presunção. Para IRPJ sobre receitas de produtos, a presunção é de 8%, e para receitas de serviços é de 32%, para a CSLL, a presunção é de 12% para receitas de produtos e 32% para receitas de serviços. Sobre esses valores presumidos, aplica-se a alíquota de 15% referente a IRPJ, e ao que exceder R\$ 20.000,00 ao mês o adicional de 10% de IRPJ e, alíquota de 9% referente a CSLL.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Tributo diferido ativo é reconhecido para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias que não foram utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. É mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda e contribuições sociais lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. São revisados com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	199.513	228.288	287.776	305.716
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributo à alíquota nominal	(67.834)	(77.618)	(97.844)	(103.943)
(Adições) Exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	64.639	81.335	-	-
Juros sobre capital próprio (pagos)	10.064	11.124	10.064	11.124
Juros sobre capital próprio (recebidos)	(2.935)	(8.974)	-	-
Subvenção governamental	-	-	-	18.491
Gratificações	(671)	(601)	(671)	(601)
Ativação de tributos s/ prejuízo fiscal e base negativa	-	13.812	-	13.812
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(3.593)	(2.152)	(142)	1.170
IRPJ e CSLL no resultado	(330)	16.926	(88.593)	(60.502)
Corrente	-	(43)	(73.192)	(54.595)
Diferido	(330)	16.969	(15.401)	(5.907)
Alíquota efetiva	0,17%	(7,41%)	30,79%	19,79%

Em 2024, a alíquota efetiva sofreu impacto, principalmente, pela aplicação da Lei nº 14.789/23 que eliminou a possibilidade de exclusão permanente da Subvenção governamental (nota 33) da controlada KWI na apuração do IRPJ/CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

As projeções indicam que os saldos de créditos tributários registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2024, serão absorvidos por lucros tributáveis, na Controladora em prazo estimado de 8 anos e na controlada KWI no prazo estimado de 7 anos, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora				Consolidado			
Exercício	IRPJ	CSLL	Total	% de Realização	IRPJ	CSLL	Total	% de Realização
2025	1.179	435	1.614	5,84%	4.533	1.648	6.181	8,69%
2026	2.084	769	2.853	10,33%	6.228	2.264	8.492	11,95%
2027	2.490	919	3.409	12,34%	6.947	2.525	9.472	13,32%
2028	2.164	798	2.962	10,72%	6.901	2.509	9.410	13,24%
2029 a 2032	12.265	4.527	16.792	60,77%	27.529	10.006	37.535	52,80%
	20.182	7.448	27.630	100,00%	52.138	18.952	71.090	100,00%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	KWSA		KWI		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo						
Prejuízo fiscal e base negativa	20.513	20.513	-	17.203	20.513	37.716
Provisão atualização Opção de venda - Procer	2.866	-	-	-	2.866	-
Diferenças temporárias	4.251	5.057	43.460	41.368	47.711	46.425
Perdas pela não recuperabilidade ativos financeiros	-	-	653	685	653	685
Provisão para obsolescência de estoques	-	-	3.200	2.679	3.200	2.679
Perdas estimadas no ativo imobilizado	-	-	200	-	200	-
Provisão de comissões a pagar	-	-	4.439	4.994	4.439	4.994
Provisão de fretes a pagar	-	-	1.169	2.258	1.169	2.258
Provisão para contingências	10	9	4.031	4.003	4.041	4.012
Provisão Gratificação e Prog Lucros e Resultados	1.037	1.050	6.242	5.127	7.279	6.177
Provisão de garantias e Pedidos complementares	-	-	10.458	9.161	10.458	9.161
Diferimento da receita	-	-	5.899	6.360	5.899	6.360
Provisão Remuneração Variável/ Plano de ações	3.090	3.849	-	-	3.090	3.849
Outras provisões	114	149	7.169	6.101	7.283	6.250
	27.630	25.570	43.460	58.571	71.090	84.141
Passivo						
Reserva de reavaliação a realizar	(81)	(81)	-	-	(81)	(81)
Ajuste de avaliação patrimonial	(8.159)	(8.634)	(3.512)	(3.908)	(11.671)	(12.542)
Depreciação fiscal x societária	(476)	(477)	(15.570)	(15.214)	(16.046)	(15.691)
IRPJ/CSLL s/ Capitalização de Juros	-	-	(933)	(933)	(933)	(933)
	(8.716)	(9.192)	(20.015)	(20.055)	(28.731)	(29.247)
Tributos diferidos, líquidos	18.914	16.378	23.445	38.516	42.359	54.894

Abaixo é demonstrada a composição e movimentação dos ativos e passivos líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

Controladora							
	Saldo em Dez/2022	Outros	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2023	Outros	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2024
Ativo							
Prejuízos fiscais	7.473	(2.835)	10.311	14.949	-	-	14.949
Base negativa de contribuição social	2.770	(1.020)	3.814	5.564	-	-	5.564
Atualização Opção de venda – Procer (i)	-	-	-	-	2.866	-	2.866
Outras diferenças temporárias	2.695	-	2.362	5.057	-	(806)	4.251
Total do ativo não circulante	12.938	(3.855)	16.487	25.570	2.866	(806)	27.630
Passivo							
Ajuste de avaliação patrimonial, variação vida útil x vida fiscal	(9.674)	-	482	(9.192)	-	476	(8.716)
Total do passivo não circulante	(9.674)	-	482	(9.192)	-	476	(8.716)
Saldo líquido	3.264	(3.855)	16.969	16.378	2.866	(330)	18.914

Consolidado							
	Saldo em Dez/2022	Outros	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2023	Outros	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2024
Ativo							
Prejuízos fiscais	38.335	(2.725)	(7.922)	27.688	-	(12.739)	14.949
Base negativa de contribuição social	13.216	(981)	(2.207)	10.028	-	(4.464)	5.564
Atualização Opção de venda – Procer (i)	-	-	-	-	2.866	-	2.866
Outras diferenças temporárias	42.380	-	4.045	46.425	-	1.286	47.711
Total do ativo não circulante	93.931	(3.706)	(6.084)	84.141	2.866	(15.917)	71.090
Passivo							
Ajuste de avaliação patrimonial, variação vida útil x vida fiscal	(29.424)	-	177	(29.247)	-	516	(28.731)
Total do passivo não circulante	(29.424)	-	177	(29.247)	-	516	(28.731)
Saldo líquido	64.507	(3.706)	(5.907)	54.894	2.866	(15.401)	42.359

(i) A Opção de venda é remensurada ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no Patrimônio Líquido, conforme definição de política contábil adotada de forma consistente pela Companhia conforme CPC 39/ IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação, gerando, enquanto base temporária, ativo fiscal diferido.

Em 31 de dezembro de 2024, a controladora possui saldo de prejuízo fiscal a compensar e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 10.675 (R\$ 10.675 em 31 de dezembro de 2023), montantes que não foram base de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os créditos fiscais decorrentes desses prejuízos fiscais serão reconhecidos à medida em que as projeções indicarem que sua realização é altamente provável em um futuro previsível. Por não estarem dentro do período de lucro previsível definido pela Administração, ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, nos montantes de R\$ 3.630 na controladora. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

c) Provisão para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (em R\$ mil)

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, discutidos tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

Processos trabalhistas e previdenciários: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculados a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Processos tributários: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de COFINS e pedido de ressarcimento de IPI.

Processos cíveis: compreendem processos que resultam em conflito de interesses, representados por ações indenizatórias movidas, majoritariamente, por clientes. Dentre estes processos se destaca: Ação Indenizatória, ajuizada no ano de 2008 contra a controlada KWI para cobrança de multa por atraso de entrega de torres de transmissão.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava os seguintes saldos de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2022	414	13	70	497
Adições de provisões	24	25	2	51
Reversões de provisões	(413)	(38)	(72)	(523)
Saldo em 31/12/2023	25	-	-	25

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2022	10.532	2.438	180	13.150
Adições de provisões	816	1.820	332	2.968
Reversões de provisões	(1.459)	(1.146)	(420)	(3.025)
Baixas	(225)	(1.068)	-	(1.293)
Saldo em 31/12/2023	9.664	2.044	92	11.800

Passivos contingentes:

A Companhia também é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída.

Dentre estes processos destaca-se: Auto de Lançamento emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul, lavrado em 09 de outubro de 2015, contra a Controlada Kepler Weber Industrial S.A. sustentando infração à legislação tributária relativa ao ICMS em determinadas operações do estabelecimento localizado em Panambi, RS. O crédito tributário objeto do Auto de Lançamento é de R\$ 59.234 onde R\$ 20.439 refere-se ao valor principal, R\$ 12.263 à multa e R\$ 26.532 aos juros, atualizados em 30 de setembro de 2023. Em abril de 2019 foi publicado o acórdão do Recurso Extraordinário ao Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, que julgou procedente o Auto de Lançamento e intimou a Companhia ao pagamento do débito. A controladora e sua controlada Kepler Weber Industrial S.A. ajuizaram Ação Ordinária, que tramita na 6ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre/RS, visando a garantia/caução dos débitos mediante Seguro Judicial no valor total de R\$ 63.590, o qual garante 115% do valor do débito atualizado na data da contratação do seguro judicial, cumulada com medida de tutela cautelar antecipatória que restou concedida, permitindo à empresa a expedição de certidão de regularidade fiscal e impedindo a inscrição do débito em qualquer órgão de restrição de crédito, bem como a desconstituição do auto de infração, que aguarda julgamento. O Estado do Rio Grande do Sul ajuizou Execução Fiscal no valor de R\$ 57.134, a qual tramita na 1ª Vara Judicial de Panambi/RS, visando a cobrança do mesmo débito garantido, na qual a Companhia se manifestou requerendo a suspensão do feito executório até o julgamento da Ação Ordinária. Regularmente suspensa a Execução Fiscal, foi proferida sentença, nos autos da ação ordinária, julgando procedente o pedido formulado na ação proposta pela Companhia, para o fim de reconhecer como indevido o auto de infração, desconstituindo integralmente os débitos fiscais consubstanciados no Auto de Lançamento de nº 0034087737. Da referida sentença, o Estado do Rio Grande do Sul apresentou Recurso de Apelação, de modo que os autos serão remetidos ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Os advogados classificaram como possível o risco de perda.

Os processos, que apresentam risco de perda possível, totalizam os seguintes montantes:

Tipo de processo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	-	-	1.001	1.806
Tributárias	5.521	19.308	66.338	83.504
Cíveis	-	-	5.035	4.447
	5.521	19.308	72.374	89.757

Adesão do Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("Litígio Zero"): No segundo trimestre de 2023, a controladora e a controlada KWI, aderiram ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal, instituído pelo Governo Federal pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1 de 12 de janeiro de 2023 e a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3 de 31 de março de 2023, que prorroga o prazo para adesões ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) ou simplesmente "Litígio Zero". O Programa instituiu a possibilidade de regularização tributária por parte dos contribuintes, prevendo a possibilidade de renegociação de dívidas por meio da transação tributária para débitos discutidos junto às Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRJ) e ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) além daqueles de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscrito em dívida ativa da União.

A controladora inclui no Programa “Litígio Zero” quatro processos e, a controlada KWI dois processos, classificados como probabilidade de perda possível. Os processos elegíveis ao programa “Litígio Zero”, resultaram na redução das contingências possíveis em R\$ 14.675 na controladora e R\$ 1.389 na controlada.

Com a adesão ao programa foram reconhecidos no resultado o montante de R\$ R\$ 5.466 na controladora e R\$ 501 na controlada, sendo R\$ 1.634 e R\$ 151, pagos via desembolso de caixa e R\$ 3.812 e R\$ 350 compensados com prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, respectivamente, nos termos da Portaria da RFB/PGFN.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social (em R\$ mil)

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Exceto para a controlada Procer cujo regime de tributação é o Lucro Presumido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Tributo diferido ativo é reconhecido para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias que não foram utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. É mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda e contribuições sociais lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. São revisados com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	228.288	378.524	305.716	519.732
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributo à alíquota nominal	(77.618)	(128.698)	(103.943)	(176.709)
(Adições) Exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	81.335	125.663	-	-
Juros sobre capital próprio (pagos)	11.124	6.351	11.124	6.351
Juros sobre capital próprio (recebidos)	(8.974)	(6.354)	-	-
Subvenção governamental	-	-	18.491	23.106
Incentivos fiscais	-	-	(555)	-
Gratificações	(601)	(500)	(601)	(500)
Ativação de tributos s/ prejuízo fiscal e base negativa	13.812	8.375	13.812	9.378
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(2.152)	(893)	1.170	1.110
IRPJ e CSLL no resultado	16.926	3.944	(60.502)	(137.264)
Corrente	(43)	(4.414)	(54.595)	(112.342)
Diferido	16.969	8.358	(5.907)	(24.922)
Alíquota efetiva	7,41%	1,04%	(19,79%)	(26,41%)

As projeções indicam que os saldos de créditos tributários registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023, serão absorvidos por lucros tributáveis, na Controladora em prazo estimado de 8 anos e na controlada KWI o prazo estimado é de 4 anos, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	Controladora				Consolidado			
	IRPJ	CSLL	Total	% de Realização	IRPJ	CSLL	Total	% de Realização
2024	786	283	1.069	4,18%	20.572	6.743	27.315	32,46%
2025	1.371	493	1.864	7,29%	9.570	3.445	13.016	15,47%
2026	1.872	674	2.546	9,96%	11.346	4.085	15.431	18,34%
2027	2.351	847	3.198	12,51%	8.447	3.040	11.486	13,65%
2028 a 2030	12.362	4.531	16.893	66,07%	12.362	4.531	16.893	20,08%
	18.742	6.828	25.570	100,00%	62.297	21.844	84.141	100,00%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	KWSA		KWI		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo						
Prejuízo fiscal e base negativa	20.513	10.243	17.203	41.308	37.716	51.551
Diferenças temporárias	5.057	2.695	41.368	39.685	46.425	42.380
Provisão para perdas esperadas	-	-	685	307	685	307
Provisão para obsolescência de estoques	-	-	2.679	2.188	2.679	2.188
Provisão de comissões a pagar	-	-	4.994	4.982	4.994	4.982
Provisão de fretes a pagar	-	-	2.258	3.258	2.258	3.258
Provisão para contingências	9	169	4.003	4.302	4.012	4.471
Prov. Gratificação e Prog. Lucros e Resultados	1.050	1.564	5.127	6.855	6.177	8.419
Provisão de garantias e Pedidos complementares	-	-	9.161	6.511	9.161	6.511
Diferimento receita de montagem e garantia estendida	-	-	6.360	551	6.360	551
Provisão Remuneração Variável/ Stock Options	3.849	956	-	-	3.849	956
Outras provisões	149	6	6.101	10.731	6.250	10.737
	25.570	12.938	58.571	80.993	84.141	93.931
Passivo						
Reserva de reavaliação a realizar	(81)	(81)	-	-	(81)	(81)
Ajuste de avaliação patrimonial	(8.634)	(9.109)	(3.908)	(4.356)	(12.542)	(13.465)
Depreciação fiscal x societária	(477)	(484)	(15.214)	(14.461)	(15.691)	(14.945)
IRPJ/CSLL s/Capitalização de Juros	-	-	(933)	(933)	(933)	(933)
	(9.192)	(9.674)	(20.055)	(19.750)	(29.247)	(29.424)
Tributos diferidos, líquidos	16.378	3.264	38.516	61.243	54.894	64.507

A Companhia reconheceu tributos diferidos, líquidos no montante de R\$ 27, R\$ 411 de passivo diferido sobre o Direito de Uso e R\$ 438 de ativo diferido sobre os Arrendamentos.

Abaixo demonstrada a composição e movimentação dos ativos e passivos líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

Controladora						
	Saldo em Dez/2021	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2022	Outros	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2023
Ativo						
Prejuízos fiscais	2.735	4.738	7.473	(2.835)	10.386	15.024
Base negativa de contribuição social	1.064	1.706	2.770	(1.020)	3.739	5.489
Outras diferenças temporárias	1.263	1.432	2.695	-	2.362	5.057
Total do ativo não circulante	5.062	7.876	12.938	(3.855)	16.487	25.570
Passivo						
Ajuste de avaliação patrimonial, variação vida útil x vida fiscal	(10.156)	482	(9.674)	-	482	(9.192)
Total do passivo não circulante	(10.156)	482	(9.674)	-	482	(9.192)
Saldo líquido	(5.094)		3.264			16.378

Consolidado							
	Saldo em Dez/2021	Outros	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2022	Outros	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2023
Ativo							
Prejuízos fiscais	68.312	-	(29.977)	38.335	(2.725)	(7.449)	28.161
Base negativa de contribuição social	24.008	-	(10.792)	13.216	(981)	(2.680)	9.555
Outras diferenças temporárias	27.233	(5)	15.152	42.380	-	4.045	46.425
Total do ativo não circulante	119.553	(5)	(25.617)	93.931	(3.706)	(6.084)	84.141
Passivo							
Ajuste de avaliação patrimonial, variação vida útil x vida fiscal	(30.119)	-	695	(29.424)	-	177	(29.247)
Total do passivo não circulante	(30.119)	-	695	(29.424)	-	177	(29.247)
Saldo líquido	89.434			64.507			54.894

Em 31 de dezembro de 2023, a controladora possui saldo de prejuízo fiscal a compensar e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 10.675 (R\$ 41.120 em 31 de dezembro de 2022), montantes que não foram base de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os créditos fiscais decorrentes desses prejuízos fiscais serão reconhecidos à medida em que as projeções indicarem que sua realização é altamente provável em um futuro previsível. Por não estarem dentro do período de lucro previsível definido pela Administração, ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, nos montantes de R\$ 3.630 na controladora. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

Não se aplica.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada.

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não se aplica.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não se aplica.

b. natureza e o propósito da operação.

Não se aplica.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não se aplica.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

(Valores expressos em milhares de reais, salvo se indicado de outra forma).

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

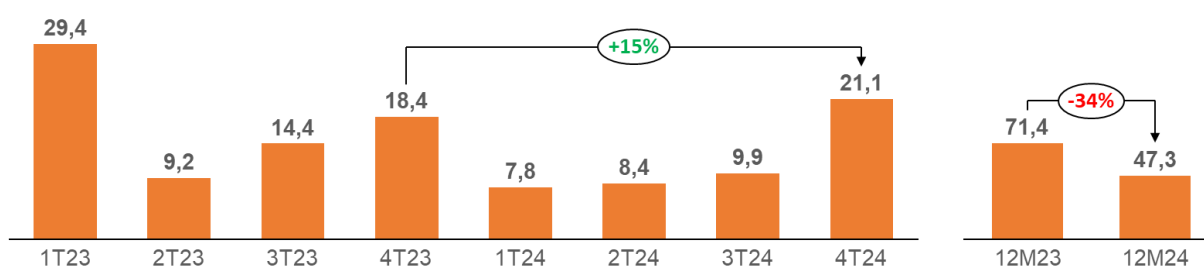
Não foram identificados outros fatores além dos já mencionados, que possam influenciar de maneira significativa o desempenho operacional da Companhia.

a) INVESTIMENTOS (CAPEX)

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

INVESTIMENTOS (CAPEX)

Figura 4 | Evolução Trimestral do CAPEX (valores em R\$ milhões)

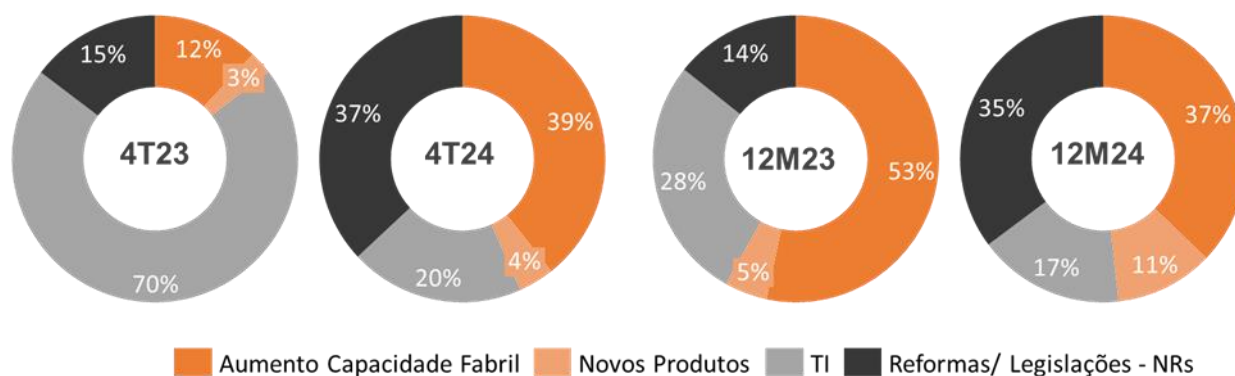


No 4T24, nossa composição de investimentos reflete um forte compromisso com a continuidade do negócio e a inovação. Realizamos investimentos totais de R\$21,2 milhões, sendo R\$8,3 milhões (39%) direcionados à modernização e expansão da capacidade produtiva, R\$7,8 milhões (37%) em Capex de Sustentação, que abrangeu adequações às normas e legislações, além da aquisição de robôs de solda. Investimos também R\$4,2 milhões (20%) em Tecnologia da Informação, com o início do projeto SAP HANA, que visa otimizar nossos processos e trazer maior agilidade à gestão, e R\$0,9 milhões (4%) no desenvolvimento de novos produtos.

No acumulado de 2024, mantivemos o foco na modernização e expansão de nossa capacidade produtiva. Os investimentos totais somaram R\$47,3 milhões, distribuídos da seguinte forma: R\$17,6 milhões (37%) em modernização e expansão da capacidade produtiva, R\$16,6 milhões (35%) em Capex de sustentação, R\$7,8 milhões (17%) em tecnologia da informação, e R\$5,3 milhões (11%) no desenvolvimento de novos produtos.

A Companhia encerra o período com 66% do Plano de investimentos de 2024 realizado.

Figura 5 | Evolução do CAPEX (valores em %)



Capacidade Fabril:

A participação dos investimentos na capacidade fabril aumentou de 12% no 4T23 para 39% no 4T24, refletindo a continuidade de projetos de grande porte, como a implantação da linha de montagem de estruturas para transportadores e a modernização e ampliação do almoxarifado, entre outros. Em contrapartida, a redução de 53% em 2023 para 37% em 2024 pode ser explicada pelo fato de que, em 2023, realizamos investimentos significativos na implementação de uma nova linha de pintura a pó, um investimento relevante e pontual, mas não recorrente em 2024.

Tecnologia da Informação:

A participação dos investimentos em Tecnologia da Informação diminuiu de 70% no 4T23 para 20% no 4T24, e de 28% em 2023 para 17% em 2024. Essa redução é explicada pelos investimentos realizados em 2023, que tiveram como foco a renovação dos servidores, incluindo trocas pontuais, cujos impactos não se repetem em 2024.

Novos Produtos:

O aumento de 3% no 4T23 para 4% no 4T24, e de 5% em 2023 para 11% em 2024, está relacionado ao progresso nos projetos de versionamento dos equipamentos fabricados pela Companhia, bem como à aquisição de ferramentas necessárias para a produção desses novos modelos.

Capex Sustentação e Modernização:

O aumento da participação de 15% no 4T23 para 37% no 4T24, e de 14% em 2023 para 35% em 2024, é explicado pelas adequações às normas e legislações aplicáveis ao nosso parque fabril, pela ampliação da capacidade da subestação da fábrica central, e pela aquisição de robôs colaborativos para as unidades de Panambi e Campo Grande.

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

INVESTIMENTOS (CAPEX)

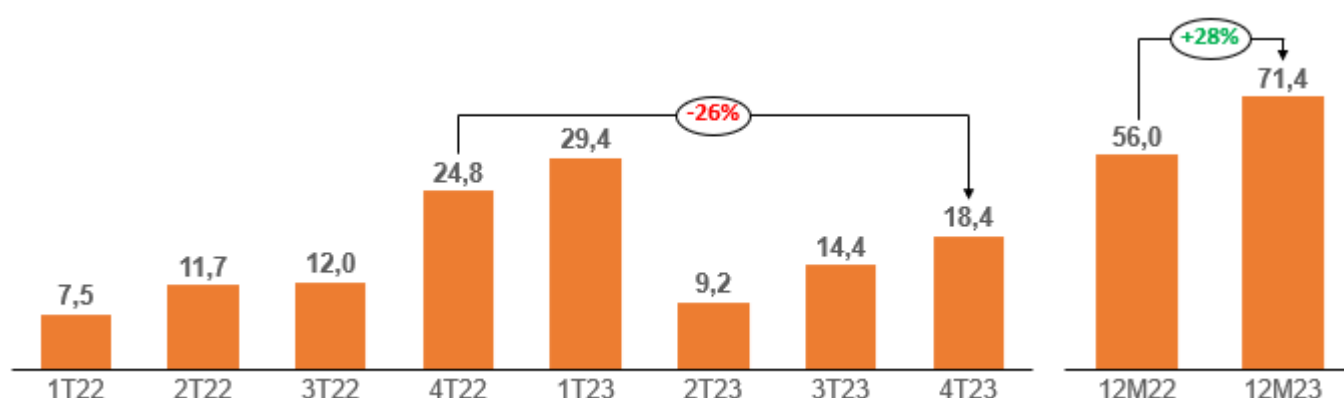


Figura 4 | Evolução Trimestral do CAPEX (valores em R\$ milhões)

No 4T23, investimos R\$18,4 milhões, sendo R\$2,2 milhões em modernização e expansão da capacidade produtiva, R\$0,5 milhão no desenvolvimento de novos produtos, R\$2,7 milhões no atendimento de normas regulamentadoras e reformas e R\$13,0 milhões em tecnologia da informação.

No acumulado, investimos R\$71,4 milhões, sendo R\$38,0 milhões em modernização e expansão de capacidade produtiva (desse montante R\$0,3 milhão são referentes a adiantamentos para fornecedores da linha de pintura e aquisição de novas máquinas como dobradeiras e laser), R\$3,5 milhões no desenvolvimento de novos produtos, R\$10,2 milhões no atendimento de normas regulamentadoras e reformas e R\$19,7 milhões em tecnologia da informação.

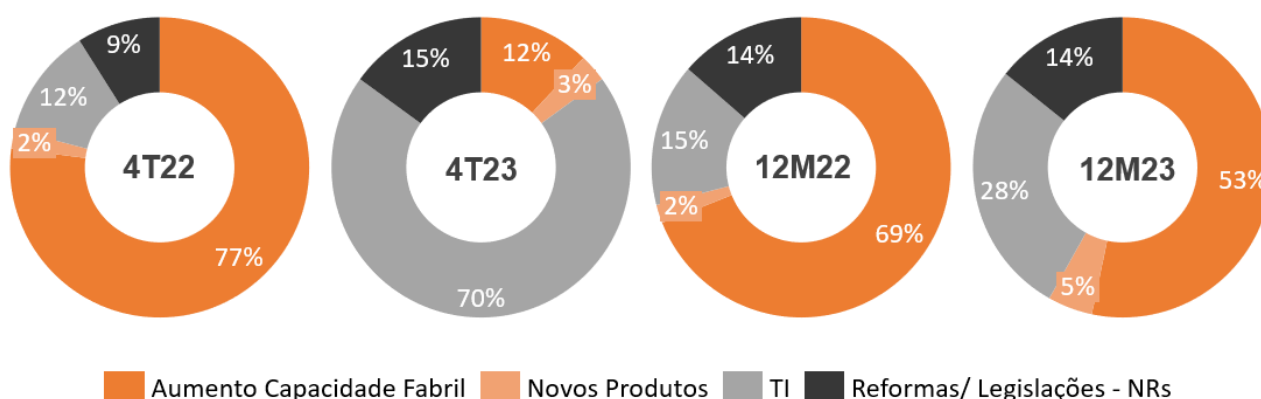


Figura 5 | Evolução do CAPEX (valores em %)

Destacamos na composição de investimentos no trimestre o montante de R\$13,0 milhões em tecnologia da informação, com a aquisição de novos servidores, atualização e reforços na infraestrutura de sistemas e adicionalmente, R\$2,2 milhões em modernização e expansão de capacidade produtiva, com a aquisição da célula de fabricação de calhas.

Já nos investimentos acumulados de 2023, destacamos o montante de R\$38,0 milhões em modernização e expansão de capacidade produtiva. Destes, R\$6,5 milhões alocados no parque fabril de Campo Grande-MS e R\$31,5 milhões no parque fabril de Panambi-RS, com incremento de máquinas de corte a laser, dobradeiras e célula de fabricação das calhas de elevador além da nova linha de Pintura a pó. A Companhia encerra o período com 99% do Plano de investimentos de 2023 realizado.

Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financiou seus projetos de investimentos em parte com geração própria de caixa e através da linha de financiamento IFC.

Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não se aplica.

- b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não se aplica.

- c) Novos produtos e serviços, indicando:

Porque

- i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

Existem projetos de desenvolvimento de novos produtos em andamento, mas que ainda não podem ser divulgados.

- ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

A Companhia investiu em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos no ano de 2024 R\$ 3,7 milhões em 2023 o montante foi de 2,9 milhões.

- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

A Companhia investiu em desenvolvimento de novos produtos no ano de 2024 R\$ 5,4 milhões em 2023 o montante foi de 3,5 milhões.

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

A Companhia investiu em desenvolvimento de novos produtos no ano de 2022 R\$ 0,40 milhões em 2021 o montante foi de 1,6 milhões.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023.**

No acumulado de 2024, mantivemos o foco na modernização e expansão de nossa capacidade produtiva. Os investimentos totais somaram R\$47,3 milhões, distribuídos da seguinte forma: R\$17,6 milhões (37%) em modernização e expansão da capacidade produtiva, R\$16,6 milhões (35%) em Capex de sustentação, R\$7,8 milhões (17%) em tecnologia da informação, e R\$5,3 milhões (11%) no desenvolvimento de novos produtos.

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

No acumulado, investimos R\$71,4 milhões, sendo R\$38,0 milhões em modernização e expansão de capacidade produtiva (desse montante R\$0,3 milhão são referentes a adiantamentos para fornecedores da linha de pintura e aquisição de novas máquinas como dobradeiras e laser), R\$3,5 milhões no desenvolvimento de novos produtos, R\$10,2 milhões no atendimento de normas regulamentadoras e reformas e R\$19,7 milhões em tecnologia da informação.

Anexo C

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO | Resolução CVM 81 – Anexo A/22

Destinação dos Resultados (Resolução CVM 81/22 – Anexo A) ANEXO A

(Valores expressos em reais, salvo se indicado de outra forma).

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício:

Conforme demonstrações financeiras da Companhia divulgadas com a aprovação de seus resultados anuais, pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2025, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 199.182.767,04.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarado:

Data declaração	Tipo do provento	Valor bruto		Valor líquido		Data pagamento	Imputado ao dividendo obrigatório?
		Total	Por ação	Total	Por ação		
Já declarados							
25/06/2024	Dividendos intermediários[1]	R\$ 30.009.910,30	R\$ 0,17309996	R\$ 30.009.910,30	R\$ 0,17309996	10/07/2024	Não
31/07/2024	JCP	R\$ 15.447.367,83	R\$ 0,08910186	R\$ 14.067.505,55	R\$ 0,08114268	23/08/2024	Sim
30/10/2024	JCP	R\$ 14.151.693,38	R\$ 0,08162829	R\$ 12.801.779,30	R\$ 0,07384186	28/11/2024	Sim
30/10/2024	Dividendos intermediários[3]	R\$ 14.223.549,09	R\$ 0,08204276	R\$ 14.223.549,09	R\$ 0,08204276	28/11/2024	Não
SUBTOTAL		R\$ 73.832.520,60	R\$ 0,42587287	R\$ 71.102.744,24	R\$ 0,41012726		
Propostos							
AGO	Dividendos	R\$ 18.496.114,02	R\$ 0,10668731	R\$ 18.496.114,02	R\$ 0,10668731	Sim	
AGO	Dividendos adicionais	R\$ 51.503.885,88	R\$ 0,29707921	R\$ 51.503.885,88	R\$ 0,29707921		
SUBTOTAL		R\$ 69.999.999,90	R\$ 0,40376652	R\$ 69.999.969,90	R\$ 0,40376652		
TOTAL		R\$ 143.832.520,50	R\$ 0,82963939	R\$ 141.102.744,14	R\$ 0,81389378		

O dividendo adicional de R\$ 51.503.885,88, representa R\$ 0,29707921 por ação, sujeito à aprovação posterior da Assembleia Geral da Companhia. Na oportunidade a referida Assembleia destinará ainda o saldo remanescente de R\$ 91.819.074,92.

Saldo a disposição da Assembleia	Valor
Saldo a disposição da Assembleia	143.322.960,80
Dividendo adicional proposto	51.503.885,88
Saldo remanescente	91.819.074,92

Do saldo a disposição da Assembleia, a proposta da Companhia é de distribuir o dividendo adicional, e destinar o saldo remanescente à reserva de investimento e capital de giro, ficando sujeito à aprovação da Assembleia Geral da Companhia.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

Caso seja aprovada pela Assembleia Geral Ordinária, o total de proventos declarados corresponde a:

- 50,00% do lucro líquido do exercício de 2024, considerando os valores brutos dos proventos indicados no item 2 acima; e
- 48,63% do lucro líquido do exercício de 2024, considerando os valores líquidos dos proventos indicados no item 2 acima.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Durante o exercício social de 2024, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 44.233.459,39 a título de dividendos intermediários, conforme tabela abaixo:

DIVIDENDO INTERMEDIÁRIOS	2024	VALOR POR AÇÃO ORDINÁRIA
Dividendos Intermediários pagos em 10 de julho de 2024	30.009.910,30	0,17309996
Dividendos Intermediários pagos em 28 de novembro de 2024	14.223.549,09	0,08204276
TOTAL	44.233.459,39	0,25514271

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados:**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.**

Segue demonstrativo do dividendo mínimo obrigatório, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	2023	VALOR POR AÇÃO ORDINÁRIA
Dividendo	18.496.114,02	0,10668731

Segue demonstrativo do dividendo proposto, conforme política de distribuição de dividendos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	2023	VALOR POR AÇÃO ORDINÁRIA
Dividendo conforme proposta de política	51.503.885,88	0,29707921

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

O saldo do dividendo obrigatório objeto de proposta para declaração na Assembleia, caso aprovada, será pago à vista, no dia 16 de abril de 2025.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não se aplica.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Terão direito ao recebimento do saldo do dividendo obrigatório objeto de proposta para declaração na Assembleia os acionistas da Companhia em 31 de março de 2025, sendo que, a partir de 01 de abril de 2025 (inclusive), as ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas na condição “ex-dividendos”.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

Não aplicável. Não houve declaração de dividendos intercalares ou juros sobre capital próprio com base em balanços semestrais ou em períodos menores, tendo como base o saldo da conta de lucros acumulados do exercício social de 2024.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores¹

ESPÉCIE/CLASSE	2024	2023	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido	199.182.767,04	245.214.066,94	382.468.201,63	154.634.922,08
Valor por Ação	1,14890475	1,38073915	4,281614887	5,173677259
Total de ações ordinárias em circulação	173.367.520	177.596.230	89.328.025	29.888.784

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores²

ESPÉCIE	31 DE DEZEMBRO 2024		31 DE DEZEMBRO 2023		31 DE DEZEMBRO 2022		31 DE DEZEMBRO 2021	
	VALOR	VALOR POR AÇÃO	VALOR	VALOR POR AÇÃO	VALOR	VALOR POR AÇÃO	VALOR	VALOR POR AÇÃO
Dividendo mínimo obrigatório	48.095.175,23	0,27741745	60.588.098,23	0,34115644	96.368.960,00	1,07882112	38.686.497,34	1,28374565
Juros sobre Capital Próprio (JCP)	29.599.061,21	0,17073014	32.718.230,93	0,18422818	18.678.490,03	0,20910000	21.478.159,87	0,70800000
Dividendo mínimo obrigatório deduzido JCP	18.496.114,02	0,10668731	27.869.867,30	0,15692826	77.690.469,97	0,86972112	17.208.337,47	0,57574565

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Está sendo destinado à reserva legal o montante de R\$ 9.959.138,35.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do lucro líquido do exercício, está sendo destinado R\$ 9.959.138,35, conforme art. 193 da Lei das S.A. e parágrafo 1º do art. 25º do Estatuto Social da Companhia, ou seja, deve ser destinado para a reserva legal o valor equivalente a 5% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que o saldo dessa reserva está limitado ao valor de 20% do capital social.

c. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

i. Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos.

Não se aplica.

ii. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não se aplica.

iii. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não se aplica.

iv. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não se aplica.

v. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não se aplica.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

² Nota: Necessário incluir também 2019.

Não se aplica.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Segundo Artigo 25, parágrafo 1, item b do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

✓ 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo aos acionistas;

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

A proposta de destinação do lucro, caso aprovada, fará com que o valor do dividendo obrigatório seja pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não se aplica.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção.

Não se aplica.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não se aplica.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não se aplica.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não se aplica.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável.

Não se aplica.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não se aplica.

e. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não se aplica.

f. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não se aplica.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não se aplica.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável.

Não se aplica.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não se aplica.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Não se aplica.

15. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

De acordo com o artigo 26, parágrafo 1, item “c” do Estatuto Social da Companhia, 25% do saldo do lucro líquido após as deduções legais será destinado para a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva para Investimentos e Capital de Giro”.

b. Identificar o montante destinado a reserva

Propõe-se a destinação de R\$ 91.819.074,92 para a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva para Investimento e Capital de Giro”.

c. Descrever como o montante foi calculado

Do lucro líquido do exercício, 5% foram utilizados para a constituição da reserva legal, após os ajustes de realização de avaliação patrimonial, dividendos prescritos, atualização da opção de venda – Procer (líquida de impostos diferidos) e ajuste dos dividendos discricionários chegou-se ao lucro ajustado que serviu de base para constituição da reserva estatutária de investimentos e capital de giro e para o cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Do saldo a disposição da Assembleia Geral Ordinária, será proposto o pagamento do dividendo adicional de R\$ 51.503.885,88 (R\$ 0,29707921) por ação e o saldo remanescente de R\$ 91.819.074,92 será destinado para Reserva de Investimento e Capital de Giro.

Demonstração do Cálculo das reservas estatutárias	Valor
Lucro líquido do exercício	199.182.767,04
(-) Reserva legal	(9.959.138,35)
(+) Dividendos prescritos	502.815,71
(+) Realização de ajustes de avaliação	1.691.691,63
(-) Atualização da opção de venda – Procer (líquida de impostos diferidos)	(5.564.481,78)
(-) Dividendo Discricionário	(4.392.058,71)
Base de cálculo para o dividendo obrigatório	181.461.595,54
Dividendo obrigatório (25%)	45.365.398,89
(-) Juros sobre capital próprio (líquido)	(26.869.284,87)
Saldo de dividendo obrigatório a declarar	18.496.114,02
Reserva com sócio (Procer)	(9.956.540,49)
Dividendo adicional proposto	51.503.885,88
Reserva de investimento e capital de giro	91.819.074,93

16. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**
Não se aplica.
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital**
Não se aplica.

17. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva**
Não se aplica.
- b. Explicar a natureza da destinação**
Não se aplica.

Anexo D

ITENS 7.3.5 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA | ARTIGO 11 DA RCVM 81/22 - Candidatos CA

COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

NOME	MARIA GUSTAVA BROCHADO HELLER BRITTO
Data de nascimento	02/09/1954
Profissão	Administradora de empresas
CPF ou número do passaporte	935.221.428-53
Cargo eletivo ocupado	Conselho Administração Titular - Independente
Data de eleição	28/04/2011
Data da posse	09/05/2011
Prazo do mandato	Até AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Pessoas, Compliance e Sustentabilidade da Kepler Weber S/A
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Administradora de Empresas, formada pela EAESP– FGV-SP, com Pós-Graduação em Administração de Empresas EAESP– FGV-SP em 1981. Exerceu o cargo de Diretora Adjunta da Área Corporate Finance no Unibanco por diversos anos, além de ter representado o banco por dois períodos consecutivos no Comitê de Ética de Mercado de Capitais da ANBID. Atuou como Sócia Diretora da Tov Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda. no período de 2004 a 2010, quando passou a prestar somente consultoria para a corretora.
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME	DORIS BEATRIZ FRANÇA WILHELM
Data de nascimento	17/12/1954
Profissão	Conselheira
CPF ou número do passaporte	184.886.250-49
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração titular - Independente
Data de eleição	31/03/2025
Data da posse	a definir
Prazo do mandato	Até AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Foi eleita na AGO de 2024 como membro titular do Conselho Fiscal da Companhia, tendo como data final do seu mandato a AGO de 2025.
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	40 anos de experiência de atuação na área de Mercado de Capitais, Relações com Investidores (RI), Governança, Sustentabilidade e Conselhos de Administração, Consultivos e Fiscais; bem como de Comitês de Assessoramento aos Conselhos. Graduada em Economia, 1979, com Especialização em Economia Industrial, 1981, ambos pela UFRGS; Extensão em Global Finance e Development Economies pela London School of Economics, 1994; Mestre em International Finance pela University of Westminster, 1996; Membro do Comitê de Auditoria da Vivest /Fundação CESP (jan/25 a jan/28); Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário do Banco Cooperativo SICREDI (mar/23 a mar/26); Conselheira Fiscal Titular da Metalúrgica Gerdau S.A. (abr/21 a abr/25) / (abr/16 a ago/20); Conselheira Fiscal Titular da Kepler Weber S.A. (abr/24 a abr/25); Conselheira Fiscal Titular da SLC Agrícola S.A. (abr/24 a abr/25); Conselheira Consultiva da Startup BEORANGE - Curitiba/PR (set/24 a set/26); Conselheira Fiscal Titular da CBD - Grupo Pão de Açúcar (abr/21 a abr/23); Conselheira de Administração da Serra Azul Water Park S.A. (mar/21 a abr/23), indicada pela FUNCEF; Conselheira de Administração do IBGC (mar/16 a mar/20) e CCA – Conselheira Certificada;
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME	DANIEL ALVES FERREIRA
Data de nascimento	06/07/1972
Profissão	Advogado
CPF ou número do passaporte	205.862.458-04
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração Titular
Data de eleição	31/03/2025
Data da posse	a definir
Prazo do mandato	Até AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Paulista – UNIP de São Paulo, com grau colado em 1995. Curso de Especialização em “Mercados de Capitais – Aspectos Jurídicos” pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (2009). Sócio do Alves Ferreira & Mesquita Sociedade de Advogados desde 2018, responsável pelas Áreas Societária e Mercado de Capitais; Conselheiro Fiscal – Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás – 2018/2021; Presidente do Conselho Fiscal da Renova Energia S/A- 2020/2021; Conselheiro de Administração da Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobras desde 2019; Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Eletrobras desde 2019; Coordenador do Comitê de Apoio a Assuntos Jurídicos da Eletrobras desde 2023;
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME	ARTHUR HELLER BRITTO
Data de nascimento	14/10/1986
Profissão	Estrategista de Investimentos
CPF ou número do passaporte	228.217.058-08
Cargo eletivo ocupado	Conselho Administração Titular
Data de eleição	30/03/2021
Data da posse	08/04/2021
Prazo do mandato	Até AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Estratégia, Investimentos e Finanças da Kepler Weber S/A
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Filósofo, graduado e com mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PhD em Filosofia pela Columbia University – NY. Atualmente é estrategista de investimentos, sócio administrador da Fazenda São José do Ipê e membro do comitê de bioética da Faculdade de Medicina do Hospital Albert Einstein.
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME	RICARDO DORIA DURAZZO
Data de nascimento	10/03/1963
Profissão	Engenheiro Mecânico
CPF ou número do passaporte	084.395.978-94
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração Titular - Independente
Data de eleição	31/03/2025
Data da posse	a definir
Prazo do mandato	Até AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Engenheiro mecânico pela Escola Politécnica da USP, onde também fez uma especialização em Engenharia de Computação. Tem ainda mestrados na Stanford University (M.S.M.E) e Cornell University (M.B.A.). Ricardo Durazzo é um conselheiro independente, tendo servido como membro do Conselho de Administração de empresas como Tupy S.A., Grupo NC, Saraiva Livreiros e Editores, Indústrias Romi, Cia. Providência e Viver Incorporadora. Ele desenvolveu considerável expertise em Estratégia, Gestão de Operações, Mobilidade e Energia, numa longa carreira em consultoria de gestão em empresas como McKinsey & Company, Kearney e Booz Allen Hamilton.
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME	PIERO ABBONDI
Data de nascimento	24/06/1959
Profissão	Engenheiro de Produção
CPF ou número do passaporte	039.434.948-29
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração Titular
Data de eleição	21/03/2023
Data da posse	23/03/2023
Prazo do mandato	Até AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Conselheiro da Kepler Weber S/A; Coordenador do Comitê Estratégia, Investimentos e Finanças da Kepler Weber S/A; Coordenador do Comitê Pessoas, Compliance e Sustentabilidade da Kepler Weber S/A; Presidente do Conselho de Administração da Procer Automação S/A (empresa Controlada da Kepler Weber S/A).
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Piero ingressou na Kepler Weber em agosto de 2018 como Diretor Presidente e de Relações com Investidores, encerrando o seu mandato em abril de 2024. Anteriormente, atuou como Diretor Geral da GSI para a América do Sul, empresa do mercado de equipamentos de armazenagem de grãos e proteína animal. Também foi CEO da CASP e da Brasmatal Waelzholz, líder de mercado no setor de aço especiais laminados a frio. Suas experiências anteriores incluíram vários cargos de nível sênior na Holcim S.A., uma das maiores empresas de cimento do mundo. Na Holcim atuou como CFO e Desenvolvimento de Negócio, liderando as áreas Financeira, Jurídica, Planejamento Estratégico, Fusões e Aquisições e atuou como Diretor Geral da Concretex, divisão de concreto dosado em central e agregados para construção civil do grupo, sendo responsável pelas áreas de operações e vendas. Piero é engenheiro de produção pela POLI / USP e possui MBA pela École des Hautes Études Commerciales, Université de Lausanne - Suíça.
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME	LUIZ TARQUÍNIO SARDINHA FERRO
Data de nascimento	28/01/1961
Profissão	Economista
CPF ou número do passaporte	238.804.571-15
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração Titular - Independente
Data de eleição	21/03/2023
Data da posse	23/03/2023
Prazo do mandato	Até AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Estratégia, Investimentos e Finanças e do Comitê de Auditoria e Riscos da Kepler Weber S/A
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Economista, Diretor da Etrus Consultoria Ltda. Ex-Presidente da Tupy S.A. Conselheiro de Administração da Paranapanema S.A. Conselheiro de Administração da Condor S.A. Conselheiro de Administração da Librelato S.A.
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME	RUY FLAKS SCHNEIDER
Data de nascimento	28/02/1941
Profissão	Engenheiro Industrial Mecânico e de Produção
CPF ou número do passaporte	010.325.267-34
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração Titular - Independente
Data de eleição	21/03/2023
Data da posse	23/03/2023
Prazo do mandato	Até AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Pessoas, Compliance e Sustentabilidade da Kepler Weber S/A
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Engenheiro mecânico, Presidente SCHNEIDER & CIA, desde 1991. Conselheiro da Eletrobrás em diferentes mandatos atuando como Presidente do Conselho e em comitês e Conselheiro da PETROBRAS, ocupando posições em diferentes comitês
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME	WERNER FERREIRA DOS SANTOS
Data de nascimento	06/11/1957
Profissão	Engenheiro Mecânico
CPF ou número do passaporte	229.266.310-49
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração Titular - Independente
Data de eleição	31/03/2025
Data da posse	a definir
Prazo do mandato	Até AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Formação acadêmica: Engenheiro Mecânico formado na Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM) – 1981; Master of Business Administration – Agribusiness/Agricultural Business Operations – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - 2003; Programa de Desenvolvimento de Conselheiros – IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – 2015, Programa de Desenvolvimento de Conselheiros – 2023, Programa de Desenvolvimento de Executivos, FDC/Kellogg School of Management e Executives' Development Program – 2014 pela Fundação Dom Cabral. Experiências profissionais durante os últimos 5 anos: PH Advisory Group - Consultor Associado Sênior – JAN/2023 até o momento; WS & Associados - Fundador & Diretor Executivo – FEV/2020 até o momento; AGCO Corporation - Massey-Ferguson, Valtra e Fendt; Consultor Estratégico Sênior – 2020 a 2023 e Vice-Presidente - América Latina - Vendas, Marketing, Aftermarket e Gerenciamento de Novos Produtos – 2015 a 2020. Mais de 40 anos de experiência na cadeia do agronegócio e sólido conhecimento do setor; Atuação em posições de liderança sênior, gestão de negócios e funções técnicas em grandes empresas multinacionais; Consultor em estratégia e gestão, dando apoio às empresas na geração de resultados significativos e duradouros; Palestrante em eventos relacionados ao agronegócio.
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável. Os membros dos comitês estatutários serão eleitos oportunamente pelo Conselho de Administração.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor:

Não há.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não há.

b) controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

Anexo E

ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA | ARTIGO 11 DA RCVN 81/22

COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CONSELHO FISCAL

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

NOME	FRANCISCO EDUARDO DE QUEIROZ FERREIRA
Data de nascimento	07/01/1961
Profissão	Administrador de empresas
CPF ou número do passaporte	062.968.058-29
Cargo eletivo ocupado	Conselho Fiscal Titular
Data de eleição	03/04/2024
Data da posse	04/04/2024
Prazo do mandato	Até AGO de 2026
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Número de mandatos consecutivos	1
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Administrador de Empresas pela PUC/ SP, possui mais de 38 anos de experiência no mercado financeiro em instituições globais, atuando em diversos cargos de liderança nas áreas de gestão de recursos, empréstimos, produtos estruturados e certificações, tendo atuado em instituições como a B3 S.A, onde ocupou a posição de Diretor Associado e passagens relevantes ainda por ANCORD, Dresdner Bank, Banco Multiplic de Investimentos S/A, Banco Varig S/A, Banco BMG S/A e Banco Bozano Simonsen S/A. Atualmente é sócio diretor da empresa Acober S/A e Conselheiro Fiscal da empresa Plaspar S.A
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME	TÚLIA BRUGALI
Data de nascimento	27/09/1970
Profissão	Administradora de empresas
CPF ou número do passaporte	619.759.580-04
Cargo eletivo ocupado	Conselho Fiscal Titular
Data de eleição	31/03/2025
Data da posse	a definir
Prazo do mandato	Até AGO de 2026
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Número de mandatos consecutivos	0
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Administradora de Empresas pela UFRGS, MBA em Finanças – FGV/RS e Mestre em Sustentabilidade pela MPGC – FGV/EASP. Conselheira de administração da Fundação Tênis, membro do conselho consultivo MPGC da FGV-EAESP (vigente) e da start-up HIPP Negócios Sustentáveis (vigente), membro do Comitê Financeiro da BBCE (2 anos), conselheira fiscal da ONG Arquitetos Voluntários (vigente), com vivência em governança e participação em comitês de assessoramento e em conselhos de empresas S.A., de capital fechado e cooperativa. Como últimas posições executivas, ocupou o cargo de CFO da Unimed POA e CFO da ECOM Energia.
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME	ROSÂNGELA COSTA SÜFFERT
Data de nascimento	22/09/1969
Profissão	Administradora de empresas
CPF ou número do passaporte	593.832.670-20
Cargo eletivo ocupado	Conselho Fiscal Suplente
Data de eleição	03/04/2024
Data da posse	04/04/2024
Prazo do mandato	Até AGO de 2026
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Número de mandatos consecutivos	0
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Experiência de 29 anos em auditoria externa na KPMG, atuando em diversos segmentos de mercados, trabalhos em empresas familiares, multinacionais, cias abertas e fechadas. Atualmente, se dedicando na área de governança, conselho fiscal e comitê de auditoria.
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME	EMÍLIO OTRANTO NETO
Data de nascimento	16/07/1951
Profissão	Economista
CPF ou número do passaporte	393.251.488-20
Cargo eletivo ocupado	Conselho Fiscal Suplente
Data de eleição	03/04/2024
Data da posse	04/04/2024
Prazo do mandato	Até AGO de 2026
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Número de mandatos consecutivos	2
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Bacharel em Ciências Econômicas, Pós-graduado e Mestrando em Administração Financeira, possui mais de 45 anos de experiência no mercado financeiro de capitais atuando na originação, estruturação e distribuição de produtos de renda fixa e variável no mercado local. Atuou em grandes instituições financeiras em cargo de diretoria dentre elas, Bradesco, Itaú, Itaú Bankers Trust, Itaú BBA, Sudameris e Votorantim e B3 S.A. Atualmente é sócio diretor da Rema Trust Soluções Financeiras.
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME	REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE
Data de nascimento	07/03/1959
Profissão	Economista
CPF ou número do passaporte	003.662.408-02
Cargo eletivo ocupado	Conselho Fiscal Titular
Data de eleição	21/03/2023
Data da posse	23/03/2023
Prazo do mandato	Até AGO de 2026
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Número de mandatos consecutivos	0
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Economista, com dezoito anos de experiência na área de análise de investimentos, como analista, organizador e diretor de equipes de análise, tendo ocupado essas posições, sucessivamente, no Citibank, Unibanco, BBA (atual Itaú-BBA) e Itaú Corretora de Valores. Trabalhou ainda como analista de crédito corporativo (Citibank) e como consultor nas áreas de estratégia (Accenture) e de corporate finance (Deloitte). Atuou também na ProxyCon Consultoria Empresarial, empresa dedicada às atividades de assessoria e prestação de serviços nas áreas de mercado de capitais, finanças e governança corporativa, entre 2003 e 2017. Membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – órgão formulador das normas contábeis brasileiras - desde sua fundação, em 2005. Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC. Um dos autores do Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas (incorporado à Instrução CVM 586). Membro dos conselhos de administração da Mahle Metal Leve S.A. e Sanepar, assim como dos conselhos fiscais das seguintes empresas de capital aberto: Banrisul, Rumo S.A. e Ser Educacional S.A. Ex-membro titular dos seguintes conselhos fiscais: Petrobras, Sanepar, Sabesp, BRF, Cia. Energética de Brasília, Lochpe-Maxión, Aliansce Shopping Centers, Cremer, Movida, Paraná Banco, Tecnisa, Unipar e Tele Norte Celular Participações.
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME	MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ
Data de nascimento	18/05/1970
Profissão	Conselheira
CPF ou número do passaporte	136.012.018-10
Cargo eletivo ocupado	Conselho Fiscal Suplente
Data de eleição	21/03/2023
Data da posse	23/03/2023
Prazo do mandato	Até AGO de 2026
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado e Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 (conforme alterada pela Resolução CVM nº 168/22).
Número de mandatos consecutivos	-
Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa e cargo ocupado	Bacharel em Ciências Econômicas, especializada em Governança Corporativa, com foco na atuação em Conselhos de Companhias Abertas. Desde 2015 atua como Conselheira Fiscal de Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Fechado em Companhias de renome no mercado sendo reinvestida no cargo por vários exercícios consecutivos.
Informar se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável. Os membros dos comitês estatutários serão eleitos oportunamente pelo Conselho de Administração.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor:

Não há.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há.

- d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não há.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**

Não há.

- b) controlador direto ou indireto do emissor**

Não há.

- c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não há.

Anexo F

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, NA FORMA DO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA RCVM 80

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Kepler Weber S/A, líder na América Latina em equipamentos para armazenagem e soluções pós-colheita, às vésperas de celebrar seus 100 anos de história, requer de sua administração um profundo conhecimento dos negócios e do mercado, além de exclusiva dedicação para alcance dos objetivos estratégicos.

A Companhia está em constante evolução estratégica para consolidar sua liderança no mercado. Reconhecendo que atrair, desenvolver, reter e engajar executivos em posições estratégicas, como Diretores, Conselheiros e membros de Comitês, é um desafio essencial para o sucesso organizacional, a Kepler Weber adota políticas estruturadas e competitivas de gestão de pessoas.

A Política de Remuneração da Kepler Weber S/A, aprovada pelo Conselho de Administração, em 15/03/2023, possui como principais objetivos: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os beneficiários na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho geral, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos beneficiários; (iv) refletir os interesses dos acionistas na criação de valor sustentável e de longo prazo; (v) alinhar-se às metas e estratégias de negócios; (vi) estabelecer as melhores práticas de mercado; e (vii) representar a visão, missão e valores da Companhia.

Para garantir o alinhamento entre o desempenho esperado pelos acionistas e o comprometimento dos executivos, baseados nos valores da companhia e nas estratégias de curto e longo prazo e a sustentabilidade do negócio a remuneração anual da administração é definida com base em pesquisas de mercado, comparadas as empresas do mesmo segmento e em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa. Esse modelo considera as responsabilidades de cada membro e as demandas estratégicas das posições ocupadas.

A Companhia analisa e valida anualmente a composição da remuneração, incluindo o Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP) destinado aos membros da diretoria. Esse programa, vinculado a indicadores de performance e valorização, busca incentivar desempenhos superiores e gerar valor sustentável para o negócio. As métricas de remuneração variável são definidas com base em indicadores financeiros e alinhadas ao planejamento estratégico da Kepler Weber para 2030.

Para mais informações, sobre a Política de Remuneração, acesse: <https://ri.kepler.com.br/publicacoes-e-comunicados/codigos-politicas-e-regimentos/>

A verba global de remuneração, abrangendo componentes fixos, variáveis (curto e longo prazo) e benefícios, é aprovada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária. Essa estrutura estimula uma cultura empreendedora e orientada para resultados, promovendo o alinhamento de interesses entre a administração e os acionistas.

b) Composição da remuneração, indicando:**i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles****REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Remuneração Fixa**

Honorário-base: A remuneração consiste, exclusivamente, no pagamento de um valor fixo mensal (honorários), paga em doze parcelas anuais, conforme o mandato de cada membro, com o objetivo de remunerar os serviços do Conselheiro, no âmbito da responsabilidade atribuída ao Conselho de Administração da Companhia. Não há suplência no Conselho de Administração.

Remuneração Variável e Benefícios:

Não fazem jus a outros tipos de remunerações ou benefícios diretos e indiretos, exceto reembolso das despesas de alimentação, locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, ao qual têm direito.

REMUNERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL**Remuneração Fixa**

Honorário-base: A remuneração consiste, exclusivamente, no pagamento de um valor fixo mensal (honorários) e será equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária, com o objetivo de remunerar os serviços de cada membro do Conselho Fiscal, no âmbito da responsabilidade atribuída ao Conselho Fiscal. A determinação da remuneração do Conselho Fiscal é calculada como um percentual (10%) da remuneração fixa média atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia, conforme Art. 162, § 3º, Lei 6.404/76, não computados os benefícios e remuneração variável.

Em caso de vacância, o membro titular não é remunerado, enquanto membros suplentes são remunerados apenas nos casos em que exercem suas atividades devido à vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular.

Remuneração Variável e Benefícios:

Não fazem jus a outros tipos de remunerações ou benefícios diretos e indiretos, exceto reembolso das despesas de alimentação, locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, ao qual têm direito.

REMUNERAÇÃO DOS COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

A Companhia possui instalado três Comitês de Assessoramento: o **Comitê de Auditoria e Riscos**, o **Comitê de Pessoas, Compliance e Sustentabilidade** e o **Comitê de Estratégia, Investimentos e Finanças**.

Remuneração Fixa

Honorário-base: A remuneração fixa (honorários fixos mensais) aos membros elegíveis de cada Comitê, com base na análise prévia de pesquisas de mercado de consultorias renomadas, é previamente determinada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Remuneração Variável e Benefícios:

Não fazem jus a outros tipos de remunerações ou benefícios diretos e indiretos, exceto reembolso das despesas de alimentação, locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, ao qual têm direito.

REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA

O pacote de remuneração total dos diretores é composto por: (i) remuneração fixa, de acordo com cada tipo de contrato de trabalho estabelecido (estatutário ou não estatutário); (ii) parcela variável composta por incentivos de curto prazo ou ICP; (iii)

incentivo de longo prazo ou ILP; (iv) benefícios.

Os valores e modelos aplicáveis são baseados nas práticas do mercado executivo, nos termos da estratégia de remuneração total definida pela Companhia, e balizados por pesquisas de remuneração específicas, realizadas por consultorias independentes conceituadas e especializadas no tema, além de comparativo com mercado selecionado de empresas similares.

A **remuneração fixa** e o **pacote de benefícios** têm como propósito atrair e reter os executivos com sólida experiência e competência consistente com o escopo e responsabilidade do cargo. Os diretores possuem remuneração fixa e um pacote de benefícios compatível com as práticas de mercado, validado pelo Conselho de Administração.

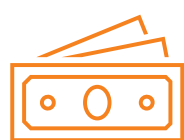
O **bônus de curto prazo**, reconhece a participação do executivo no resultado do período, incentivando-o a superar desafios, alcançar resultados sustentáveis e gerenciar riscos de forma eficaz para a sustentabilidade do negócio.

A remuneração variável de curto prazo, remunera os diretores de acordo com o desempenho alcançado frente aos desafios estabelecidos para o ano, com metas e pesos definidos em projeto realizado no ciclo anterior, com apoio de consultoria externa e são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração. O bônus é calculado com base nos resultados anuais da Companhia e no alcance de suas respectivas metas.

O Diretor Presidente, responde por **metas corporativas** ligadas aos objetivos financeiros e de excelência da Companhia. Os objetivos financeiros estão ligados ao EBITDA e Fluxo de Caixa e indicador de excelência através dos índices de pedido complementar interno (PCI) ou de pedido em atendimento em garantia (PAG). Os demais diretores respondem por estas **metas corporativas**, porém acrescidas das **setoriais e de desempenho individual**, as quais buscam manter a sustentabilidade dos resultados da Companhia, ambas vinculadas ao planejamento estratégico 2030 e derivadas dos objetivos financeiros, de sustentabilidade do negócio e foco direto em gestão de pessoas.

Para o pagamento do bônus aos executivos, há um gatilho atrelado a meta financeira de Luro Líquido da Companhia, além disso, cada meta possui um range de atingimento dos resultados, sendo o mínimo de 80% e o máximo de 120%.

Para o cálculo do pagamento do bônus dos diretores são considerados os elementos abaixo:



BÔNUS ANUAL
em múltiplos de
honorários fixos

=



TARGET (% LL)
número de
honorários fixos

X



PAINEL DE METAS
% atingimento
(limite 100%)

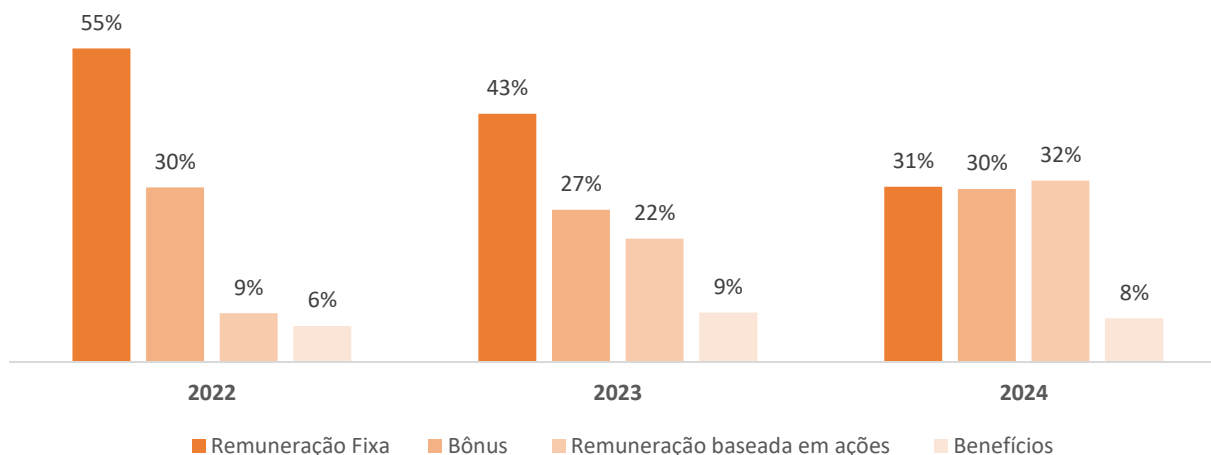
O **plano de incentivo de longo prazo**, baseado em ações, reforça o senso de dono do negócio, promovendo retenção e engajamento de longo prazo com criação de valor sustentável.

Os diretores participam do programa de remuneração variável de longo prazo, na modalidade de ações restritas, com metas atreladas a performance de lucro líquido e de valorização das ações da Companhia. Dessa forma ficam alinhados os seus interesses aos interesses da companhia, criando uma cultura de fortalecimento, reconhecimento e união. As entregas geram ações, crescimento e expansão, por isso o programa tem como intenção reconhecer o trabalho, esforço e dedicação de cada um dos membros, através das entregas realizadas em cada uma das metas.

Para mais informações, vide o Anexo F, item 8.4 deste documento.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração total da Diretoria Estatutária teve a seguinte destinação:



No último período, a relação entre remuneração fixa e variável da diretoria estatutária apresentou uma maior convergência, reflexo da implementação do plano de sucessão e da reestruturação em posições estratégicas na diretoria estatutária. Já no incentivo de longo prazo, observamos uma evolução significativa em comparação ao período anterior, impulsionada pela maturidade e continuidade do programa, reforçando o alinhamento da alta liderança com os objetivos estratégicos e a criação de valor para os acionistas.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Com o objetivo de avaliar a consistência do valor da remuneração dos administradores com o mercado, a Companhia avalia anualmente os padrões da remuneração executiva através de pesquisas realizadas com consultoria externa especializada no assunto e ou pesquisas de mercado de empresas similares.

Por meio dos resultados, a Companhia realiza a análise da remuneração padrão de mercado versus a praticada, e propõe o momento de validação dos valores para cada exercício, que ocorre previamente com o Comitê de Pessoas, Compliance e Sustentabilidade e posteriormente na Assembleia Geral Ordinária para análise final e aprovação, reforçando a governança do processo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A definição dos valores que compõem os honorários fixos mensais para os membros, ocorre anualmente de acordo com a prática de mercado, verificada por meio da realização de pesquisas referenciais obtidas através de empresas especializadas, nas quais se observa o comportamento da remuneração e ou com base na análise dos dados de mercado de empresas similares. Os membros titulares recebem mensalmente a parcela fixa da remuneração (honorários). Não há suplência do Conselho de Administração.

CONSELHO FISCAL

Os valores que compõem a parcela fixa da remuneração (honorários) para membros titulares têm como referência o valor de 10% (dez por cento) da remuneração fixa que, em média, é atribuída aos Diretores Estatutários para sua remuneração conforme Art. 162, § 3º, Lei 6.404/76.

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

O Conselho de Administração, define e aprova previamente os valores que compõem a parcela fixa da remuneração (honorários) dos Comitês de Assessoramento de acordo com a análise das práticas de mercado, através de pesquisas de mercado de consultorias externas ou de empresas similares.

DIRETORIA

A remuneração fixa é definida com base na prática de mercado, verificada por meio da realização de pesquisas referenciais conduzidas por empresas especializadas, nas quais se observa o comportamento das empresas de porte similar. Ela é avaliada, junto aos demais elementos que compõem a remuneração executiva e reajustados se houver necessidade, tendo como base as referências do mercado analisado.

Os benefícios diretos e indiretos aos quais a diretoria tem direito são calculados de acordo com a prática do mercado similar nas quais também se observa o comportamento de concessão.

O bônus, é definido com base em múltiplos da parcela fixa mensal, seu pagamento ocorre somente se atingido o alvo de desempenho estabelecido para cada exercício (podendo variar de 0 a 150%), além disso, cada meta possui um range de atingimento dos resultados, sendo o mínimo de 80% e o máximo de 120%.

O plano de ações é calculado com base nos resultados da Companhia (indicador de LL) e no índice de valorização da ação. A base desta remuneração se dá com um múltiplo específico da parcela fixa mensal que o participante recebe, de acordo com o seu nível na estrutura da Companhia (cargo/grade) e seu desempenho, atrelado a avaliação de performance anual, bem como, somente se houver o atingimento do alvo das metas estabelecidas em cada exercício.

Para a base de cálculo da quantidade de ações em ambas as metas, é utilizada a cotação da média das ações ordinárias de emissão da Companhia nos 60 últimos pregões anterior a data da outorga de cada programa. A liberações das ações aos executivos em cada programa possui períodos de *vesting*, estabelecidos nos contratos de outorga.

O incentivo de longo prazo *Performance* tem como meta a valorização da ação da Companhia de acordo com a sua estratégia. Para fins de apuração dos resultados, são utilizadas como base inicial a média do valor da ação dos 60 últimos pregões anteriores a data de outorga comparada aos 60 pregões anteriores a data de liberação do lote de ações, se atingido o percentual mínimo estabelecido para tal. Em caso de atingimento total ou parcial ou superação do desempenho de performance dos participantes, o Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, poderá liberar, antecipar ou acelerar, total ou parcialmente, o lote performance, desde que observados os limites estabelecidos no plano e em cada programa. Sem prejuízo, ficará a critério do Conselho de Administração deliberar sobre eventual prorrogação do prazo de carência do longo prazo performance. Em cada programa, fica estabelecido que em caso de não atingimento da meta que se encerra em 30 de abril do referido ano, ocorrerão períodos de reavaliação de 6 em 6 meses, por um prazo de até 2 (dois) anos.

Para mais informações a respeito da remuneração dos diretores, baseada em ações, vide item 8.4 deste anexo.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração da Diretoria tem como principal objetivo alinhar os interesses dos executivos aos dos acionistas, incentivando a geração de valor sustentável para a Companhia. Os componentes da remuneração foram estruturados para maximizar o retorno ao acionista, impulsionar a excelência na gestão e assegurar a retenção de talentos estratégicos.

A remuneração fixa é definida com base na relevância do cargo e nas práticas de mercado, garantindo competitividade e atratividade para a Companhia. A remuneração variável está diretamente atrelada ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, incentivando o alto desempenho e o engajamento dos executivos com desafios estratégicos.

O incentivo de longo prazo reforça a retenção e o alinhamento dos executivos com a criação de valor sustentável, promovendo o senso de dono ao vincular a remuneração à valorização das ações da empresa. Dessa forma, a estrutura de remuneração não

apenas reconhece e recompensa a performance individual e coletiva, mas também fortalece a perenidade e a sustentabilidade do negócio.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos administradores está diretamente atrelada à avaliação dos principais indicadores de desempenho da Companhia, refletindo sua estratégia de geração de valor sustentável. Os indicadores-chave incluem Lucro Líquido, EBITDA, Fluxo de Caixa Livre, PCI (Pedido Complementar Interno) e PAG (Pedidos de Atendimento em Garantia), sendo o gatilho mínimo de 85% do Lucro Líquido orçado.

Além desses indicadores financeiros e operacionais, a remuneração pode ser acrescida por metas setoriais e individuais vinculadas ao planejamento estratégico KW 2030, incluindo iniciativas relacionadas a ESG, engajamento organizacional, cultura de segurança e inovação. Esse modelo assegura que os incentivos estejam alinhados à evolução da empresa e à geração de valor para os acionistas.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável de curto prazo é estruturada com base no plano de metas, abrangendo indicadores corporativos, setoriais, individuais e de desempenho individual, sempre em consonância com o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração. O pagamento da bonificação está condicionado ao atingimento de pelo menos 85% do Lucro Líquido Orçado para o período, garantindo um vínculo direto entre desempenho e recompensa.

Já a remuneração variável de longo prazo, baseada em ações, considera tanto os indicadores de desempenho do período quanto a valorização das ações da Companhia no mercado. Esse modelo reforça o senso de dono entre os executivos, incentivando a tomada de decisões estratégicas alinhadas aos interesses dos acionistas e à sustentabilidade do negócio.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração está estruturada para garantir a convergência entre os interesses dos executivos e dos acionistas, apoiando a execução do planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração. No curto prazo, a estrutura de incentivos estimula a entrega de resultados operacionais e financeiros consistentes. No médio e longo prazo, a remuneração atrelada à valorização da Companhia fortalece a retenção de talentos estratégicos e promove a perenidade do negócio.

Os indicadores de desempenho da Companhia são acompanhados mensalmente e monitorados por demais órgãos trimestralmente, permitindo alinhamentos aos resultados esperados e garantindo que a política continue alinhada às melhores práticas de governança corporativa e à geração de valor sustentável para os acionistas.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável à Companhia. Não existe remuneração suportada por empresas controladas ou pelos controladores diretos da Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável à Companhia. A companhia não tem este tipo de remuneração.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia conta com três Comitês de Assessoramento, sendo o Comitê de Pessoas, Compliance e Sustentabilidade o responsável por realizar a análise prévia da remuneração em sua agenda anual de reuniões. O Comitê avalia cenários e recomenda a melhor estrutura de remuneração para aprovação pelo Conselho de Administração, garantindo alinhamento com as diretrizes estratégicas da Companhia.

Além disso, a Companhia conta com a Política de Remuneração aprovada pelo Conselho de Administração, que orienta a definição dos critérios e práticas remuneratórias, assegurando transparência, equidade e aderência às melhores práticas de mercado.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A definição da remuneração individual dos administradores é baseada em análises comparativas de mercado, conduzidas com o suporte de consultorias especializadas e/ou benchmarks de empresas do mesmo setor. Esses estudos consideram critérios como porte da empresa, complexidade das funções, performance da Companhia e práticas de governança corporativa.

Os dados obtidos servem como referência para o Comitê de Pessoas, Compliance e Sustentabilidade, que avalia a adequação das remunerações antes de submetê-las à aprovação do Conselho de Administração. Essa abordagem assegura que a política remuneratória permaneça competitiva e alinhada às expectativas dos acionistas.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração revisa anualmente o processo de remuneração, considerando a expectativa dos acionistas e a atratividade da Companhia no mercado executivo. Essa avaliação inclui a análise de práticas de mercado, desempenho da Companhia e eficiência da estrutura remuneratória, garantindo que os incentivos estejam alinhados à criação de valor sustentável.

A aprovação da verba global de remuneração ocorre na Assembleia Geral Ordinária, sendo esse também o momento para eventuais revisões na Política de Remuneração, caso necessário. Esse processo reforça a governança e o compromisso da Companhia com a transparência e o alinhamento entre remuneração e desempenho.

8.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

ANO 2025	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	3	15
Número de Membros remunerados	9	3	3	15
Remuneração Fixa Anual				
- Pró-labore	4.104.000,00	3.003.551,19	342.664,20	6.994.215,39
- Benefícios Diretos ou Indiretos	-	635.752,24	-	1.091.752,24
- Remuneração por participação em comitês	796.137,00	-	-	796.137,00
- Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	-	3.074.912,39	-	3.074.912,39
- Participação nos Resultados	-	-	-	-
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	1.885.943,44	-	1.885.943,44
TOTAL (R\$ MIL)	4.900.137,00	8.600.159,26	342.664,20	13.842.960,46

ANO 2024	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	8	3	3	14
Números de Membros remunerados	8	3	3	14
Remuneração Fixa Anual				

- Pró-labore	2.924.311,36	2.729.935,04	327.543,76	5.981.790,16
- Benefícios Diretos ou Indiretos	-	679.782,34	-	679.782,34
- Remuneração por participação em comitês	670.980,00	-	-	670.980,00
- Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	-	2.695.845,16	-	2.695.845,16
- Participação nos Resultados	-	-	-	-
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	2.821.954,13	-	2.821.954,13
TOTAL (R\$ MIL)	3.595.291,36	8.927.516,67	327.543,76	12.850.351,79

ANO 2023	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	8	4	3	15
Remuneração Fixa Anual				
- Pró-labore	1.952.748,75	3.590.028,44	309.894,12	5.852.671,31
- Benefícios Diretos ou Indiretos	-	716.907,50	-	716.907,50
- Remuneração por participação em comitês	132.000,00	-	-	132.000,00
- Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	-	2.202.891,40	-	2.202.891,40
- Participação nos Resultados	-	-	-	-
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	1.784.036,37	-	1.784.036,37
TOTAL (R\$ MIL)	2.084.748,75	8.293.863,71	309.894,12	10.688.506,58

ANO 2022	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	8	3	3	14
Remuneração Fixa Anual				
- Pró-labore	1.601.359,68	3.170.744,98	292.684,32	5.064.788,98
- Benefícios Diretos ou Indiretos	-	364.815,96	-	364.815,96
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável Anual				
- Bônus	-	1.766.706,68	-	1.766.706,68
- Participação nos Resultados	-	-	-	-
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	494.179,23	-	494.179,23
TOTAL (R\$ MIL)	1.601.359,68	5.796.446,85	292.684,32	7.690.490,85

*O valor dos honorários fixos, correspondente aos membros remunerados dos Comitês de Assessoramento do Conselho, estão discriminados na coluna do Conselho de Administração no item Remuneração por participação em Comitês.

*Os valores relativos a cada ano, correspondem ao período compreendido entre os meses de Abril a Março de cada exercício, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária.

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE (2025)	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº total de membros	9	3	3	15
Nº de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.074.912,39	-	3.074.912,39
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	1.574.912,39	-	1.574.912,39
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL: EXERCÍCIO 2024	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº total de membros	8	3	3	14
Nº de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.238.797,45	-	3.238.797,45
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	3.238.797,45	-	3.238.797,45
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	2.695.845,16	-	2.695.845,16
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL: EXERCÍCIO 2023	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº total de membros	8	4	3	15
Nº de membros remunerados	-	4	-	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.020.765,22	-	2.020.765,22
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	2.020.765,22	-	2.020.765,22
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	2.202.891,40	-	2.202.891,40
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL: EXERCÍCIO 2022	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº total de membros	8	3	3	14
Nº de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.406.706,68	-	2.406.706,68
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	1.766.706,68	-	1.766.706,68
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.766.706,68	-	1.766.706,68
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) Termos e condições gerais

A Companhia instituiu um Plano de Incentivo de Longo Prazo, estruturado para reconhecer os seus executivos por meio de uma gratificação referenciada em ações, concedida com base no atingimento de metas previamente estabelecidas no âmbito do plano e de cada programa.

b) Principais objetivos do plano

O presente Plano de ações, instituído de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas às pessoas elegíveis, aprovadas pelo Conselho de Administração, como parte da Política de Remuneração - Incentivo de Longo Prazo da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) incentivar os participantes a contribuírem para o sucesso da Companhia a curto, médio e longo prazos; (c) promover o alinhamento entre os interesses dos participantes e os interesses dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas; e (d) estimular a permanência dos participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas por um longo período.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano proporciona aos beneficiários uma oportunidade de investimento diferenciada e competitiva, alinhando suas ações e decisões à visão de longo prazo dos acionistas. Ao estabelecer metas estratégicas vinculadas ao desempenho sustentável da Companhia, o Plano incentiva um comportamento responsável e comprometido com a geração de valor do negócio.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano tem por objetivo alinhar os interesses dos beneficiários aos acionistas, criando uma cultura de valor a longo prazo (senso de dono), estimulando assim a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos da empresa. Além disso, reforçar os índices de engajamento junto a este público, a fim de atrair e reter principais executivos da Companhia.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano fortalece a visão de longo prazo dos executivos ao:

Curto prazo: Vincular a remuneração ao atingimento de metas estratégicas;

Médio prazo: Assegurar a retenção de talentos e o alinhamento com a geração de valor sustentável;

Longo prazo: Reforçar o compromisso dos executivos com a valorização da empresa e de suas ações, promovendo a perenidade dos negócios.

f) Número máximo de ações abrangidas

O total de ações vinculadas ao Plano não pode exceder 1% (um por cento) do capital social total da Companhia durante sua vigência. Para o Programa, o número máximo de ações não poderá exceder 0,5% (cinco décimos por cento) das ações do capital social total da Companhia durante todo o prazo de vigência do Plano.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

No que diz respeito ao Plano e Programa, vide item 8.4 (f) acima.

h) Condições de aquisição de ações

A aquisição das ações está sujeita ao cumprimento das condições e metas estabelecidas no Plano e nos respectivos Programas, conforme cada Contrato de Outorga e nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano prevê a outorga direta de ações, sem a emissão de opções de compra. O cálculo da quantidade de ações concedidas para cada participante é baseado no número de remunerações fixas aprovado pelo Conselho de Administração, convertida em ações, utilizando como referência o valor médio das ações nos 60 pregões anteriores à data da outorga de cada Programa.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Conforme Plano, Programa e Contratos de Outorga, os executivos elegíveis recebem a outorga e a liberação das ações conforme aprovação do Conselho de Administração, baseado na performance esperada ou por exclusiva liberalidade do Conselho de Administração, baseada nas análises dos resultados da Companhia.

Os executivos que permanecerem na Companhia, poderão exercer as ações, somente após cumpridos os prazos de carência estipulados para a liberação das ações, conforme mencionados em cada Programa e nos Contratos de Outorga.

k) Forma de liquidação

A liquidação ocorre por meio da transferência integral das Ações Restritas a que o Participante fazer jus, conforme as condições estabelecidas no Contrato de Outorga de cada Programa.

l) Restrições à transferência das ações**Plano**

Sujeito à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, do Participante com a Companhia até o término do período de carência aplicável e observadas as regras contidas em cada Contrato de Outorga, as Ações Restritas serão transferidas pela Companhia ao Participante de acordo com os lotes e nos períodos fixados no respectivo Programa e/ou Contrato de Outorga.

Programa

As ações restritas do **Lote Curto Prazo** estarão aptas a serem transferidas ao Participante considerando o período de apuração que se inicia a partir da Data da Outorga e se encerra 3 anos após mesma, tendo como data de término 30 de abril, em 3 (três) lotes iguais, cada qual equivalente a 1/3 (um terço) do total das Ações Restritas outorgadas no Lote Curto Prazo (cada qual um “Sublote Curto Prazo”). A transferência de ações atreladas a cada um dos Sublotes Curto Prazo, bem como a determinação do número de ações exatas a serem transferidas ao Participante estão condicionados à verificação do atingimento das metas de performance estabelecidas no Contrato de Outorga ou por exclusiva discricionariedade do Conselho de Administração da Companhia.

As ações restritas do Lote Performance Longo Prazo estarão aptas a serem transferidas ao Participante considerando o período de apuração que se inicia a partir da Data da Outorga e se encerra 3 anos depois da mesma, tendo como data de término 30 de abril do ano da outorga, (para os programas outorgados, fica estabelecido que em caso de não atingimento da meta que se encerra no terceiro ano após a data da outorga, ocorrerão períodos de reavaliação de 6 em 6 meses, por um prazo de até 2 (dois) anos), em 1 (um) único lote. O número de ações exatas a serem transferidas ao Participante será calculado conforme a verificação do atingimento das metas de performance estabelecidas no Contrato de Outorga e sujeita às disposições do Programa.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, sempre observado o disposto no item (Administração do Plano de Ações) (i) alterar ou extinguir o Plano de Ações; (ii) antecipar eventuais prazos de carência no âmbito deste Plano de Ações; e (iii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

Plano

Alteração: O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do Plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

Extinção: O Plano poderá ser extinto a qualquer tempo pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Programa

Suspensão: Não aplicável.

Alteração: Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Programa, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

Extinção: O Programa poderá ser extinto a qualquer tempo pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Sem prejuízo de qualquer disposição contrária prevista no Contrato de Outorga, os direitos conferidos ao Participante por força daquele instrumento extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (i) mediante a transferência da integralidade das Ações Restritas a que o Participante fazer jus na forma do Contrato de Outorga deste Programa;
- (ii) após o decurso do Prazo de Vigência;
- (iii) mediante distrato de comum acordo entre as Partes;
- (iv) em caso de dissolução, liquidação, recuperação judicial ou falência da Companhia;
- (v) nas hipóteses de Desligamento previstas neste Contrato de Outorga; ou
- (vi) na hipótese de inadimplemento contratual pelo Participante.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**Plano**

O Conselho de Administração estabelecerá, em cada Programa, as regras aplicáveis aos casos de desligamento de Participantes da Companhia, em virtude do término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia de cargo executivo, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento de Participantes.

Programa

Na hipótese de Desligamento de um Participante (i) mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e responsabilidades de administrador, (ii) por solicitação do Participante (incluindo demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador) ou (iii) qualquer evento de aposentadoria, o Participante perderá todo e qualquer direito relacionado ao Lote Curto Prazo e ao Lote Performance Longo Prazo de Ações Restritas sob o Programa e o Contrato de Outorga específicos,

o qual restará automaticamente extinto na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de (i) demissão pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas sem justa causa, ou (ii) destituição do cargo de administrador sem que haja violação aos seus deveres e responsabilidades, desde que expressamente aprovado pelo Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, o Participante fará jus ao recebimento (a) das Ações Restritas (ou, alternativamente, a critério do Conselho de Administração, do valor da cotação equivalente às ações de emissão da Companhia negociadas em bolsa no último pregão anterior ao evento em questão, em moeda corrente nacional) cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante; e (b) de uma quantidade proporcional das Ações Restritas do Lote Curto Prazo (ou, alternativamente, a critério do Conselho de Administração, do valor da cotação equivalente às ações de emissão da Companhia negociadas em bolsa no último pregão anterior ao evento em questão, em moeda corrente nacional) cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, levando-se em conta para o referido cálculo proporcional a quantidade de meses completos em que tal Participante trabalhou na Companhia ou em sociedade por ela controlada em relação ao número de meses do Prazo de Carência Curto Prazo. A entrega das Ações Restritas do Lote Curto Prazo ao Participante será realizada ao final do Prazo de Carência Curto Prazo, ficando às expensas do Participante desligado providenciar a ordem de transferência das ações à instituição depositária das ações da Companhia. O pagamento das Ações Restritas, se aplicável, será realizado em até 30 (trinta) dias úteis da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecidos.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de (i) falecimento ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais (para a hipótese descrita em (i)) ou o representante legal (para a hipótese descrita em (ii)) farão jus ao recebimento, em até 30 (trinta) dias úteis da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecidos nesta hipótese, do valor da cotação das ações de emissão da Companhia negociadas em bolsa no último pregão anterior ao evento em questão, em moeda corrente nacional equivalente: (a) às Ações Restritas do Lote Curto Prazo cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia; mais (b) a totalidade das Ações Restritas do Lote Curto Prazo cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, de modo que o benefício econômico da totalidade de referidas Ações Restritas do Lote Curto Prazo será pago, exceto se determinado de outra forma pelo Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, no prazo de até 18 (dezoito) meses contados a partir da data da regular constatação oficial, nos termos da legislação aplicável e pelo órgão competente, do estado de invalidez permanente ou óbito, conforme o caso. Outrossim, nas hipóteses de Desligamento de um Participante previstas neste item, os herdeiros ou sucessores legais do Participante somente adquirirão direito sobre Ações Restritas do Lote Performance Longo Prazo em caso de Desligamento posterior à aferição das Condições Precedentes Específica do Lote Performance Longo Prazo.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Para o exercício social corrente, a Companhia prevê a assinatura de novas outorgas, conforme quadro a seguir:

OUTORGA DE AÇÕES	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
	PROJEÇÃO DEZ/2025	
Data de Outorga	No decorrer do exercício 2025	
Quantidade de ações outorgadas Curto prazo e Longo prazo	161.733	
Prazo para que as ações de curto prazo se tornem entregáveis	1/3 no exercício 2026	
	1/3 no exercício 2027	
	1/3 no exercício 2028	
Prazo para que as ações de longo prazo se tornem entregáveis	3 anos	
Prazo Máximo para entrega das ações	5 anos	
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	
Preço médio ponderado de exercício	n/a	
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	

(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	
Nº de membros	3
Nº de membros remunerados	3

Posição exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

OUTORGA DE AÇÕES	DIRETORIA ESTATUTÁRIA		
	DEZ/2024	DEZ/2023	DEZ/2022
Quantidade de ações outorgadas Curto prazo e Longo prazo	179.859	312.858	373.800
Prazo para que as ações de curto prazo se tornem entregáveis	1/3 no exercício 2025	1/3 no exercício 2024	1/3 no exercício 2023
	1/3 no exercício 2026	1/3 no exercício 2025	1/3 no exercício 2024
	1/3 no exercício 2027	1/3 no exercício 2026	1/3 no exercício 2025
Prazo para que as ações de longo prazo se tornem entregáveis	3 anos	3 anos	3 anos
Prazo Máximo para entrega das ações	5 anos	5 anos	5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	10,57	10,57	8,34
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
Valor justo das ações na data da outorga	10,49	11,87	9,48
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas			
Nº de membros	3	3	3

(i) Quantidades e valores adequados com base no desdobramento de 05 de maio de 2022 na proporção de 1:3, e no desdobramento de 03 de abril de 2023 na proporção de 1:2.

8.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

OUTORGA DE AÇÕES	DIRETORIA ESTATUTÁRIA		
	DEZ/2024	DEZ/2023	DEZ/2022
Quantidade de ações não exercíveis Curto prazo e Longo prazo	246.1099	780.192	554.094
Prazo para que as ações de curto prazo se tornem entregáveis	2025 a 2027	2024 a 2026	2023 a 2025
Prazo para que as ações de longo prazo se tornem entregáveis	3 anos	3 anos	3 anos
Prazo Máximo para entrega das ações	5 anos	5 anos	5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	10,57	10,57	8,34
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
Valor justo das ações no último dia do exercício social	10,49	11,87	9,48
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas			
Nº de membros	3	3	3
Nº de membros remunerados	3	3	3

(i) Quantidades e valores adequados com base no desdobramento de 05 de maio de 2022 na proporção de 1:3, e no desdobramento de 03 de abril de 2023 na proporção de 1:2.

8.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

OUTORGA DE AÇÕES	DIRETORIA ESTATUTÁRIA		
	DEZ/2024	DEZ/2023	DEZ/2022
Ações entregues			
Quantidade de ações entregues	235.208	178.032	51.570
Preço médio ponderado do exercício	10,10	9,78	8,34
Valor justo das ações no último dia do exercício social	9,31	10,93	20,13

(i) Quantidades e valores adequados com base no desdobramento de 05 de maio de 2022 na proporção de 1:3, e no desdobramento de 03 de abril de 2023 na proporção de 1:2.

8.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Descrição sumária do Plano de Ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidas aos empregados e administradores estatutários é reconhecida como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 09 de outubro de 2020, foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas ("Plano"), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações de emissão da Companhia e as pessoas elegíveis ao Plano entre estes: membros da Administração, colaboradores e outros integrantes da Companhia e/ou de sociedades por ela controladas. O Plano tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, tenham o direito concedido ao recebimento de ações, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e (c) possibilitar a Companhia atrair e manter a ela vinculado as pessoas elegíveis.

As Ações Restritas atreladas ao Lote de Curto Prazo somente serão transferíveis ao participante, em 3 (três) lotes de igual quantidade, cada qual equivalente a 1/3 (um terço) do total das Ações Restritas de Curto Prazo, em caso (i) de permanência contínua do vínculo de trabalho do Participante com a Companhia pelo período compreendido entre a Data de Outorga e cada uma das Datas de Vesting, (ii) de atingimento da meta inicial, aferição mínima de 85% de rentabilidade projetada para a Companhia com base no respectivo orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração a cada ano, e, na medida proporcional ao alcance da meta de liberação integral, aferição mínima de 100%.

As Ações Restritas atreladas ao Lote Performance de Longo Prazo somente serão transferíveis ao Participante, em 1 (um) lote, em caso de atingimento da meta inicial, valorização média mínima de 15% ao ano da cotação das ações de emissão da Companhia negociadas em bolsa nos últimos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da apuração, tendo como base o valor médio da cotação das ações de emissão da Companhia negociadas em bolsa nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data da Outorga, e, na medida proporcional ao alcance da meta de liberação integral, valorização média mínima de 25% ao ano.

Os gastos de transações com participantes elegíveis são liquidados com instrumentos patrimoniais, sendo mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Os gastos de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais são reconhecidos, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o participante adquire o direito completo ao prêmio. Os gastos refletem a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão entregues aos

outorgados. O Plano permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das ações ainda em vigor outorgadas com base nele.

Composição dos Planos de Ações Restritas

Outorgas	Volatilidade	Qtde de ações outorgadas	Lote CP (i)				Lote LP (i)				Taxa de juros livre de risco
			30/04/2025	30/04/2026	30/04/2027	Valor justo	30/04/2025	30/04/2026	30/04/2027	Preço inicial	
3ª Outorga	36,62%	373.800	12.168	-	-	9,48	54.768	-	-	8,34	11,73%
4ª Outorga	37,78%	312.858	10.242	10.242	-	11,87	-	46.092	-	10,57	12,52%
5ª Outorga	36,58%	179.859	16.681	16.681	16.681	10,49	-	-	62.554	10,02	9,94%
			39.091	26.923	16.681		54.768	46.092	62.554		

(i) Quantidades e valores adequados com base no desdobramento de 05 de maio de 2022 na proporção de 1:3, e no desdobramento de 03 de abril de 2023 na proporção de 1:2.

O valor justo dos direitos do plano de compra de ações foi avaliado com base no modelo de Monte Carlo. A volatilidade esperada foi estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Companhia em período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da ação.

Movimentação das outorgas do plano de ações restritas

	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	5ª Outorga	Total
Saldo em 31/12/2023	144.942	322.392	312.858	-	780.192
Novas outorgas	-	-	-	179.859	179.859
Pagamentos (transferências)	(144.942)	(48.468)	(41.798)	-	(235.208)
Cancelamentos	-	(206.988)	(204.484)	(67.262)	(478.734)
Saldo em 31/12/2024	-	66.936	66.576	112.597	246.109

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS ACORDOS DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES RESTRITAS DE CURTO PRAZO E AÇÕES RESTRITAS DE PERFORMANCE DE LONGO PRAZO

a) Modelo de precificação

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Conselho de Administração, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, Bolsa e Balcão, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 (sessenta) últimos pregões que antecederem a outorga.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Preço da ação na data da outorga (03.04.2024): R\$ 10,49

Preço médio da ação na data da outorga (03.04.2024): R\$ 10,02 (com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 (sessenta) últimos pregões que antecederem a outorga.)

Volatilidade do preço da ação: 36,58%

Prazo de vida da Opção: 3 anos para os acordos baseados em ações de curto prazo e para os acordos baseados em ações de longo prazo de 3 a 5 anos após a data de outorga.

Taxa de juros livre de risco: 9,94% para os acordos baseados em ações de longo prazo e para os acordos baseados em ações de curto prazo não há taxa de juros livre de risco.

Preço da ação na data da outorga (15.02.2023): R\$ 11,87

Preço médio da ação na data da outorga (15.02.2023): R\$ 10,57 (com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 (sessenta) últimos pregões que antecederem a outorga.)

Volatilidade do preço da ação: 37,78%

Prazo de vida da Opção: 3 anos para os acordos baseados em ações de curto prazo e para os acordos baseados em ações de longo prazo de 3 a 5 anos após a data de outorga.

Taxa de juros livre de risco: 12,52% para os acordos baseados em ações de longo prazo e para os acordos baseados em ações de curto prazo não há taxa de juros livre de risco.

Preço da ação na data da outorga (27.04.2022): R\$ 18,96

Preço médio da ação na data da outorga (27.04.2022): R\$ 16,68 (com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 (sessenta) últimos pregões que antecederem a outorga.)

Volatilidade do preço da ação: 36,62%

Prazo de vida da Opção: 3 anos para os acordos baseados em ações de curto prazo e para os acordos baseados em ações de longo prazo de 3 a 5 anos após a data de outorga.

Taxa de juros livre de risco: 11,73% para os acordos baseados em ações de longo prazo e para os acordos baseados em ações de curto prazo não há taxa de juros livre de risco.

Preço da ação na data da outorga (07.05.2021): R\$ 17,72

Preço médio da ação na data da outorga (07.05.2021): R\$ 15,14 (com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 (sessenta) últimos pregões que antecederem a outorga.)

Volatilidade do preço da ação: 35,90%

Prazo de vida da Opção: 3 anos para os acordos baseados em ações de curto prazo e para os acordos baseados em ações de longo prazo de 3 a 5 anos após a data de outorga.

Taxa de juros livre de risco: 7,62% para os acordos baseados em ações de longo prazo e para os acordos baseados em ações de curto prazo não há taxa de juros livre de risco.

Preço da ação na data da outorga (15.10.2020): R\$ 12,98

Preço médio da ação na data da outorga (15.10.2020): R\$ 13,99 (com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 (sessenta) últimos pregões que antecederem a outorga.)

Volatilidade do preço da ação: 32,87%

Prazo de vida da Opção: 3 anos para os acordos baseados em ações de curto prazo e para os acordos baseados em ações de longo prazo de 3 a 5 anos após a data de outorga.

Taxa de juros livre de risco: 5,01% para os acordos baseados em ações de longo prazo e para os acordos baseados em ações de curto prazo não há taxa de juros livre de risco.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável à Companhia, pois o plano não prevê exercício antecipado.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada foi estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Companhia em período proporcional ao prazo esperado.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Não aplicável à Companhia.

8.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício Social.

POSIÇÃO 30.12.2024		QUANTIDADE DE AÇÕES (ON)
Diretoria estatutária	Bernardo Osborn Gomes Nogueira	34.578
	Renato Arroyo Barbeiro	-
	Fabiano Schneider	35.080
Conselho de administração	Maria Gustavo Brochado Heller Britto	-
	Júlio Cesar de Toledo Piza Neto	-
	Marcelo Guimaraes Lopo Lima	-
	Arthur Heller Britto	-
	Ricardo Sodré Oliveira	-
	Piero Abbondi	62.768
	Luiz Tarquínio Sardinha Ferro	8.280
	Ruy Flaks Schneider	-
	Reginaldo Ferreira Alexandre	-
	Maria Elvira Lopes Gimenez	-
Conselho fiscal	Doris Beatriz França Wilhelm	-
	Rosângela Costa Süffert	-
	Francisco Eduardo de Queiroz Ferreira	28.738
	Emílio Otranto Neto	-

8.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, uma vez que na data do Formulário de Referência não havia planos de previdência conferidos para os conselheiros de administração ou diretores estatutários da Companhia.

8.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

EXERCÍCIO SOCIAL 2024	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO*	DIRETORIA ESTATUTÁRIA**	CONSELHO FISCAL*
Número de membros	8	3	3
Valor da maior remuneração individual (em R\$ mil)	387.538,92	2.314.499,78	108.979,44
Valor da menor remuneração individual (em R\$ mil)	387.538,92	723.888,86	108.979,44
Valor médio de remuneração individual (em R\$ mil)	387.538,92	1.497.261,48	108.979,44

Exercício Social 2024, corresponde o período de Abril/2024 a Março/2025, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

EXERCÍCIO SOCIAL 2023	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO*	DIRETORIA ESTATUTÁRIA**	CONSELHO FISCAL*
Número de membros	8	4	3
Valor da maior remuneração individual (em R\$ mil)	242.217,00	4.044.489,19	103.298,04
Valor da menor remuneração individual (em R\$ mil)	242.217,00	736.696,35	103.298,04
Valor médio de remuneração individual (em R\$ mil)	242.217,00	2.073.465,93	103.298,04

Exercício Social 2023, corresponde o período de Abril/2023 a Março/2024, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

EXERCÍCIO SOCIAL 2022	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO*	DIRETORIA ESTATUTÁRIA**	CONSELHO FISCAL*
Número de membros	8	3	3
Valor da maior remuneração individual (em R\$ mil)	200.169,96	2.696.315,89	97.561,44
Valor da menor remuneração individual (em R\$ mil)	200.169,96	1.548.857,84	97.561,44
Valor médio de remuneração individual (em R\$ mil)	200.169,96	1.932.148,95	97.561,44

Exercício Social 2022, corresponde o período de Abril/2022 a Março/2023, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

***Conselho de Administração e Conselho Fiscal:** Valores anuais correspondentes a última remuneração individual do conselheiro no período. Poderá sofrer variação conforme o período de atuação do membro junto ao Conselho da Companhia;

****Diretoria Estatutária:** Considerado para base de cálculo no período em vigência, os Diretores Estatutários ativos.

8.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não aplicável à Companhia.

8.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável a Companhia.

8.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou

assessoria prestados.

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e da controlada da Companhia.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável a Companhia.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável a Companhia.

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável a Companhia.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável a Companhia.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

A Companhia não tem informações que julgue relevantes.